



MONIQUE SCALCO SOARES SIQUEIRA

**APROPRIAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO ESPAÇO URBANO: UM ESTUDO NA
CIDADE DE LAVRAS – MG**

**LAVRAS – MG
2024**

MONIQUE SCALCO SOARES SIQUEIRA

**APROPRIAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO
ESPAÇO URBANO: UM ESTUDO NA CIDADE DE LAVRAS – MG**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Gestão e Sociedade, para a obtenção do título de Doutora.

Prof.^a Dra. Flávia Luciana Naves Mafra
Orientadora

**LAVRAS – MG
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Scalco Soares Siqueira, Monique.

Apropriação e participação de pessoas com deficiência no
espaço urbano: um estudo na cidade de Lavras, MG

Monique Scalco Soares Siqueira. - 2024.

143 p.

Orientador(a): Flávia Luciana Naves Mafra.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Lavras, 2024.

Bibliografia.

1. Direito à cidade. 2. Pessoas com Deficiência. 3. Modelo
Social da Deficiência. I. Naves Mafra, Flávia Luciana. II. Título.

MONIQUE SCALCO SOARES SIQUEIRA

**APROPRIAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO
ESPAÇO URBANO: UM ESTUDO NA CIDADE DE LAVRAS – MG**

**APPROPRIATION AND PARTICIPATION OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN
URBAN SPACE: A STUDY IN THE CITY OF LAVRAS – MG**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração Organização, Gestão e Sociedade para a obtenção do título de Doutora.

APROVADA em 07 de novembro de 2024.

Dr. Adílio Renê Almeida Miranda	UNIFAL
Dr. André Pimenta Freire	UFLA
Dr. Daniel Leite Mesquita	UFLA
Dr. Luís Fernando Silva Andrade	UFMG

Prof.^a Dra. Flávia Luciana Naves Mafra
Orientadora

**LAVRAS – MG
2024**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela força, sabedoria e inspiração que me conduziram ao longo desta jornada acadêmica. Sem a fé e a orientação divina, este trabalho não seria possível.

A minha orientadora, Flávia, minha profunda gratidão pela orientação incansável, paciência e apoio ao longo de todo o processo. Sua expertise e dedicação foram fundamentais para a realização desta tese.

Ao meu querido marido, Filipe, agradeço por seu amor, compreensão e incentivo constantes. Você esteve ao meu lado em todos os momentos, oferecendo suporte emocional e prático, o que foi essencial para a conclusão deste trabalho.

Ao meu filho, Pietro, por ser uma fonte de alegria e inspiração. Seu sorriso e energia renovaram minhas forças nos momentos de cansaço.

Aos meus pais, José Vicente e Varlene, por todo o amor, suporte e ensinamentos. Vocês sempre acreditaram em mim e me proporcionaram as oportunidades que tornaram esta conquista possível.

A minha irmã, Michele, pela amizade, apoio e compreensão ao longo deste percurso.

Aos meus sogros, Elter e Célia, pelo carinho e apoio durante esta jornada.

A todos os participantes da pesquisa, que dedicaram tempo para a realização deste estudo.

Aos professores do Doutorado em Administração, pelos conhecimentos transmitidos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

Esta tese buscou compreender os processos que impedem a apropriação e participação das pessoas com deficiência (PcDs) na produção e reprodução do espaço urbano de Lavras, Minas Gerais, à luz do direito à cidade e ancorada na perspectiva do modelo social da deficiência. Foi realizada a análise das narrativas de 19 PcDs (física e visual). Com base nas categorias centrais de apropriação e participação, a pesquisa foi dividida em seis subcategorias, sendo três para cada uma. Na categoria de apropriação, as subcategorias identificadas foram: acessibilidade, relações interpessoais, e dependência e interseccionalidade. Na categoria de participação, as subcategorias foram: espaços formais de participação, reivindicações individuais e vivência. Os resultados demonstram que a insuficiência de acessibilidade na cidade impede que as PcDs vivam plenamente seu espaço urbano, transformando-o em um local repleto de barreiras e limitações. Os obstáculos enfrentados na estrutura da cidade incluem desde problemas de mobilidade urbana até a falta de acessibilidade em espaços públicos e privados. Assim, as PcDs enfrentam dificuldades tanto para chegarem aos mesmos locais que as pessoas sem deficiência, quanto, ao chegarem, para lidar com uma série de barreiras que continuam a dificultar seu acesso. Isso gera diferentes sentimentos que levam a percepção de não pertencimento ao ambiente urbano. As relações interpessoais desempenham um papel crucial na experiência urbana das PcDs, em que dinâmicas sociais permeadas pelo capacitismo limitam a vivência das possibilidades que o espaço urbano oferece. Essas barreiras levam muitas PcDs a se confinarem em suas residências ou a necessitarem de acompanhantes para sair. Os resultados também abordam a importância dos espaços formais de participação, como o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMDEF) e o Centro de Educação e Apoio às Necessidades Auditivas e Visuais (CENAV). As reivindicações individuais são um reflexo de como o ônus da fiscalização das barreiras recai sobre as PcDs que, frequentemente, se veem forçadas a adotarem uma postura combativa e, em muitos casos, recorrerem à justiça para garantirem seus direitos básicos. Por fim, a vivência da deficiência influencia a participação das pessoas na vida urbana. Enquanto indivíduos sem deficiência tendem a ignorar ou minimizar os obstáculos de acessibilidade, a experiência de viver com uma deficiência altera essa perspectiva não apenas para as PcDs, mas também para aqueles que convivem com elas e compartilham suas dificuldades. Coadunando com o modelo social da deficiência, este estudo demonstra que as principais barreiras não estão nas limitações dessas pessoas, mas em obstáculos físicos, sociais e políticos que restringem seu acesso ao espaço urbano. O estudo conclui que, para que as PcDs se tornem cocriadoras do ambiente urbano, é fundamental a sua inclusão nas decisões que impactam suas vidas, assim como a atuação do poder público, visando o cumprimento dos direitos já conquistados por essas pessoas. Um caminho para isso seria o fortalecimento de instituições como o CENAV, ampliando seus serviços para atender a todos os tipos de deficiências.

Palavras-chave: Direito à Cidade; Apropriação; Participação; Pessoas com Deficiência; Modelo Social da Deficiência.

ABSTRACT

This thesis aimed to understand the processes that hinder the appropriation and participation of people with disabilities (PwD) in the production and reproduction of the urban space of Lavras, Minas Gerais, in light of the right to the city and anchored in the perspective of the social model of disability. An analysis was conducted of the narratives of 19 PwD (physical and visual). Based on the central categories of appropriation and participation, the research was divided into six subcategories, three for each. In the category of appropriation, the subcategories identified were: accessibility, interpersonal relationships, and dependency and intersectionality. In the category of participation, the subcategories were: formal spaces of participation, individual claims, and lived experience. The results demonstrate that the lack of accessibility in the city prevents PwD from fully experiencing their urban space, transforming it into a place full of barriers and limitations. The obstacles faced in the city's structure range from urban mobility problems to the lack of accessibility in public and private spaces. Thus, PwD face difficulties both in reaching the same places as people without disabilities, and, upon arriving, in dealing with a series of barriers that continue to hinder their access. This generates different feelings that lead to a perception of not belonging to the urban environment. Interpersonal relationships play a crucial role in the urban experience of PwD, where social dynamics permeated by ableism limit the experience of the possibilities that the urban space offers. These barriers lead many PwD to confine themselves to their homes or to need companions to go out. The results also address the importance of formal spaces of participation, such as the Municipal Council for the Rights of People with Disabilities (COMDEF) and the Center for Education and Support for Auditory and Visual Needs (CENAV). Individual claims are a reflection of how the burden of monitoring barriers falls on PwD who, frequently, are forced to adopt a combative stance and, in many cases, resort to the courts to guarantee their basic rights. Finally, the experience of disability influences people's participation in urban life. While people without disabilities tend to ignore or minimize accessibility barriers, the experience of living with a disability alters this perspective not only for PwD but also for those who live with them and share their difficulties. In line with the social model of disability, this study demonstrates that the main barriers are not in the limitations of these people, but in physical, social, and political obstacles that restrict their access to urban space. The study concludes that, for PwD to become co-creators of the urban environment, their inclusion in decisions that impact their lives is fundamental, as well as the action of the public power, aiming at the fulfillment of the rights already conquered by these people. A way to do this would be to strengthen institutions such as CENAV, expanding its services to serve all types of disabilities.

Keywords: Right to the City; Appropriation; Participation; People with Disabilities; Social Model of Disability.

INDICADORES DE IMPACTO

O impacto social desta pesquisa vai além do âmbito acadêmico, pois tem o potencial de influenciar diretamente a maneira como as cidades, especialmente Lavras, são planejadas, projetadas e gerenciadas, priorizando a participação ativa das PcDs na produção e reprodução do espaço urbano. Na prática, essa transformação ocorrerá a partir da caracterização detalhada dos desafios enfrentados pelas PcDs na apropriação e participação do espaço da cidade. A pesquisa elaborou um conjunto de recomendações direcionadas a gestores públicos e urbanistas, que buscam assegurar o direito das PcDs à cidade. Essas recomendações poderão ser apresentadas à Prefeitura Municipal de Lavras e disseminadas entre a própria comunidade PcD, fomentando debates sobre as melhores estratégias para implementação prática.

IMPACT INDICATORS

The social impact of this research goes beyond the academic sphere, as it has the potential to directly influence the way cities, especially Lavras, are planned, designed and managed, prioritizing the active participation of PwDs in the production and reproduction of urban space. In practice, this transformation will occur based on the detailed characterization of the challenges faced by PwDs in the appropriation and participation in city space. The research developed a set of recommendations aimed at public managers and urban planners, who seek to ensure the right of PwDs to the city. These recommendations can be presented to the City Hall of Lavras and disseminated among the PwD community itself, fostering debates on the best strategies for practical implementation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1 – Nome fictício, idade, gênero, ocupação e tipo de deficiência das pessoas entrevistadas.....	49
Quadro 3.2 – Categorias e subcategorias de análise.....	50
Quadro 4.1 – Síntese dos resultados.....	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CIDPD	Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência
CENAV	Centro Educacional de apoio às necessidades auditivas e visuais
CIF	International Classification of Functioning, Disability and Health
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
COMDEF	Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICIDH	International classification of impairments, disabilities, and handicaps
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
OMS	Organização Mundial da Saúde
PcDs	Pessoas com Deficiência
TAC	Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UPIAS	Union of the Physically Impaired Against Segregation

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Objetivos.....	15
1.2 Justificativa.....	16
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1 Estudos sociológicos da deficiência: principais modelos.....	18
2.1.1 Modelo Social da Deficiência.....	23
2.2 Cidade: uma perspectiva fundamentada em Lefebvre.....	26
2.3 Direito à Cidade.....	30
2.3.1 Direito das pessoas com deficiência à cidade.....	37
2.3.1.1 Direito à apropriação.....	39
2.3.1.2 Direito de participar da produção e reprodução do espaço urbano.....	49
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	54
3.1 Pressupostos ontológicos e epistemológicos.....	54
3.2 Desenho da pesquisa.....	58
3.3 Acesso aos sujeitos e estratégias de produção das informações.....	59
3.4 Construção do <i>corpus</i> de análise e interpretação.....	60
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	63
4.1 Navegando pelas histórias dos participantes e suas relações com a deficiência.....	63
4.2 Apropriação.....	74
4.2.1 Acessibilidade.....	74
4.2.1.1 Percepções sobre acessibilidade e a vida na cidade.....	75
4.2.1.2 Obstáculos no cotidiano urbano.....	79
4.2.1.3 Entre o medo e o desejo de pertencimento.....	88
4.2.1.4 Uma cidade acessível é boa para todos.....	90
4.2.2 Relações interpessoais.....	91
4.2.3 Dependência e Interseccionalidade.....	97
4.3 Participação.....	103
4.3.1 Espaços Formais de Participação.....	104
4.3.2 Reivindicações Individuais.....	109
4.3.3 Vivência.....	112
4.3.4 Obstáculos à participação.....	113
4.4 Síntese dos resultados.....	116
4.5 Sugestões para usufruir do direito à cidade.....	121

4.6 Desdobramentos da pesquisa	124
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS	132
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista	140
APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido	141

1. INTRODUÇÃO

Esta tese surge da reflexão sobre a experiência diária das pessoas com deficiência (PcDs) na vida urbana. Originou-se da minha pesquisa de mestrado, na qual tive a oportunidade de interagir com diversas PcDs, ouvir suas histórias e testemunhar uma realidade até então desconhecida para mim. Descobri que atividades rotineiras, à primeira vista simples, podem representar desafios significativos para essa comunidade e que obstáculos, aparentemente pequenos, podem se tornar barreiras intransponíveis. Sendo assim, a referida pesquisa de mestrado trouxe à tona a urgência percebida pelas PcDs na garantia de seus direitos fundamentais.

Durante uma das entrevistas, um dos participantes compartilhou uma reflexão que me impactou profundamente, relatando que evitava ao máximo frequentar o centro da cidade, pois considerava essa tarefa impossível. Devido ao uso de cadeira de rodas, ele enfrentava uma série de obstáculos como morros íngremes, ruas desniveladas, degraus e obras nas calçadas, que tornavam inviável a locomoção “a pé” pela cidade. Essa declaração, juntamente com outras observações feitas pelos entrevistados, evidenciou as inúmeras dificuldades enfrentadas na vida urbana pelas PcDs.

Ao iniciar o doutorado, fui introduzida ao conceito de "direito à cidade". A partir da leitura de artigos e livros sobre essa teoria, os quais frequentemente recorrem a Henri Lefebvre para discutir o tema, por ser ele o pioneiro nessa abordagem, comecei a refletir sobre a importância de trazer as PcDs para o centro desse debate. Lefebvre (2011), embora não fale especificamente das PcDs, ressalta a importância de reconhecer e atender às diversas necessidades e interesses de cada cidadão que vive no espaço urbano.

As PcDs estão inseridas nesse cenário de diversidade em que, com base no capacitismo, são retratadas como diferentes, devido a seus corpos não se conformarem ao padrão considerado ideal (Campbell, 2001). As diversas barreiras que impedem as PcDs de participarem plenamente da vida urbana representam uma das facetas do capacitismo, pois elas hierarquizam e estabelecem aqueles que podem ou não viver na cidade (Siqueira; Dornellas; Assunção, 2020). Como resultado, as PcDs enfrentam a exclusão material, organizacional e simbólica nas estruturas da cidade contemporânea (Humphry *et al.*, 2020).

De acordo com Oliver (2009), a exclusão social enfrentada pelas PcDs está intrinsecamente ligada à maneira como a sociedade reage às suas limitações. Ainda hoje, na sociedade moderna, a deficiência é muitas vezes percebida como algo indesejável e

desagradável, resultando em discriminação, exclusão e opressão frequentes contra esse segmento da população.

No entanto, apesar das tentativas de despolitizar os corpos de PcDs, enfraquecendo seu poder de tomar decisões sobre suas próprias vidas, essas pessoas aprenderam a lutar por seus direitos (Ivanovich; Gesser, 2020). Assim sendo, nos últimos anos as PcDs têm ganhado cada vez mais visibilidade, especialmente devido ao fortalecimento do modelo social da deficiência. Essa abordagem essencial traz à tona dois conceitos fundamentais para a compreensão da deficiência: a lesão, relacionada à limitação individual e a deficiência como desvantagem ou restrição ocasionada pela estrutura social, que desconsidera as pessoas que têm algum tipo de lesão, excluindo-as da participação das ações sociais (Santos, 2016).

Assim, o modelo social destaca as deficiências das políticas públicas, evidenciando que grande parte dos desafios enfrentados pelas PcDs no cotidiano urbano decorre do fracasso do planejamento, da política e do desenho urbano, e não da pessoa em si. Ou seja, embora a cidade seja habitada por uma população diversificada, que compartilha o mesmo espaço comum, ela deveria ser planejada para atender às necessidades de todos os seus habitantes. Entretanto, como explica Resende (2004), a cidade está em processo contínuo de reorganização espacial, decorrente dos diversos interesses e valores dos habitantes. Esse processo se torna excludente ao favorecer os interesses de grupos específicos, geralmente associados ao poder dominante e, muitas vezes, ao poder político, negando assim o pleno exercício do direito à cidade para grupos considerados minoritários, incluindo as PcDs. Dessa forma, devido à falha na organização urbana, são necessárias ações provenientes da sociedade civil e do governo para reverter essa situação de exclusão (Cosenza; Resende, 2006).

Diante disso, esta tese parte da necessidade urgente de que as PcDs se apropriem e participem ativamente da produção do espaço urbano para que possam habitar a cidade e, assim, exercerem plenamente seus direitos como cidadãos. Lefebvre (2011) explica que o habitar (viver na cidade como uma ação social que promove uma identidade urbana e que possibilita a participação política, refletindo a imagem de seus habitantes) foi integrado pelo habitat (viver na cidade de forma passiva, sem vínculo com a ação política). Para tanto, o autor parte da premissa de que as pessoas não participam mais da produção e reprodução do espaço urbano, tampouco se apropriam dele.

Portanto, é essencial que a cidade reconheça e valorize a diversidade, colocando as experiências urbanas de diferentes grupos no centro das políticas públicas. Assim, será possível construir uma cidade que respeite e proteja a diversidade em todas as suas formas. Partindo da ideia de que as barreiras nas cidades impactam a apropriação e participação das PcDs no espaço

urbano e de que o conceito do direito à cidade pode ser mobilizado para transformar o planejamento urbano em prol de uma inclusão mais equitativa das PcDs, esta tese tem como objetivo principal compreender os processos que envolvem e impedem a apropriação e a participação das PcDs na produção e reprodução do espaço urbano de Lavras, à luz do direito à cidade e ancorada na perspectiva do modelo social da deficiência.

Tendo como fundamento a perspectiva emancipatória sobre a deficiência, neste estudo destacamos as próprias PcDs como as legítimas possuidoras do conhecimento e enfatizamos o modelo social da deficiência, compreendendo a deficiência como uma construção social e política. O modelo social da deficiência tem sido uma importante ferramenta para promover mudanças sociais, culturais e políticas. Sendo assim, acreditamos que o avanço em direção ao direito das PcDs à cidade significa implementar o modelo social da deficiência em todas as políticas. Realizamos o estudo na cidade de Lavras, situada no sul de Minas Gerais.

A tese reforça a importância de conscientizar a sociedade de que a transformação das cidades em ambientes amplamente inclusivos às PcDs beneficia toda a comunidade, e não somente um segmento específico da população. É preciso romper com paradigmas dominantes e padrões de normalidade, em que as cidades deixem de ser projetadas pensando tão somente em cidadãos com capacidade plena e passem a vislumbrar grupos minoritários e suas diferentes necessidades.

1.1 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é compreender os processos que envolvem e impedem a apropriação e a participação das PcDs na produção e reprodução do espaço urbano de Lavras, à luz do direito à cidade e ancorada na perspectiva do modelo social da deficiência.

Como objetivos específicos, têm-se:

- Resgatar as vivências e percepções das pessoas entrevistadas em relação ao uso do espaço urbano de Lavras, destacando os desafios enfrentados e as soluções encontradas;
- Caracterizar as principais dificuldades vivenciadas pelos entrevistados na apropriação do espaço da cidade;
- Caracterizar motivações e formas de participação das PcDs em relação ao desenho do espaço urbano e em relação às pautas que lhes são específicas;
- Divulgar um conjunto de recomendações fornecidas pelos informantes para o planejamento urbano que contribuam para a efetivação do direito das PcDs à cidade.

1.2 Justificativa

Segundo as estatísticas apresentadas pelo Censo do IBGE (2022), existem mais de 18 milhões de PcDs com 2 anos ou mais de idade no Brasil, correspondendo a aproximadamente 9% da população do país. Considerada uma minoria, as PcDs enfrentam inúmeras dificuldades em seu cotidiano na cidade, tendo em vista obstáculos à apropriação e participação na produção e reprodução do espaço urbano.

Esta tese se justifica pela sua importância teórica e social. Primeiramente, no que se refere ao aspecto teórico, foi realizada uma revisão de literatura, tendo como objetivo reunir estudos que contribuíssem para o embasamento teórico, mas sem a exigência de critérios científicos específicos, permitindo uma visão mais ampla e exploratória do tema. Desse modo, foram encontrados alguns trabalhos relacionados ao direito das PcDs à cidade, abordados a partir de diferentes enfoques. Alguns autores destacaram a importância da abordagem interseccional, relacionando a deficiência com a questão de gênero e destacando o aspecto da heterogeneidade do grupo composto pelas PcDs (Yon; Nadimpalli, 2017; Fabula; Timár, 2018).

Também foram encontrados trabalhos relacionando o conceito de direito à cidade a categorias como acessibilidade, participação no planejamento urbano e tomada de decisões, desenho universal, cidade anticapitalista pautada no valor de uso, cidade sustentável e capacitismo (Amorim *et al.*, 2022; Bezmez, 2013; Dias; Nonato; Raiol, 2017; Humphry *et al.*, 2020; Reuter, 2019; Silva, 2021; Spineli; Souza, 2021; Yardimci; Bezmez, 2018). Outros estudos fazem uma crítica aos reais interesses por trás das leis e políticas destinadas às PcDs, que comumente são baseadas em pressupostos de caridade, e não no intuito de fazer valer os seus direitos (Abramova; Antonova; Gurari, 2020; Agopyan, 2019).

Essas pesquisas se baseiam em diferentes lentes teóricas do direito à cidade, mas não se aprofundam sobre os elementos estruturantes da cidade que corroboram para a efetivação do direito das PcDs à cidade a partir das categorias centrais propostas por Lefebvre (2011), a saber: apropriação e participação. Alguns estudos focam em apropriação, outros em participação, mas não necessariamente embasando-se nos argumentos de Lefebvre.

Consoante Purcell (2003), a apropriação do espaço urbano é alcançada por meio da participação nas decisões que moldam a cidade. Portanto, a participação das PcDs na elaboração e implementação de políticas urbanas é essencial para garantir o pleno exercício do direito à cidade. A inclusão de PcDs no processo decisório assegura que suas necessidades e experiências específicas sejam consideradas, permitindo o desenvolvimento de um ambiente urbano verdadeiramente acessível e inclusivo.

Abordagens participativas, que envolvem diretamente PcDs e organizações representativas, são fundamentais para identificar e superar as barreiras físicas e sociais que perpetuam a exclusão. Além disso, a participação ativa das PcDs nas políticas e no planejamento urbano fortalece o modelo social da deficiência, destacando que os desafios enfrentados decorrem principalmente das falhas no desenho urbano e nas políticas públicas. Esta tese oferece uma contribuição teórica singular ao explorar as categorias de apropriação e participação propostas por Lefebvre (2011) como lentes conceituais para compreender a relação das PcDs com o espaço urbano.

Ao explorar essa temática, a pesquisa não apenas oferece uma visão mais ampla das experiências vividas por esse grupo na cidade, mas também destaca as barreiras enfrentadas e as oportunidades negligenciadas que afetam diretamente sua qualidade de vida e inclusão social. Além disso, a tese fornece uma base para a formulação de políticas públicas efetivas e intervenções urbanísticas que visem promover um desenho urbano que assimile de forma mais equitativa a diversidade. Dessa forma, o impacto social deste estudo transcende o meio acadêmico, influenciando a maneira como as cidades são planejadas, projetadas e gerenciadas, visando à produção e reprodução do espaço urbano pelas próprias PcDs.

E como isso ocorre na prática? Primeiramente, a partir da caracterização dos desafios vivenciados pelos entrevistados na apropriação do espaço da cidade e das motivações e formas de participação das PcDs, foi possível estabelecer um conjunto de recomendações para o planejamento urbano que podem contribuir para a efetivação do direito das PcDs à cidade. Essas recomendações podem ser apresentadas à prefeitura e disseminadas na comunidade das PcDs para discutir as melhores estratégias a serem colocadas em prática. Evidentemente, são apenas caminhos possíveis e a mudança efetiva depende de uma série de fatores que ultrapassam a capacidade desta pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção está organizada em três temas. O primeiro apresenta as diferentes concepções de deficiência ao longo da história, influenciadas pelos paradigmas de Burrell e Morgan (1979), até chegar ao modelo social da deficiência, que fundamenta este estudo. Em seguida, explora-se o conceito de cidade, principalmente a partir da perspectiva de Lefebvre (2011). Por fim, discute-se o direito à cidade, com ênfase nas categorias de apropriação e participação, destacando as PcDs como o foco central desse debate.

2.1 Estudos sociológicos da deficiência: principais modelos

No decorrer da história houve mudanças significativas na perspectiva epistemológica e teórica relacionada ao entendimento da deficiência. Goodley (2011) explica esse cenário a partir da intersecção entre os estudos sociológicos da deficiência e os 4 paradigmas propostos por Burrell e Morgan (1979), perpassando pelos binômios subjetivismo x objetivismo e mudança radical x regulação. O autor parte da divisão em dois campos: estudos da deficiência (comumente associados ao modelo social) e a sociologia médica.

Os estudos sociológicos da deficiência se enquadram no funcionalismo quando entendem a “[...] deficiência como produto do funcionamento mental e do comportamento de um indivíduo” (Goodley, 2011, p. 51), pois visualizam a PcD como um doente que pode ser objetivamente diagnosticado, tratado ou melhorado. As primeiras sociologias da deficiência foram marcadamente influenciadas por Talcott Parsons, um sociólogo estrutural-funcionalista. Essa visão da deficiência, baseada no individualismo metodológico, consolidou o modelo médico e moral (Goodley, 2011).

O modelo moral é mais antigo e explica a deficiência a partir de três dimensões: como consequência do pecado realizado pela própria pessoa, por seus pais ou ancestrais, sendo percebida enquanto um castigo divino; como um teste de fé, sendo a cura da deficiência entendida como a aprovação no teste; ou como uma bênção, sendo uma oportunidade para o desenvolvimento do caráter, de modo que a deficiência é vista como chance para o aprendizado de importantes lições (Retief; Letšosa, 2018).

Tendo em vista o grande avanço no campo da ciência médica, a partir de 1800, o modelo moral passou a ser paulatinamente substituído pelo modelo médico. Com isso, a deficiência começou a ser compreendida como um defeito biológico do indivíduo, sendo este considerado anormal e patológico. Consequentemente, a medicina veio com a proposta de intervenções visando a cura, a melhoria ou a reabilitação. A deficiência, portanto, passou a ser considerada objetivamente ruim, algo negativo, uma tragédia pessoal (Retief; Letšosa, 2018). Isso refletiu na forma como as PcDs eram comumente denominadas como inválidas, incapazes, aleijadas, defeituosas, especiais, excepcionais, débeis mentais, idiotas, retardadas, mongoloides e outros termos ofensivos (Lanna Júnior, 2010). Segundo Diniz, Barbosa e Santos (2009, p. 66), o modelo biomédico estabelece uma “[...] relação de causalidade e dependência entre os impedimentos corporais e as desvantagens sociais vivenciadas pelas pessoas com deficiência”.

Fundamentado no modelo médico de deficiência, em 1980 houve a primeira tentativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) de propor um conceito universal da deficiência, qual

seja, a Classificação Internacional de Incapacidade e Deficiência (ICIDH). A partir da ICIDH, surgiu a distinção entre os conceitos de lesão, do inglês “*impairment*” (perdas ou anormalidades corporais); deficiência, do inglês “*disability*” (restrições de habilidade provocadas por lesões); e “*handicap*” (desvantagem individual resultante da lesão e da deficiência) (Diniz, 2007).

Segundo Diniz (2007), cinco críticas principais podem ser apontadas para a ICIDH: o documento não representa as PcDs, visto que seus criadores tinham experiência sobre a deficiência, mas não na deficiência; o embasamento moral do documento foi pautado em aspectos de normalidade, tratando, ainda que implicitamente, as PcDs como anormais; a ICIDH defende a relação de causalidade entre lesão e deficiência, ignorando a possibilidade de ambientes opressores e segregacionistas para pessoas com lesões; o documento defende a intervenção no corpo da deficiência, com ações médicas e entende a deficiência apenas como questão individual, ignorando o aspecto social.

Os discursos biomédicos levaram ao capacitismo, os quais “apoiados no binarismo norma/desvio, têm levado a uma busca de todos os corpos para performatizá-los normativamente como capazes” (Gresser; Block; Mello, 2019, p. 217). O capacitismo diz respeito à discriminação das pessoas, fundamentada na deficiência. Trata-se de fenômeno estrutural e estruturante na medida em que “condiciona, atravessa e constitui sujeitos, organizações e instituições, produzindo modos de se relacionar” a partir do entendimento de corpos com deficiência como “deficientes ontológica e materialmente” (Gresser; Block; Mello, 2019, p. 218).

Para Campbell (2001, p. 44), capacitismo diz respeito a “uma rede de crenças, processos e práticas que produzem um certo tipo de corpo (ou padrão corporal) que é projetado como perfeito, típico da espécie e, portanto, essencial e totalmente humano. A deficiência é então modelada como um estado diminuído do ser humano”.

Esses conceitos médicos da deficiência fundamentaram os limites ontológicos que preservam a separação entre PcDs e pessoas sem deficiência até hoje (Hughes, 2012). Essa perspectiva não apenas marginaliza as PcDs, mas também impõe um padrão normativo que todos os corpos são pressionados a seguir, desvalorizando a diversidade e perpetuando a exclusão. Isso reforça a ideia de que o conceito de deficiência é construído externamente, geralmente por pessoas que não têm deficiência, com base em uma estrutura social idealizada. Ou seja, o capacitismo faz com que as estruturas sociais e urbanas também sejam pensadas para pessoas/corpos idealizados e perfeitos.

Em relação ao interpretativismo, Goodley (2011, p. 51) explica que esse paradigma prioriza as “experiências das PcDs para a compreensão do mundo social”, pois entende o mundo

social como um processo social emergente, instituído pelos sujeitos e suas compreensões subjetivas compartilhadas. Ações incapacitantes ou capacitadoras são realizadas por e entre sujeitos voluntaristas em um mundo coerente e regulado. Os pesquisadores interpretativistas inspiram-se especialmente em Erving Goffman (1961; 1963 *apud* Goodley, 2011), que entende que as PcDs são submetidas à estigmatização e às identidades.

Assim, o interpretativismo analisa o sentido de deficiência na medida em que é construído mediante interpretações e ações dos indivíduos. Nesse paradigma, entende-se que a deficiência é um problema sociológico e não psicológico. Uma lente teórica bastante utilizada é a fenomenologia, que situa os problemas e perspectivas da deficiência no nível da corporeidade (Goodley, 2011).

O humanismo radical parte do entendimento de que o mundo é naturalmente desigual e existem formas dominantes de produção cultural que restringem grupos minoritários de representação. Nesse paradigma, “as ideias de cognitivismo, nativismo e capacitismo”, que embasam uma ideologia individualista e incapacitante, são reconhecidas e questionadas. Dentre as fontes de inspiração do humanismo radical, estão Karl Marx e os estudiosos da escola de Frankfurt (Goodley, 2011, p. 57).

No estruturalismo radical, a deficiência é compreendida não como uma característica individual ou médica, mas como uma questão de exclusão sociopolítica, econômica e estrutural. Esse paradigma examina como as forças capitalistas impactam a vida das PcDs, evidenciando que a transformação do trabalho em mercadoria sob o capitalismo levou à crescente marginalização dessas pessoas. Em outras palavras, a deficiência é politizada, sendo vista como resultado das estruturas e modos de dominação capitalistas, e não como um problema inerente ao corpo das PcDs (Goodley, 2011). Goodley (2011) destaca que o estruturalismo radical desloca o foco do corpo funcionalista individual para a análise das estruturas externas de dominação e opressão capitalista. Essa perspectiva crítica consolidou o modelo social da deficiência, o qual orienta este trabalho.

Influenciado pelo movimento das PcDs no Reino Unido entre as décadas de 1960 e 1970, surgiu o modelo social como uma resposta às limitações do modelo médico (Retief; Letšosa, 2018). Em 1972, Paul Hunt (sociólogo com deficiência física) escreveu uma carta convidando as PcDs a se unirem para a defesa de seus direitos, dando origem à Liga dos Deficientes Físicos Contra a Segregação, do inglês “*Union of the Physically Impaired Against Segregation*” (UPIAS).

Embora a UPIAS não possa ser considerada a primeira organização voltada para a defesa dos direitos das PcDs, ela é entendida como a pioneira a ser constituída e gerida por

PcDs (Diniz, 2007). Com base na ideia proposta pelo documento da UPIAS, denominado “Princípios Fundamentais da Deficiência”, do inglês “*Fundamental Principles of Disability*”, é que surgiu o modelo social da deficiência. Consoante Oliver (2013, p. 1024), a ideia proposta pelo documento era de que “não éramos deficientes por nossas deficiências, mas pelas barreiras incapacitantes que enfrentamos na sociedade”.

Diniz (2007, p. 10) explica que a deficiência passou a ser concebida como um modo específico de opressão social, o qual outros grupos minoritários também enfrentam. Assim, a discriminação pela deficiência passou a ser percebida como uma maneira de dominação social. A autora ressalta que “a despeito da variedade de lesões, havia um fator que unia todos os deficientes: a experiência da opressão”.

Consoante o manifesto proposto pela UPIAS, há uma distinção entre os conceitos de lesão (do inglês *impairment*) e deficiência (do inglês *disability*):

Nós definimos *impairment* como a falta de parte ou de todo um membro, ou ter um membro, órgão ou mecanismo do corpo defeituoso; e *disability* como a desvantagem ou restrição de atividade causada por uma organização social contemporânea que não toma ou presta pouca atenção às pessoas com deficiências físicas e, portanto, as exclui da participação na corrente principal das atividades sociais (Upias, 1976, p. 20).

Ou seja, lesão diz respeito a uma condição do corpo ou da mente, como a ausência de um membro ou a cegueira parcial ou total, sendo um atributo de uma pessoa. Por outro lado, deficiência é a perda ou limitação de oportunidades de participar da vida comunitária de forma equitativa, resultante do ambiente social, econômico e físico em que as PcDs se encontram (Burchardt, 2004).

No modelo social, há uma distinção entre os conceitos de lesão e deficiência, sendo a deficiência baseada numa concepção sociológica e a lesão resultante da biologia humana. Essa abordagem entende que a deficiência resulta da interação entre as limitações da pessoa e as diversas barreiras impostas pelo corpo social. A partir dessa concepção, a deficiência não é entendida mais como uma limitação física, sensorial ou cognitiva, mas como a relação do indivíduo com o ambiente no qual está inserido.

O modelo social da deficiência tem influenciado a criação de políticas, leis e ações voltadas para as PcDs em todo o mundo, passando a compreendê-la como um fenômeno biopsicossocial. Baseada nessa abordagem da deficiência, a OMS propôs, em 2001, a Classificação Internacional de Funcionamento e Saúde (CIF) em substituição ao ICIDH. A elaboração da CIF teve a contribuição de distintas entidades acadêmicas, assim como de

movimentos sociais de PcDs, e se relaciona com o modelo social na medida em que busca compreender a deficiência enquanto experiência de exclusão e opressão popular. Para tanto, “os domínios de saúde são descritos pela CIF com base no corpo, no indivíduo e na sociedade, e não somente das doenças ou de suas consequências” (Diniz, 2007, p. 21).

A CIF determina a funcionalidade e a incapacidade como caracterizadas pelo contexto ambiental no qual as pessoas vivem. Ela define a deficiência não somente como “consequência das condições de saúde/doença, mas são determinadas também pelo contexto do meio ambiente físico e social, pelas diferentes percepções culturais e atitudes em relação à deficiência, pela disponibilidade de serviços e de legislação” (Farias; Buchalla, 2005, p. 190).

No Brasil, esse movimento provocou um debate sobre as instituições voltadas para PcDs, que antes eram principalmente baseadas na filantropia, e viu o surgimento de organizações lideradas por indivíduos com deficiência (Gesser; Block; Nuernberg, 2019).

No entanto, apesar dos avanços no debate e da influência da abordagem social da deficiência, ainda há uma compreensão predominante da deficiência que “individualiza, patologiza, medicaliza, psicologiza, essencializa e despolutiza o fenômeno da deficiência” (Goodley *et al.*, 2019, p. 973).

Isso reflete em todas as áreas da vida das PcDs, sendo que nesta tese há o destaque para o cerceamento do direito à cidade pelas PcDs, o qual se manifesta em níveis e maneiras diferentes, impossibilitando a apropriação e a participação desse público no espaço urbano.

Consoante Rolnik (2017), a interferência do Estado na sociedade promove um padrão de normalidade aos cidadãos. Para tanto, existem padrões de cidade e cidadão que são estabelecidos como regra, ou seja, enquanto existem bairros “saudáveis”, as favelas e os cortiços, por exemplo, são tidos como subnormais e seus habitantes não são considerados cidadãos. Desse modo, o planejamento urbano parte de conceitos de normalidade e subnormalidade para promover uma segregação espacial (Rolnik, 2017).

Esse entendimento de normalidade é também aplicado às pessoas, de modo que não apenas o Estado, mas também o mercado e a sociedade em geral fazem uma nítida distinção entre pessoas consideradas “saudáveis” e aquelas vistas como “anormais”, ou que não se inserem nos padrões de normalidade. Essa concepção abrange diferentes grupos, mas sempre leva a um caminho de exclusão e sofrimento.

No entanto, na contramão do pensamento majoritário, os estudos sobre a deficiência, em que se destaca o modelo social, levam a um reposicionamento da deficiência enquanto:

[...] um objeto para entender o funcionamento da sociedade capitalista, uma categoria política em torno da qual se mobilizar, um rico fenômeno produzido por meio de práticas sociais e culturais, uma identidade em torno da qual se organizar politicamente, um roteiro cultural marcado por processos de normalização e uma experiência ontológica sempre moldada por uma série de fatores externos (Goodley *et al.*, 2019, p. 974).

Assim sendo, a partir da concepção proposta pelo modelo social de que a deficiência não é uma condição individual, mas uma construção social, cabe à sociedade, como um todo, atuar na promoção de ambientes acolhedores e inclusivos. O modelo social da deficiência é um convite ao rompimento com os padrões estabelecidos pela sociedade de corpos ideais, de perfeição e de normalidade. Ao contrário, essa abordagem propõe a compreensão da diversidade existente entre as pessoas, cada qual com suas especificidades, sendo que todos devem ser respeitados e ter seus direitos resguardados.

2.1.1 Modelo Social da Deficiência

No modelo social da deficiência, o foco deixa de ser as limitações funcionais dos indivíduos com deficiência, cedendo lugar aos problemas ocasionados por ambientes, barreiras e culturas incapacitantes (Barnes, 2012). Oliver (1981, p. 28) explica que “este novo paradigma envolve nada mais ou menos fundamental do que uma mudança de foco nas limitações físicas de indivíduos particulares para a forma como o ambiente físico e social impõe limitações a certas categorias de pessoas” (Oliver, 1981, p. 28). A deficiência, portanto, passa a ser entendida como um problema social que exige mudanças sociais (Goodley, 2011).

A deficiência passa a ser concebida enquanto uma construção social que ocorre através da discriminação e opressão. O foco está na sociedade e não no indivíduo (Oliver, 2009; Degener, 2017). Essa abordagem destaca as barreiras econômicas, sociais e físicas, impulsionando demandas por maior acessibilidade, bem como por medidas contra a discriminação. Ao focar na sociedade como a causa da deficiência, esse modelo rejeita a ideia de deficiência como uma tragédia pessoal, enfatizando que as limitações à participação plena não são características intrínsecas do indivíduo, mas sim imposições sociais. Assim, a remoção dessas barreiras é uma questão de justiça, exigindo mudanças estruturais para garantir a igualdade de oportunidades e a inclusão plena das PcDs (Burchardt, 2004).

Diante disso, a exclusão social sofrida pelas PcDs está relacionada à forma como a sociedade responde às limitações que essas pessoas têm. Oliver (2009) critica o excesso de investimento em tratamentos individuais de reabilitação, os quais, na maioria das vezes,

fornece um processo desgastante e que não promove a efetiva “cura” (percepção do modelo médico) e, conseqüentemente, as modificações nos ambientes, de modo a torná-los inclusivos, acabam sendo negligenciadas. Nesse sentido, a solução para os problemas enfrentados pelas PcDs, para o autor, não está restrita a tratamentos médicos, mas reside principalmente na política, mediante a alteração das estruturas sociais.

Assim sendo, as intervenções nos corpos das PcDs para aproximar suas vidas de um conceito de normalidade são fortemente contestadas. Para os defensores desse modelo, a principal intervenção deve ocorrer na sociedade, de forma a garantir a participação plena das PcDs, facilitando ou removendo barreiras ao seu acesso. Defende-se, nessa visão, a celebração da diferença e das diversas experiências de vida, em vez de buscar uma normalidade padronizada (França, 2013).

No entanto, a abordagem também tem sido alvo de críticas. Oliver (2013) aponta duas principais críticas feitas ao modelo social da deficiência: a primeira sugere que o modelo não acomoda a deficiência em si; a segunda argumenta que o modelo desconsidera as diferenças individuais, tratando as PcDs como um grupo unitário, desconsiderando aspectos como raça, gênero, sexualidade e idade.

França (2013) explica que o modelo social não faz referência ao estado de saúde, como doenças e enfermidades, levando à impressão de que a deficiência não está ligada a processos de adoecimento ou falta de saúde. Ao menosprezar a conexão entre saúde e deficiência, a abordagem parece tratar a lesão como independente da deficiência, mesmo que essa condição seja necessária para a manifestação desta.

Oliver (1996) reconhece que a deficiência traz consigo a experiência da deficiência, que envolve restrições que não podem ser solucionadas pelos princípios do modelo social. Por exemplo, uma pessoa com baixa visão não vai conseguir ler ou emitir sinais não verbais numa interação social, ainda que o ambiente seja plenamente acessível. A questão defendida pelo autor é que o modelo busca lidar com as barreiras sociais da deficiência e não com as restrições pessoais.

O autor ainda explica que não se trata de negar a deficiência, mas de determinar quais aspectos da vida dessas pessoas necessitam de cuidados médicos ou terapêuticos e quais demandam a criação de políticas. Ou seja, nem tudo requer tratamento médico, sendo que em alguns casos a ação política pode ser mais adequada. A compreensão de sempre medicalizar a deficiência leva a um caminho de colonização das vidas das PcDs pelos profissionais, apesar de nem sempre essa ser a opção mais apropriada (Oliver, 1996).

Diniz, Barbosa e Santos (2009, p. 67) explicam que o modelo social da deficiência tem a seguinte percepção: “[...] são as barreiras sociais que, ao ignorar os corpos com impedimentos, provocam a experiência da desigualdade. A opressão não é um atributo dos impedimentos corporais, mas resultado de sociedades não inclusivas”. Assim sendo, os autores apontam que quanto mais numerosas forem as barreiras sociais, maior será a limitação da participação dos indivíduos com impedimentos.

Outro aspecto diz respeito às múltiplas opressões que as PcDs sofrem simultaneamente à deficiência. Oliver (1996) reconhece que o modelo social da deficiência não é capaz de explicá-la na sua totalidade. O foco está em perceber as experiências pessoais e coletivas de barreiras sociais incapacitantes e como sua aplicação pode influenciar a prática profissional e moldar a ação política.

Oliver (2013) explica ainda que o modelo social é um instrumento para melhorar a vida das pessoas e que os estudiosos têm despendido muito tempo e estudos criticando o modelo, mas não propõem uma abordagem capaz de substituí-lo ou mesmo mecanismos para revigorá-lo. Além disso, enfatizar a lesão e a diferença pode despolitizar o modelo social e, conseqüentemente, levar ao retrocesso dos direitos e conquistas das PcDs até o momento. Na verdade, segundo Oliver (2013), isso já é uma realidade, visto que as instituições governamentais têm utilizado esses argumentos para ignorar as barreiras enfrentadas pelas PcDs. Assim, as diferenças estão sendo utilizadas para diminuir os serviços prestados às PcDs, pois as necessidades estão sendo divididas em níveis (moderada, substancial e crítica), e muitas autoridades estão fornecendo serviços apenas para aqueles cujas deficiências são críticas.

A questão central é que o capitalismo frequentemente busca justificativas para evitar promover uma sociedade inclusiva, afinal, não é de interesse da classe dominante fazê-lo. Assim, quando o foco se desloca do coletivo para o sujeito, a responsabilidade deixa de ser do governo e da sociedade e passa a ser atribuída à pessoa individualmente. A ideia de focar na sociedade é justamente levar a pauta para todos e politizar a temática. Não se trata de ignorar a lesão, apenas tirar o foco do indivíduo e passar para o coletivo.

Em suma, a abordagem defendida pelo modelo social da deficiência enfatiza a necessidade de eliminar as barreiras que limitam a participação plena das PcDs na sociedade. Ao deslocar o foco das limitações individuais para as restrições impostas pelo ambiente físico, político e social, essa perspectiva defende a justiça social e a igualdade de oportunidades. Ela rejeita a visão da deficiência como uma tragédia pessoal e propõe uma reconfiguração estrutural da sociedade para garantir acessibilidade e inclusão. No entanto, apesar das críticas apontadas quanto à falta de consideração das diferenças individuais e do estado de saúde, o modelo social

continua sendo um poderoso instrumento político e social, impulsionando mudanças significativas que beneficiam não só as PcDs, mas toda a sociedade.

2.2 Cidade: uma perspectiva fundamentada em Lefebvre

Henri Lefebvre nasceu em 1901, na França, e formou-se em filosofia em 1920. Ao longo de sua vida, produziu diversos livros que têm importante contribuição e influência na teoria urbana contemporânea. O direito à cidade foi proposto pela primeira vez por Lefebvre em sua obra “Direito à cidade” (do francês “*Le Droit à la Ville*”), publicada em 1968. Portanto, é fundamental retomar os conceitos abordados pelo autor nessa obra, bem como por outros autores contemporâneos que se baseiam nessa teoria.

A história da cidade, ao longo do tempo, reflete as mudanças nos modos de produção, começando com a cidade política da Grécia Antiga, centrada na Ágora e na divisão social do trabalho. O surgimento do comércio desafiou essa ordem, provocando uma luta de classes que resultou na ascensão dos comerciantes como classe dominante e na transformação da praça em um centro comercial. A transição da cidade política para a comercial foi marcada por uma ruptura, refletindo mudanças mais amplas na sociedade, como a substituição progressiva dos senhores de terra pelas monarquias nacionais e a mudança na produção dos camponeses para atender às demandas urbanas. Esse período, nos séculos XVI-XVII, caracterizou-se pela visão do campo como um lugar de forças incontroladas, enquanto a cidade representava a liberdade, delineando o quadro geral do Ocidente Europeu (Araújo, 2012).

A ascensão da cidade comercial sobre as ruínas da cidade política impulsionou o comércio e a circulação de riquezas, marcando o surgimento de circuitos comerciais entre cidades e o desenvolvimento dos primeiros bancos. Mas a cidade comercial ainda era obra, pois, embora tivesse grupos diversos que competiam entre si, ainda compartilhavam um senso de pertencimento e amor pela sua cidade, onde valores de uso e costumes predominavam sobre o valor de troca, permitindo a realização de festas e encontros de acordo com as tradições locais (Araújo, 2012).

A cidade, nesse período, era concomitantemente o centro da vida social e política, da acumulação de riquezas e da criação de conhecimento, técnicas e obras. As festas que eram realizadas promoviam o consumo improdutivo com o objetivo de gerar prazer e prestígio, levando a um sentimento de pertencimento à cidade (Lahorgue, 2002).

O conceito de cidade como obra foi proposto por Lefebvre (2011, p. 52), associando-a a uma obra de arte propriamente dita, sendo que “[...] se há produção da cidade, e das relações

sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos”. Essa afirmação ressalta a complexidade da cidade como um fenômeno social, em vez de meramente uma construção física. Ao invés de focar apenas nos edifícios e estruturas materiais, Lefebvre (2011) argumenta que a verdadeira essência da cidade reside nas interações e dinâmicas sociais entre as pessoas que a habitam.

A cidade como obra está em constante evolução, sendo os artistas os próprios habitantes urbanos. Da mesma forma que um artista molda e transforma sua obra ao longo do tempo, os habitantes da cidade influenciam ativamente o espaço urbano por meio de suas práticas cotidianas. Assim, “[...] deve ser valorizada como uma obra que é criada e recriada todos os dias pelas práticas cotidianas dos habitantes urbanos” (Purcell, 2003, p. 578).

Coaduna com o pensamento de Rolnik (2017) sobre a dimensão arquitetônica da cidade, a qual conta, por si só, a sua história, podendo ser lida tal qual um texto. Isso porque a arquitetura passa a ser um repositório de memória coletiva, um registro das atividades realizadas pelos antepassados. A forma como as ruas, casas, praças e outras estruturas são delineadas conta sobre aqueles que trabalharam em sua edificação e expressa o seu mundo (Rolnik, 2017).

Essas proposições caminham para a compreensão de que a natureza da cidade é social. Mas existe uma relação de reciprocidade, em que, ao mesmo tempo que as pessoas fazem a cidade por meio de suas atividades cotidianas e compromissos políticos, intelectuais e econômicos, a cidade também faz o indivíduo (Harvey, 2003). Como Lefebvre (2011, p. 51) explica, a cidade “sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes, com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto”.

A partir da concepção da natureza intrinsecamente social da cidade, é possível perceber que existe uma relação de reciprocidade entre a cidade e seus habitantes: enquanto as pessoas contribuem para a formação e transformação da cidade por meio de suas práticas diárias, a cidade, por sua vez, exerce um impacto profundo sobre a vida e o desenvolvimento dos indivíduos, refletindo e sendo moldada pelas mudanças mais amplas na sociedade em que está inserida. Essa compreensão ressalta a complexidade e a interdependência entre a cidade e a sociedade, reconhecendo sua relação dinâmica e em constante evolução.

Consequentemente, a mudança da sociedade ao longo do tempo levou a grandes transformações na concepção da cidade. Como assevera Araújo (2012), com a consolidação dos comerciantes como classe dominante, preparou-se o terreno para a industrialização, processo que causou uma ruptura histórica profunda na prática social e na estrutura da cidade.

Lefebvre (2011) descreve o processo de industrialização como indutor dos problemas relacionados ao crescimento urbano e ao progresso da realidade urbana. Isso ocorre através de dois fenômenos. Primeiramente, a industrialização desvaloriza o papel central da cidade, levando à implosão, na qual a potência política e comercial da cidade perde sua relevância social. Em seguida, ocorre a explosão da cidade, com a dispersão de fragmentos urbanos pela região (as periferias), resultando na formação de uma anticidade que nega a cidade política-comercial. Essa anticidade é caracterizada pela prevalência das relações baseadas no valor de troca sobre o valor de uso, levando à substituição da obra pela mercadoria e à padronização das relações sociais e espaço-temporais (Araújo, 2012).

Ocorreu, então, a denominada mercantilização do espaço urbano, de forma que o valor de uso praticamente sucumbiu ao valor de troca, e as noções de comunidade e usufruto do espaço público esmoreceram (Lefebvre, 2011). Assim, embora o valor de uso seja fundamental para a cidade, “o valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso” (Lefebvre, 2011, p. 14). Notadamente, o conceito de direito à propriedade foi responsável por promover a alienação do ambiente urbano dos habitantes. Assim, a cidade moderna capitalista tornou-se um espaço de exploração.

Os conceitos de valor de uso e valor de troca estão enraizados em Marx (2013, p. 114), o qual traz as seguintes definições: “valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”. Já o valor de troca “aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço”. Enquanto obra é valor de uso, produto é valor de troca.

Desse modo, o processo de urbanização é marcado pela segregação de alguns grupos da população, levando-os para fora da cidade. Nas palavras de Colosso (2016, p. 83), a segregação é “uma força no desenraizamento, na dissociação de vínculos, além de retirar parcelas da população da arena das decisões coletivas e excluí-las dos bens socialmente produzidos na cidade”.

Assim, a cidade apresenta o seguinte paradoxo: ao mesmo tempo que é local de agregação, ela também promove a segregação de seus habitantes de diferentes maneiras. Uma vez que seu espaço é único, mas compartilhado por todos, essa divisão não é feita de maneira coerente e justa, ou que permita a todos o direito de usá-lo plenamente. Desde o surgimento das

idades, os diferentes habitantes se agrupam conforme seus interesses e ocupam certas áreas urbanas, excluindo aqueles que não pertencem ao mesmo grupo (Cosenza; Resende, 2006).

Lefebvre (2011) defende a tese de que o habitar foi integrado pelo habitat, ou seja, ao passo que antes do urbanismo moderno o viver era uma ação social que promovia uma identidade urbana e possibilitava a participação política (habitar), esse processo foi reduzido à ocupação de uma moradia, sem vínculo com a ação política (habitat). Para Lefebvre (2011, p. 23), habitar diz respeito a “participar de uma vida social, de uma comunidade, de uma aldeia ou cidade”. Ou seja, certos segmentos da população foram impossibilitados de se envolverem nas decisões relacionadas à cidade.

Consoante Araújo (2012, p. 136), “o ato de habitar é uma condição revolucionária porque é capaz de se opor dialeticamente ao movimento de homogeneização do capital, mas habitar não se resume apenas a ter uma moradia, afinal, trata-se do direito à cidade no sentido político mais profundo possível”.

Lefebvre propõe o resgate do valor de uso e da cidade como obra, a qual precisa ser produzida e reproduzida pelos próprios habitantes (Lefebvre, 2011). Uso, para Lefebvre (2011, p. 53), diz respeito à “fruição, a beleza, o encanto dos locais de encontro”. Envolve o gozo, o desfrute, a utilização da cidade como um todo, dos seus benefícios e de tudo que oferece. Isso implica uma utilização da cidade que vai além das relações econômicas e do valor de troca, enfatizando a importância do desfrute e o gozo da vida na cidade.

Tendo em vista que a organização da cidade advém de um processo histórico e cultural que tanto influencia quanto é influenciado pelo modo de vida e pensamento de seus habitantes, de que essa organização é dinâmica e pode ser modificada conforme mudam os aspectos que a constituem, esses aspectos devem ser analisados cuidadosamente para que políticas públicas sejam eficazes em alcançar as mudanças desejadas (Cosenza; Resende, 2006). Cosenza e Resende (2006, p. 32) explicam que “mais do que um espaço físico, a cidade configura um espaço de convivência, cidadania, conflitos, revoluções e conquistas que deve estar ao alcance de todos os cidadãos. Caso contrário, ela se torna um poderoso instrumento de exclusão”.

Desse modo, pode-se afirmar que a estrutura da cidade contemporânea, guiada por interesses de um grupo gestor dominante, beneficia certos grupos em detrimento de outros, dentre os quais estão as PcDs (Cosenza; Resende, 2006). A normatização do corpo no contexto capitalista implica uma padronização que não acomoda as variações corporais, exigindo que pessoas que não se adequam a esse padrão se ajustem a ambientes que não foram projetados para elas. Isso se reflete em todo o ambiente urbano que não considera a diversidade corporal. O capacitismo seria uma manifestação desse pensamento (Alves, 2019).

A luta por espaços inclusivos e a reivindicação do direito à cidade é necessária para desafiar a ordem estabelecida e promover uma urbanização que valorize o uso e a fruição da cidade por todos os seus habitantes, reconhecendo e respeitando a diversidade de formas de ser e existir. Essa visão enfatiza a necessidade de uma cidade que seja, verdadeiramente, uma obra coletiva, construída e reconstruída diariamente por todas as pessoas que nela vivem.

2.3 Direito à Cidade

Neste tópico, discute-se o direito à cidade, destacando a perspectiva teórica de Lefebvre e as contribuições de diversos autores que leram e aprofundaram seus conceitos, ampliando o debate. Lefebvre escreveu sua obra “Direito à Cidade” em um momento em que a França vivenciava acentuadas divergências sociais e quebras epistemológicas nas ciências sociais (Camargo, 2016). Conforme Purcell (2014), a proposta política e intelectual de Lefebvre era realizar uma crítica à sociedade e propor uma direção para além do capitalismo, do Estado e do consumismo. Para tanto, Lefebvre denuncia a submissão da sociedade à economia, o domínio do espaço urbano pelo Estado e a supremacia do valor de troca sobre o valor de uso (Huchzermeyer, 2017).

Lefebvre (2011) defende o direito à cidade como o direito à vida urbana, transformada e renovada. O autor afirma, ainda, que se trata de um direito que se apresenta como a forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. Envolve o “direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito de propriedade)” (Lefebvre, 2011, p. 134). O direito à obra diz respeito à participação dos habitantes na produção do espaço urbano, ao passo que o direito à apropriação diz respeito ao uso total do espaço urbano por meio do desenvolvimento da vida cotidiana.

Consoante Purcell (2014), a perspectiva de direito à cidade de Lefebvre envolve o entendimento do urbano como uma sociedade além do capitalismo e com um relacionamento significativo entre os habitantes. Trata-se de algo possível de ser pensado para o futuro. Também o direito à cidade é fundamental nessa ação em direção ao urbano, que envolve a reivindicação dos habitantes pela cidade e a afirmação da supremacia do valor de uso sobre o valor de troca. Destarte, o direito à cidade envolve a busca pela desalienação do espaço urbano por meio do processo de apropriação, e este, por sua vez, envolve a realização de uma obra. Para tanto, a autogestão é defendida por Lefebvre, em que os próprios habitantes se apropriam do espaço urbano e gerem a cidade para si mesmos. Na mesma direção, Attoh (2011) defende

que o direito à cidade visa promover aos habitantes um papel central em relação às decisões que envolvem a produção do espaço urbano.

Varsanyi (2008, p. 39) explica que Lefebvre entende o direito à cidade como “a luta pelo espaço vivido sobre o espaço abstrato, pelo espaço representacional sobre as representações do espaço e, finalmente, pelos habitantes da cidade contra as forças do capitalismo (e por extensão, o estado), e pelo direito de habitar a cidade”.

Attoh (2011) demonstra em seu estudo uma inquietação sobre quais direitos envolvem o direito à cidade. Para Purcell (2003), o direito à cidade, proposto por Lefebvre, se divide em dois direitos principais, quais sejam: direito à apropriação do espaço urbano e direito à participação na produção do espaço urbano. Sobre o primeiro, o autor explica:

Ao defender o direito à apropriação do espaço urbano, Lefebvre não está se referindo à propriedade privada, mas sim ao direito dos habitantes ao "uso total e completo" do espaço urbano no curso de sua vida cotidiana (LEFEBVRE, 1968; 1996: 179). O direito à apropriação do espaço urbano envolve o direito de viver, se divertir, trabalhar, representar, caracterizar e ocupar o espaço urbano em uma determinada cidade. Esses são direitos de uso, e não direitos de troca, e a distinção entre valor de uso e valor de troca de Marx é central para a ideia de apropriação. O direito de apropriação é o direito de definir e produzir o espaço urbano principalmente para maximizar seu valor de uso para além de seu valor de troca (Purcell, 2003, p. 577-578).

Assim, engloba o direito de uso, que diz respeito à utilização da cidade como um todo, dos seus benefícios e de tudo o que oferece, assim como a afirmação do valor de uso sobre o valor de troca. Também diz respeito à valorização da cidade como obra, de forma a “maximizar o valor de uso para os residentes, em vez de maximizar o valor de troca para o capital” (Purcell, 2003, p. 578).

O direito à participação, por sua vez, garante aos habitantes o “direito de participar centralmente em qualquer decisão que contribua para a produção do espaço urbano” (Purcell, 2003, p. 578). Isso ocorre seja uma decisão política, do capital ou de qualquer instituição que reflita sobre a produção do espaço urbano e em qualquer escala, seja global, nacional ou local. No que se refere ao direito à centralidade, diz respeito tanto ao “direito de assumir um papel de liderança na tomada de decisões quanto o direito de fisicamente ocupar, viver e moldar as áreas centrais da cidade” (Purcell, 2003, p. 578).

O direito à participação envolve a cidade como obra, ou seja, uma obra produzida e reproduzida por aqueles que habitam a cidade (Lefebvre, 2011). Saule Júnior e Libório (2021, p. 1489) defendem que um dos elementos que compõem a cidade como bem comum é a “maior participação política na definição, implementação, monitoramento e orçamentação das políticas

urbanas e de ordenamento do território, a fim de reforçar a transparência, a eficácia e a inclusão da diversidade de habitantes e suas organizações”. Também engloba o direito à habitação, que diz respeito à participação em uma vida social. Todos esses direitos estão interligados e inseridos nas categorias centrais de direito à cidade, a saber: usar, produzir e habitar o espaço urbano.

Em relação à titularidade do direito à cidade, a Carta Mundial pelo Direito à Cidade (2005), no item 5 do artigo 1º, afirma que são entendidos como cidadãos e, conseqüentemente, são titulares do direito à cidade: "todas as pessoas que habitam de forma permanente ou transitória as cidades". Além disso, o mesmo dispositivo legal, artigo 1º, item 1, estabelece que:

Todas as pessoas devem ter o direito a uma cidade sem discriminação de gênero, idade, raça, condições de saúde, renda, nacionalidade, etnia, condição migratória, orientação política, religiosa ou sexual, assim como preservar a memória e a identidade cultural em conformidade com os princípios e normas estabelecidos nessa carta (Carta Mundial pelo Direito à Cidade, 2005).

No entanto, como afirmam Saule Júnior e Libório (2021), existem pessoas que vivem na cidade de modo temporário, a exemplo de estudantes, pessoas que estão realizando tratamento médico e prestadores de serviço. Além disso, há também os que habitam o município em condições ilegais ou informais, como imigrantes, refugiados e trabalhadores informais (vendedores ambulantes, catadores de resíduos e outros). Tendo como base o enfrentamento a todos os tipos de discriminação e o princípio da função social da cidade, os autores defendem que a titularidade do direito à cidade deve envolver toda a população da urbe de forma permanente, temporária ou transitória, considerando também habitantes que estejam vivendo em situação de informalidade e vulnerabilidade. Além disso, esse direito é extensivo a todos que moram tanto na área urbana quanto na área rural.

O direito à cidade, portanto, é proposto por Lefebvre (2011) como um resgate dos trabalhadores à cidade a fim de usufruir de seu valor de uso, assim como atuar na produção do espaço. Experienciar o urbano e ter um cotidiano não alienado estão relacionados ao surgimento das novas utopias urbanas. Envolve a recuperação da visão de totalidade, assim como o combate à alienação do cotidiano e busca a ampliação dos direitos dos habitantes urbanos sobrepostos aos direitos de propriedade (Lefebvre, 2011).

Como asseveram Brenner, Marcuse e Mayer (2009) sobre os estudos urbanos críticos propostos por Henri Lefebvre, Manuel Castells e David Harvey, embora os autores apresentem distinções teóricas, metodológicas e políticas, todos se preocupam em entender os modos em

que, pelo capitalismo, as cidades atuam como locais estratégicos para processos de mercantilização.

As cidades, eles argumentaram, são os principais pontos de base para a produção, circulação e consumo de mercadorias, e sua organização socioespacial interna em evolução, sistemas de governança e padrões de conflito sociopolítico devem ser entendidos em relação a esse papel. Esses autores sugeriram, além disso, que as cidades capitalistas não são apenas arenas nas quais ocorre a mercantilização; eles próprios são intensamente mercantilizados na medida em que suas formas socioespaciais constitutivas – de prédios e ambientes construídos a sistemas de uso da terra, redes de produção e troca e arranjos de infraestrutura em toda a metrópole – são esculpidos e continuamente reorganizados para aumentar a capacidade lucrativa do capital (Brenner; Marcuse; Mayer, 2009, p. 177).

A discussão sobre o direito à cidade com base na abordagem de Lefebvre ficou paralisada por um período, mais especificamente durante a década de 1970, tanto no contexto anglo-saxão como em parte da América Latina, em virtude do predomínio da perspectiva estruturalista da temática urbana. Foi na década seguinte que suas ideias voltaram a ser debatidas com força tanto na universidade quanto na esfera pública (Camargo, 2016; Tavolari, 2020). Desde então, é possível observar um crescente interesse global pelo direito à cidade, sendo que a maioria dos estudiosos se baseia nas ideias propostas por Lefebvre.

O direito à cidade tem sido abordado enfatizando diferentes aspectos, comumente enraizados em Lefebvre. A partir da diversidade de entendimentos sobre o direito à cidade, a maioria dos estudos que se debruçam sobre o tema destacam o papel do habitante ou usuário do espaço urbano e no entendimento de que o direito à cidade está diretamente relacionado à experiência cotidiana de habitar a cidade. Além disso, grande parte dos estudiosos concorda com a supremacia do valor de uso do espaço urbano sobre o valor de troca (Fernandes, 2007; Harvey, 2003; Harvey, 2008; Mitchell; Heynen, 2009; Purcell, 2014).

Para Rolnik e Garcia-Chueca (2020), a luta pelo direito à cidade envolve um clamor pela “mudança, afirmação de justiça, de democracia e de igualdade nas cidades”. Consoante as autoras:

Apesar da heterogeneidade desses protestos massivos, tanto no que diz respeito às suas origens quanto aos seus impactos, há um elemento comum em todos eles: o clamor popular por uma vida digna nas cidades, expresso por meio de uma multiplicidade de reivindicações: mais espaços participativos para tomadas de decisão; mais espaços públicos e verdes, administrados para serem áreas comuns, não mercantilizados ou controlados por entidades privadas; serviços públicos acessíveis; tratamento igualitário aos diferentes

grupos sociais, étnicos e de gênero da cidade, etc (Rolnik; Garcia-Chueca, 2020, p. 45).

Ocorre que, por se tratar de um conceito amplo, há uma tendência à sua generalização, o que leva a uma diversidade de definições e interpretações do direito à cidade. Rolnik e Garcia-Chueca (2020) alertam que essa diversidade tem gerado contradições em seu entendimento, o que pode restringir seu potencial revolucionário. A primeira contradição refere-se à interpretação do direito à cidade sob a ótica da estrutura clássica dos direitos humanos, a qual está fundamentada nos direitos individuais, principalmente no direito à propriedade, o que leva à exclusão de grande parte da população.

Como Lefebvre (2011) explica, o conceito de direito à propriedade foi responsável por promover a alienação do ambiente urbano dos habitantes. Ou seja, direito à cidade e direito à propriedade caminham em direções opostas e, portanto, não podem fazer parte de uma mesma pauta.

A segunda contradição, por sua vez, está relacionada ao modelo de cidade moderna, marcadamente fragmentado e segregacionista, fruto da distribuição desigual de riqueza e poder. Com isso, surgem microestados privados dentro da cidade, onde, de um lado, existe um grupo de pessoas que desfrutam de diversos privilégios e, do outro, estão as pessoas excluídas do contrato social moderno e do amparo do Estado (Rolnik; Garcia-Chueca, 2020).

Mais uma vez, a dimensão mercadológica da cidade é evidenciada. Para Harvey (2012), o desenvolvimento urbano ao longo do tempo está diretamente relacionado à absorção de capital excedente. Ou seja, o excedente é retirado de certo local e de alguém, enquanto o controle sobre sua disseminação fica nas mãos de poucos. Isso porque as cidades são essenciais para satisfazer as demandas contínuas do capitalismo. Para tanto, um grupo cada vez menor, composto pela alta classe urbana, concebe e gere os excedentes de acordo com seus próprios interesses. Dessa forma, é possível perceber o grande descontentamento das massas em relação à vida urbana. Assim, paulatinamente, ocorre uma divisão dos espaços urbanos, bem como uma progressiva polarização na partilha de riquezas e poder.

A terceira contradição diz respeito ao tipo de política urbana determinada globalmente, que promoveu a supressão dos obstáculos à livre circulação de capital financeiro e a implantação de novas instituições e instrumentos financeiros. Com isso, há a imposição de uma lógica global ao meio local, fazendo com que as cidades sejam projetadas sem levar em conta os interesses da população, levando inclusive à desapropriação em massa para disponibilizar as áreas aos detentores de excedentes de capital (Rolnik; Garcia-Chueca, 2020).

Isso ocorre porque decisões globais impactam a produção do espaço urbano local e, portanto, os habitantes precisam participar dessas decisões. Nesse sentido, Purcell (2003) propõe o direito à cidade global, que garante a participação dos habitantes em todas as decisões que impactam a produção do espaço urbano, seja em nível local, nacional ou global. Para isso, seria necessário, como o próprio autor sugere, repensar as relações sociais capitalistas e expandir a concepção de cidadania.

Já a quarta contradição relaciona-se com a introdução do direito à cidade na agenda institucional, que trata apenas da sua dimensão material, deixando de lado as dimensões política e simbólica. Isso ocorre porque essas dimensões envolvem uma estratégia revolucionária. Por fim, a última contradição, intrinsecamente relacionada à anterior, levanta o seguinte questionamento: “Se o máximo potencial emancipatório do direito à cidade fica de fora da agenda institucional, então, que papel podem exercer o municipalismo internacional e os governos municipais?” Ou seja, até que ponto o direito à cidade “traduz efetivamente na elaboração de políticas transformadoras concretas” (Rolnik; Garcia-Chueca, 2020, p. 49).

Como adverte Harvey (2012), até mesmo o direito à cidade tem sido utilizado em prol de interesses privados, ficando limitado, em grande parte, à elite política e econômica, que tem constituído as cidades de forma a atender seus próprios interesses. Observa-se que são os interesses das classes capitalistas que impulsionam o processo de urbanização, de modo que as cidades foram (e continuam a ser) planejadas e executadas levando em consideração apenas os anseios dos capitalistas. Indo na contramão desse pensamento, o direito à cidade visa promover cidades que “[...] correspondam às necessidades sociais humanas e não ao imperativo capitalista de geração de lucro” (Brenner; Marcuse; Mayer, 2009, p. 176).

Nesse sentido, ao analisar o conceito de direito à cidade conforme abordado, é possível extrair as seguintes conclusões: a maioria dos estudos que discutem política urbana sob a ótica teórica do direito à cidade recorre a Lefebvre para discutir o tema. Lefebvre não ofereceu um manual sobre o direito à cidade, mas um caminho a ser percorrido para alcançar cidades que integrem, de forma ampla e efetiva, todos os seus habitantes. Lefebvre (2011, p. 9) buscou “abrir o pensamento e a ação na direção de possibilidades que mostrem novos horizontes e caminhos”. Como aponta Reuter (2019), o direito à cidade não deve ser restringido às prerrogativas legislativas, mas entendido principalmente como uma ideologia política e um plano de ação. Assim, os estudos atuais seguem os passos de Lefebvre, mas vão além, buscando demonstrar a concretização desse direito a partir de diferentes elementos e perspectivas.

A segunda conclusão é que não há um consenso sobre o conceito de direito à cidade. Como afirmam Calgaro, Hermany e Silva (2020, p. 2024), sua definição permanece um

conceito aberto em permanente revisão e enriquecimento, tanto no campo teórico quanto no prático. Essa multiplicidade de compreensões leva às contradições apontadas por Rolnik e Garcia-Chueca (2020) e acabam restringindo seu potencial revolucionário. Por outro lado, algumas categorias são centrais para o entendimento do direito à cidade e são mencionadas pela maioria dos autores que discutem o tema, a saber: a importância de resgatar a supremacia do valor de uso sobre o valor de troca; o papel do habitante na produção do espaço urbano; e a experiência cotidiana de habitar a cidade.

Esses elementos são fundamentais neste trabalho, pois juntos conduzem aos conceitos de apropriação e participação no contexto urbano. Resgatar a supremacia do valor de uso sobre o valor de troca é crucial para assegurar que os espaços locais sirvam às necessidades e desejos dos habitantes, em vez de serem dominados por interesses mercantis. O papel do cidadão na produção do espaço urbano sublinha a importância de uma participação ativa na modelagem e gestão desses ambientes, promovendo uma cidade mais democrática e inclusiva. Além disso, a experiência cotidiana de habitar a cidade oferece uma visão rica e detalhada de como as pessoas interagem com os espaços urbanos, revelando as dinâmicas sociais e culturais que moldam a vida nesses locais.

Ademais, embora Purcell (2003) estabeleça que o direito à cidade é baseado em dois direitos basilares, apropriação e participação, na prática esses direitos estão interligados e têm como fundamento a cidade como obra, produzida e reproduzida por seus habitantes, bem como a supremacia do valor de uso sobre o valor de troca. Especificamente, o direito à apropriação é conquistado por meio da participação central nas decisões que produzem o espaço urbano.

Esses direitos são conquistados por meio do cumprimento de responsabilidades específicas: é preciso fazer contribuições para a cidade como obra, realizando a vida cotidiana em espaço urbano. Cada pessoa que ajuda a criar a cidade como obra (obrigação) tem direito à apropriação e participação (direitos). Além disso, o direito à cidade confere pertença a uma comunidade política, neste caso a comunidade de habitantes urbanos (Purcell, 2003, p. 578).

A terceira conclusão diz respeito aos detentores desse direito. Como afirma Attoh (2011), a literatura é confusa em relação a essa questão, deixando em aberto a quem pertence o direito à cidade. Saule Júnior e Libório (2021) ampliaram o conceito de cidadãos e, conseqüentemente, dos titulares do direito à cidade presente na Carta Mundial pelo Direito à Cidade (2005). Os autores defendem que a titularidade desse direito deve ser extensiva a todas

as pessoas que vivem na cidade, seja de forma permanente, temporária ou transitória, além das pessoas que estejam vivendo em situação de informalidade e vulnerabilidade.

Porém, como Reuter (2019, p. 386) ressalta, na prática “o impacto dos indivíduos no desenvolvimento urbano e no planejamento urbano muitas vezes depende de sua renda e nível educacional, onde vivem na cidade, e seu status na sociedade”. Assim, grupos marginalizados, como é o caso das PcDs, comumente são impossibilitados de participar da produção do espaço urbano, embora sejam titulares desse direito. Esses grupos têm sua existência negligenciada e, conseqüentemente, suas necessidades ignoradas.

2.3.1 Direito das pessoas com deficiência à cidade

Até a década de 1970, as ações destinadas às PcDs eram voltadas para a educação ou para obras marcadamente caritativas e assistencialistas, fundamentadas em uma perspectiva positivista da deficiência, a partir do modelo médico. Foi na década de 1970 que as organizações passaram a ter “caráter claramente definido e com o objetivo de conquistar espaço na sociedade, direitos e autonomia para conduzirem a própria vida” (Lanna Júnior, 2010, p. 33). Nesse momento, surgem as primeiras instituições compostas e geridas pelas próprias PcDs. Isso porque a década de 1970 foi marcada pelo fortalecimento do modelo social da deficiência, caminhando em direção contrária ao modelo médico, ainda hegemônico.

A década de 1980, por sua vez, ficou marcada como a “Década das Pessoas com Deficiência nas Nações Unidas”, devido à proclamação do “Ano Internacional das Pessoas Deficientes” (1981) e à criação do “Programa de Ação Mundial sobre as Pessoas Portadoras de Deficiência” (1982). Foi a partir desse momento que o modelo social da deficiência começou a prevalecer nos princípios e políticas internacionais e nacionais, bem como nas legislações voltadas para as PcDs (Maliska; Fracaro, 2020).

Em 1988, houve a promulgação da Constituição Federal do Brasil, também chamada Constituição Cidadã, cujo processo constituinte contou com a participação de PcDs, estabelecendo diferentes garantias a esse segmento. Ocorre que o seu texto ainda era marcadamente assistencialista, destinado mais à proteção e reabilitação do que à plena inclusão social. Embora o cuidado e a assistência sejam, em alguns momentos, necessários às PcDs, o excesso de protecionismo pode inibir a possibilidade de a pessoa se desenvolver (Maliska; Fracaro, 2020).

Assim, foi em 2006, com a promulgação da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), que a substituição do modelo médico pelo social foi

efetivamente positivada. A CDPD e seu Protocolo Facultativo foram ratificados pelo Brasil com equivalência de emenda constitucional em 2008, por meio do Decreto Legislativo nº 186, e promulgados em 25 de agosto de 2009, através do Decreto 6.949. O Protocolo Facultativo refere-se ao reconhecimento da competência do Comitê Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência para receber e considerar denúncias sobre violações dos preceitos estabelecidos na Convenção (Lopes, 2009).

A partir disso, cunhou-se o termo “pessoa com deficiência” como o mais adequado para se referir a esse segmento, substituindo terminologias até então utilizadas, como “inválido”, “incapaz”, “defeituoso”, “pessoa deficiente” ou “pessoa portadora de deficiência”. A utilização do termo correto é um indicativo da transformação de valores, que é o primeiro passo para a inclusão. No caso, ao falar “pessoa com deficiência”, o destaque está na pessoa e não na deficiência, ou seja, a pessoa é valorizada acima de tudo, sendo ressaltada em detrimento de sua característica física, sensorial ou intelectual (Rodrigues; Da Silva, 2017). Rodrigues e Silva (2017, p. 73) ressaltam que a “construção de uma verdadeira sociedade inclusiva passa também pelo cuidado com a linguagem”.

A participação ativa das PcDs levou à realização da I, II, III, IV e V Conferências Nacionais sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2006, 2008, 2012, 2016 e 2024, respectivamente. Em 2015, foi promulgada a Lei 13.146, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI). Esse dispositivo legal disciplina diversos direitos das PcDs, sendo que o capítulo IV trata especificamente do direito à participação na vida pública e política. Essa lei foi elaborada em consonância com os ditames estabelecidos na CDPD. No entanto, o caminho percorrido pelas PcDs é marcado por avanços e retrocessos, conquistas e barreiras. Ao mesmo tempo que existem diversas normas e políticas que contemplam as PcDs, colocá-las em prática é desafiador.

Um dos principais desafios enfrentados pelas cidades modernas é garantir uma inclusão plena que atenda às necessidades de todos os seus habitantes. Rebernik *et al.* (2020, p. 1-2) apontam 5 descobertas sobre cidades inclusivas, a saber:

- (1) Os governos das cidades ainda lutam para compreender a diversidade das necessidades dos cidadãos.
- (2) Consequentemente, as cidades não são capazes de compreender plenamente o que significa a inclusão da deficiência, quão complexa e importante é e como pode contribuir para a qualidade de vida de uma população mais vasta de cidadãos, não apenas daqueles com deficiência.
- (3) As cidades carecem de uma abordagem holística e sistêmica, e as medidas que incluem a deficiência ainda são em grande parte de natureza ad hoc.
- (4) As cidades carecem de sensibilização e conhecimento sobre a inclusão da

deficiência, o que se reflete evidentemente entre as partes interessadas relevantes, tais como políticos, autoridades locais, arquitetos, designers, urbanistas, etc.

(5) Consequentemente, as cidades ainda tendem a ser concebidas de uma forma não inclusiva, considerando um homem de 40 anos com capacidade plena como norma para o desenho da cidade. Assim, são excluídos grupos vulneráveis com um conjunto de necessidades diferentes dessa norma (Rebernik *et al.*, 2020, p. 1-2).

Ou seja, as cidades ainda são construídas com base no cidadão “normal”, sem qualquer necessidade ou limitação. Aqueles que não se inserem nesse padrão ficam à margem da sociedade. Isso reflete na apropriação e na participação das PcDs no espaço urbano. Assim, na sequência, é apresentado como o direito à apropriação e à participação é exercido ou não pelas PcDs na vida cotidiana da cidade.

2.3.1.1 Direito à apropriação

O direito de se apropriar do espaço urbano envolve o seu uso total e completo. Trata-se, como explica Pereira (2017, p. 238), “[...] da vontade de ver o conjunto dos cidadãos capazes de fazer da cidade seu próprio lugar”. Ou seja, os moradores deixam de ocupar uma posição de passividade, presos à cidade sem poder definir seus usos, passando para uma cidade que reflita a imagem de seus habitantes, resgatando assim o direito ao habitar.

Bezmez (2013) ressalta duas formas de impedimento da apropriação do espaço urbano pelas pessoas em geral: através da implementação de instrumentos que realizam a exclusão direta de determinados grupos sociais do uso de certas partes da cidade ou pelo sentimento de não pertencimento que acomete determinados grupos sociais, impossibilitando-os de usar o espaço urbano.

Especificamente em relação às PcDs, no primeiro caso, destaca-se a falta de acessibilidade física como a principal limitação enfrentada por essas pessoas no cotidiano urbano. A inexistência ou inadequação de espaços, serviços e equipamentos acessíveis não apenas inviabiliza ou dificulta o acesso a diferentes locais, como também limita a participação plena dessas pessoas na vida comunitária (Yardimci; Bezmez, 2018). Esse cenário perpetua a segregação e a desigualdade, pois impede que PcDs desfrutem dos mesmos direitos e oportunidades que os demais cidadãos.

Na mesma direção, Pinheiro, Barbosa e Rocha (2020) afirmam que os maiores obstáculos à plena inclusão das PcDs na sociedade são os desafios relacionados à acessibilidade. Esses problemas são enfrentados por esse grupo à medida que eles passam a acessar espaços e

situações que antes não eram considerados ou permitidos para esse público. É importante destacar também que uma sociedade acessível não beneficia apenas as PcDs, mas a sociedade como um todo (Pinheiro; Barbosa; Rocha, 2020).

Como afirmam Régis e Nogueira (2021), para as PcDs o direito à cidade está intrinsecamente ligado ao direito à acessibilidade, visto que, sem acessibilidade, essas pessoas são impossibilitadas de habitar o espaço urbano. Habitar a cidade é um grande desafio para as PcDs, tendo em vista que o conjunto de barreiras existentes acaba obstruindo a apropriação e a participação plena na vida da cidade.

É importante reconhecer os avanços já obtidos em relação à acessibilidade urbana, tanto no campo legislativo nacional e internacional quanto em mudanças práticas, como o transporte coletivo adaptado e a instalação de rampas nas calçadas, por exemplo (Cosenza; Resende, 2006). Especificamente em relação à acessibilidade, a Lei 10.098, promulgada em 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das PcDs ou pessoas com mobilidade reduzida. Esta lei propõe “requisitos mínimos de acessibilidade que abrangem desde as vias públicas, parques, espaços livres, estacionamentos, reformas e construção de edificações de uso coletivo e privado”, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR 9050/94 (Bertolino; Morais; Bortolo, 2021, p. 62).

Em 2015, foi promulgada a terceira edição da ABNT NBR 9050, a qual “estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade” (Brasil, 2015).

A LBI também discorre sobre o direito das PcDs à acessibilidade em todas as áreas de suas vidas e traz o seguinte conceito:

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015).

As leis supracitadas, assim como outras que não foram mencionadas, mas que também tratam sobre o direito à acessibilidade das PcDs, sejam a nível nacional ou internacional, representam marcos importantes ao estabelecer normas e parâmetros técnicos para promover a inclusão de PcDs. No entanto, a implementação dessas normas frequentemente esbarra em dificuldades práticas. Os problemas de acessibilidade são constantes na maioria das cidades

brasileiras, sejam elas de grande, médio ou pequeno porte, conforme apontam estudos (Albers *et al.*, 2020; Bertolino; Morais; Bortolo, 2021; Calado *et al.*, 2019; Klein; Grigoletti, 2021; Kuyven *et al.*, 2021; Machado; Lima, 2013; Régis; Nogueira, 2021).

Em pesquisa realizada por Machado e Lima (2013) na cidade de Itajubá, Minas Gerais, as autoras verificaram diversos problemas de falta de acessibilidade nos espaços de circulação pública. Problemas como pisos danificados, deformados, escorregadios ou inexistentes; superfície irregular e sem estabilidade, gerando solavancos; grelhas para escoamento de água na calçada com vão largo (35mm); tampas e caixas de inspeção e de visita desnivelados em relação ao piso; rampas sem faixa livre de acesso; rampas com largura mínima inferior a 1,20, invadindo toda a calçada e sem nivelamento com o piso; degraus nas calçadas em virtude de rampa de garagem; trechos revestidos com pedra portuguesa, repleta de desníveis e com mudança de piso em certos locais levando a trepidação da cadeira de rodas e instabilidade; rampa com inclinação acessível e obstáculos na calçada deixando a passagem livre inferior a 1,20m, conforme determinação da ABNT NBR 9050.

Os problemas apontados dividem-se em quatro categorias: geometria das calçadas (características do piso, largura da calçada, equipamentos urbanos e inclinação); obstáculos (desníveis, obras na calçada e garagem); travessias (rebaixamento de calçadas para travessia de pedestres e faixas para travessia) e estacionamento reservado para PcDs de acordo com a legislação e bem-sinalizado. Ao questionar as pessoas com mobilidade reduzida sobre a relevância de cada critério, o grupo geometria das calçadas apresentou um grau de importância maior que o dos outros, sendo apontado como o fator mais importante para a acessibilidade. Os obstáculos vieram na segunda posição, seguidos das travessias e a disponibilidade de vagas de estacionamento, com o menor grau de importância. Os julgamentos dos usuários variaram de acordo com o modo de se locomover, envolvendo o tipo de deficiência e o uso de dispositivos auxiliares de locomoção, como a cadeira de rodas, muletas e bengalas, e conforme as condições sociais (Machado; Lima, 2013).

Segundo Bertolino, Morais e Bortolo (2021, p. 63), em Montes Claros, tanto nos bairros não planejados como naqueles planejados antes da exigência da Lei 10.098, a locomoção é especialmente difícil devido a “ruas e calçadas malconservadas e estreitas, falta de sinalização para pedestres, fluxo constante de veículos automotores; que somados a falta de educação e consciência de muitos motoristas e transeuntes”. Esses problemas tornam a mobilidade nesses locais extremamente difícil, especialmente para PcDs. No entanto, mesmo nos bairros planejados, cujo cumprimento da Lei 10.098 é exigida pelo poder público, após a entrega dos

imóveis, muitos moradores alteram essas estruturas, comprometendo novamente a acessibilidade.

Os autores analisaram um bairro residencial planejado na cidade entregue em 2012, o qual atendeu aos requisitos de acessibilidade, mas os moradores têm deteriorado as calçadas, ocasionando diversos problemas, tais como: calçadas quebradas; poste sobre piso tátil; piso tátil substituído por cimento, cerâmica ou porcelanato; pilar de telhado construído sobre a calçada em cima do piso tátil ou próximo; calçada obstruída por lixos ou entulhos; árvores plantadas na calçada, obstruindo a passagem além dos desníveis ocasionados pelas mudanças realizadas (Bertolino; Morais; Bortolo, 2021).

A análise de Albers *et al.* (2020) sobre a acessibilidade para pessoas que utilizam cadeira de rodas em estabelecimentos comerciais de duas cidades turísticas da Serra Gaúcha revela uma realidade preocupante e excludente. A pesquisa evidencia que apenas 38,45% dos estabelecimentos possuem rampas adequadas, de acordo com a NBR 9050/2015, enquanto 11,93% possuem rampas inadequadas e quase metade só oferece degraus, inviabilizando o acesso. Embora a maioria dos locais (80%) tenha portas acessíveis, a largura mínima de 80 cm não é suficiente para garantir a mobilidade plena se outros elementos de acessibilidade não estiverem presentes. O dado mais alarmante é que, de 377 estabelecimentos analisados, apenas 5 possuem sanitários adaptados, evidenciando uma grave falha na inclusão de PcDs. Esses resultados destacam não apenas a falta de infraestrutura adequada, mas também uma carência de cumprimento das normas e leis de acessibilidade, além de uma falta de sensibilização e compromisso dos estabelecimentos comerciais para promover a inclusão efetiva.

Não obstante, como apontam Régis e Nogueira (2021) em estudo realizado em Florianópolis, as autoras perceberam que embora existam alguns avanços em termos de cumprimento das leis existentes, na prática a acessibilidade nos locais visitados é comumente comprometida pela falta de respeito às próprias estruturas acessíveis já instaladas. Essas estruturas são frequentemente obstruídas e carecem de manutenção e fiscalização, como exige a legislação. As autoras observaram exemplos nítidos disso, como a presença de barreiras sobre o piso tátil e a falta de manutenção de calçadas e rampas. Além disso, verificaram uma falta de integração entre os órgãos públicos para considerar os critérios de acessibilidade essenciais, resultando em intervenções isoladas e pontuais.

Espaços públicos de lazer também têm sido negligenciados pelo poder público no que se refere à acessibilidade. O estudo de Klein e Grigoletti (2021) demonstra isso ao avaliar a acessibilidade do Parque João Goulart, em Santa Rosa, Rio Grande do Sul. Segundo as autoras, as cidades brasileiras muitas vezes apresentam espaços públicos de lazer com pouca ou

nenhuma acessibilidade, sendo que essa falta de infraestrutura acessível impede que elas participem plenamente de atividades recreativas e sociais. Especificamente no parque estudado, elas verificaram problemas de acessibilidade no banheiro, pavimentos precários com desníveis pontuais, irregulares e sem piso tátil e falta de rampas de acesso em alguns locais. Além disso, mesmo nos locais em que se verificou a busca pela promoção da acessibilidade por meio de rampas, pisos táteis e travessias para pedestres, por exemplo, acontece de esses instrumentos serem mal distribuídos, mal posicionados ou até incoerentes.

Resultados semelhantes foram encontrados no estudo realizado por Kuyven *et. al* (2021), os quais analisaram a acessibilidade para PcDs num espaço público de lazer, a saber, a Praça dos Imigrantes em Ijuí, Rio Grande do Sul. Com base na NBR 9050/2015, os autores verificaram rampas e escadas construídas de forma inadequada, problemas nas calçadas, como fissuras, rebaixamento, elevações e danificações em determinados locais, ausência de sinalização tátil e visual de alerta no piso, além de revestimento inadequado, e banheiros inacessíveis.

Até aqui, os estudos mostram como a falta de acessibilidade prejudica o cotidiano das PcDs na cidade, sendo que, em muitos casos, essas pessoas acabam impossibilitadas de caminhar pelas calçadas com segurança, usufruir de espaços de lazer e até mesmo de sair de casa.

Ocorre que o acesso das PcDs à arte, à cultura, às atividades de lazer e esporte são fundamentais para resgatarem a cidade como obra. Campos (2021) defende que a ideia de lazer na cidade revela uma tendência crescente de transformá-la em uma atividade paga, privada e individualizada, onde espaços como shoppings, parques temáticos e condomínios exemplificam a transformação de atividades e espaços de lazer em meros produtos de consumo, questionando a verdadeira completude e acessibilidade do lazer urbano. É do interesse do capital transformar cidadãos em consumidores, convertendo atividades de relaxamento e turismo em simples atos de consumo de tempo e espaço, esvaziando seu potencial de promover experiências significativas e comunitárias.

Santo e Retondar (2018) explicam que em um contexto em que as cidades são transformadas em produtos pelo mercado, é essencial que a sociedade, como um todo, ocupe o espaço público com arte para restaurá-lo como uma obra. Assim como a arte, o esporte, quando organizado a partir de uma perspectiva pública, possui a capacidade de reencantar as cidades. Destaca-se a importância de utilizar o espaço público para atividades esportivas, culturais e recreativas como uma forma eficaz de combater a privatização desses lugares, além de

promover a coesão social. Isso traz benefícios para a comunidade de forma geral e, especificamente, para as PcDs.

Não obstante, como aponta Pinedo (2022, p. 5):

[...] as instalações e espaços como escolas, parques, centros cívicos ou comunitários, instalações de segurança pública, instalações artísticas e culturais, instalações recreativas e praças devem ser acessíveis a todos e distribuídos equitativamente por toda a cidade. Devem ser concebidos por, com e para pessoas com deficiência e idosos e, ao fazê-lo, seriam seguros e acessíveis desde a concepção (Pinedo, 2022).

Outro estudo interessante foi realizado por Calado *et al.* (2019) e demonstra que os problemas de acessibilidade podem ser acentuados pela localização onde a pessoa mora, mais especificamente pela realidade socioeconômica da região. O estudo investigou as condições de tráfego dos passeios públicos de dois Distritos de São Paulo, a saber, Distritos Jardim Ângela e Moema, uma vez que ambos apresentaram o pior e o melhor Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, respectivamente. Das 7 variáveis analisadas (largura efetiva, largura total, conservação do piso, perfil longitudinal, perfil transversal, material de revestimento do piso e danos por arborização), o Distrito de Moema apresentou os melhores resultados para os seis primeiros, perdendo somente para os danos por arborização.

Estudos apontam uma estreita relação de causalidade entre deficiência e pobreza (Elwan, 1999; Yeo, 2001; Lustig; Strauser, 2007; Banks; Kuper; Polack, 2017; Pinilla-Roncancio, 2018; Goodley *et al.*, 2019). Esta correlação ressalta a necessidade de políticas públicas que reconheçam e abordem os desafios específicos enfrentados pelas PcDs, que muitas vezes estão em desvantagem econômica significativa. Diante disso, Parnell e Pieterse (2010) destacam a importância da implementação de medidas para a redução da pobreza a fim de garantir o direito à cidade. Especificamente em relação ao Brasil, dados recentes apresentados pelo IBGE (2022) apontam que as PcDs possuem menor acesso à educação, ao trabalho e à renda quando comparadas às pessoas sem deficiência.

Não obstante, o acesso a serviços como cuidados de saúde e assistência pessoal é fundamental para a qualidade de vida das PcDs. Portanto, é papel do poder público garantir a provisão de apoio econômico, reconhecendo os custos adicionais associados à vida das PcDs e o combate à pobreza (Pineda; Corbern, 2020). Essa provisão pode incluir benefícios sociais, subsídios e incentivos fiscais, mas é crucial que esses apoios sejam adequados e acessíveis, evitando burocracias excessivas.

A falta de acessibilidade interfere até mesmo na inclusão no mercado de trabalho. Tendo em vista a dificuldade das PcDs em sair de suas casas, o acesso ao mercado torna-se um desafio ainda maior. No entanto, quando conseguem se inserir nas empresas, deparam-se com ambientes cheios de obstáculos. Como apontam Rodrigues e Pereira (2021, p. 13), a legislação “apenas inseriu a pessoa com deficiência no mercado de trabalho, mas não proporcionou a efetiva inclusão, em virtude da falta de acessibilidade e existência de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nas comunicações e nas informações e atitudinais”.

A revisão de literatura realizada por Rodrigues e Pereira (2021) demonstra que as empresas reproduzem esse cenário social repleto de atitudes preconceituosas e estereótipos que estigmatizam as PcDs como incapazes. Isso reduz suas oportunidades de emprego e dificulta sua inclusão. Os principais obstáculos enfrentados no ingresso no mercado de trabalho ou na progressão na carreira incluem: discriminação; entraves ao crescimento profissional e à legítima inclusão; baixa escolaridade e insuficiente qualificação profissional, sendo que as PcDs possuem menores oportunidades de estudo; falta de acessibilidade nas organizações; ambientes de trabalho pouco adaptados. O estudo aponta a subutilização da mão de obra das PcDs, colocando-as para ocuparem cargos operacionais ou para executarem atividades simples e repetitivas.

Rodrigues e Pereira (2021) identificaram a relevância do trabalho na vida das PcDs, o qual auxilia na elaboração de uma identidade por ser um ambiente de interação social, que traz à tona o sentimento de ser útil e visível, além de promover autonomia financeira e pessoal. Por isso, apesar de a Lei de Cotas representar um grande avanço, ela sozinha não é capaz de promover a inclusão no mercado de trabalho de forma abrangente e eficaz. É essencial que as empresas participem ativamente desse processo, implementando políticas internas que incentivem a diversidade e adotem práticas inclusivas.

Diante desse cenário, o cotidiano urbano das PcDs é significativamente prejudicado. Yardimci e Bezmez (2018) destacam que a simples ação de “sair de casa” para as PcDs exige um planejamento detalhado, considerando a acessibilidade dos meios de transporte e dos locais de destino, a disponibilidade de banheiros adaptados, entre outras questões. Muitas vezes, esses fatores resultam na desistência dos planos. Os autores ressaltam ainda que viver, deslocar-se e trabalhar na cidade são tarefas desafiadoras para as PcDs, devido aos inúmeros obstáculos presentes.

Outrossim, a acessibilidade é fundamental para garantir uma mobilidade urbana inclusiva, permitindo que todas as pessoas, independentemente de suas limitações, possam se

deslocar de forma segura e autônoma (Barbosa, 2015). A mobilidade urbana é conceituada como:

[...] condições de deslocamento das pessoas e bens nas cidades, independente do modo de transporte utilizado (coletivo ou individual, motorizado ou não motorizado). A mobilidade urbana, dessa maneira, seria sustentável quando promovesse o acesso universal das pessoas à cidade – e às oportunidades que ela oferece – contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico, sem agredir o meio ambiente e usando a infraestrutura viária de forma racional (Gomide; Galindo, 2013, p. 33).

Assim sendo, a mobilidade urbana é vista enquanto condição estratégica de inclusão das PcDs, pois a ausência de acessibilidade e mobilidade adequadas confinam as PcDs em suas casas ou instituições de assistência, comprometendo sua autonomia e independência. Isso dificulta a interação social e restringe o acesso a serviços essenciais como educação, saúde, cultura e emprego (Barbosa, 2015).

Barbosa (2015) ressalta que, para reconhecer a mobilidade urbana como uma condição estratégica para a inclusão das PcDs, é essencial admitir a necessidade de mudanças. Isso inclui identificar as dificuldades de mobilidade, reivindicar estratégias de acessibilidade e reconhecer a necessidade de reurbanização das cidades. Esse reconhecimento deve envolver toda a sociedade, assim como as esferas governamentais. No que se refere a identificação das dificuldades de mobilidade, a autora apresenta os seguintes problemas:

Dificuldades de mobilidade: ruas apertadas, calçadas cheias de obstáculos e que não comportam um cadeirante; transporte como barreira à locomoção; ausência de sinal sonoro dificulta mobilidade de pessoas com deficiência visual; problemas nas calçadas: calçada malconservada, com buracos, com entulho, inacabada, ou inexistência de calçada; falha na construção de rampas rebaixadas nas calçadas; rampas que são obstruídas por postes, buracos, que estão pela metade, ou ainda que não têm ligação com o outro lado da rua (Barbosa, 2015, p. 146-147).

Para a efetivação de mudanças que promovam a acessibilidade e a mobilidade urbana de PcDs, Barbosa (2015) aponta o redesenho inclusivo da cidade a partir de diferentes instrumentos. A autora destaca a importância de ações educativas em todos os níveis de ensino destinadas a conscientizar a população sobre como as práticas, como obstrução de rampas ou a ocupação de vagas reservadas para PcDs ocupadas por pessoas sem deficiência, por exemplo, prejudicam a população com deficiência. Além disso, as pesquisas e as tecnologias podem

corroborar na implementação da mobilidade urbana sustentável das PcDs, cujos benefícios se estendem para toda a sociedade.

Cosenza e Resende (2006) explicam que é essencial que as conquistas legislativas se expandam e que um pensamento inclusivo guie a organização do espaço urbano, para que a cidade contemporânea seja projetada e vivida como um espaço para todos e não apenas como um conjunto sem significado coletivo real. Partindo do pressuposto de que o problema não reside na deficiência da pessoa, mas sim no fato de suas necessidades serem negligenciadas na organização da cidade, as inúmeras dificuldades enfrentadas por esse segmento no cotidiano urbano estão intrinsecamente relacionadas à forma como as cidades são planejadas e executadas, considerando interesses de grupos dominantes em detrimento de outros segmentos da população.

A realização das iniciativas de acessibilidade e mobilidade urbana envolve “implementar facilidades de locomoção, eliminar barreiras, criar iniciativas de mobilidade, tornar o setor de serviços acessível, implementar e detalhar o modelo de Plano Municipal de Acessibilidade e promover ambientes inclusivos” (Barbosa, 2015, p. 150).

Além disso, a persistência de atitudes preconceituosas e estereótipos continua a limitar a participação plena das PcDs na vida urbana, mantendo-as à margem da sociedade. Isso leva ao segundo aspecto abordado por Bezmez (2013) como obstáculo a apropriação do espaço urbano: o sentimento de não pertencimento.

A exclusão socioespacial por meio da estigmatização impossibilita o uso e apropriação do espaço urbano pelas PcDs. Manifesta-se por ações desfavoráveis, como um olhar humilhante ou ações inconvenientes (comentários hostis ou atitudes fisicamente ofensivas) e pela indiferença e desconhecimento da presença de PcDs (Yardimci; Bezmez, 2018).

Siqueira, Dornellas e Assunção (2020) citam como exemplo o capacitismo manifesto na forma como as PcDs são atendidas pelos vendedores no comércio. A interrupção do cliente antes mesmo de explicar suas necessidades pressupondo saber o que ele deseja ou a negativa de atendimento por achar que os produtos não são para PcDs são alguns exemplos que acontecem. Com isso, ações simples, como ir às compras, tornam-se grandes desafios, pois as PcDs frequentemente não são vistas como consumidoras em potencial, capazes de fazer suas próprias escolhas.

O capacitismo está presente no cotidiano das pessoas, em que “as pessoas, os grupos e as diferentes instituições são atravessadas por valores que reiteram a discriminação materializada nos ambientes por meio das barreiras, atitudes e práticas que discriminam. A relação de desigualdade vem dessa interação” (Siqueira; Dornellas; Assunção, 2020, p. 147).

Goodley (2014) explica que embora as PcDs possam ocupar o mesmo espaço de outras pessoas, não necessariamente elas se sentem pertencentes a esses espaços. Ou seja, PcDs comumente não se sentem bem-vindas em ambientes convencionais. Ser rotulado como PcD leva a um “lugar marginalizado na sociedade, cultura, economia e política” (Goodley, 2011, p. 1).

Os sentimentos das PcDs em relação aos obstáculos vivenciados no cotidiano urbano, como o constrangimento pela falta de acessibilidade, podem fazer com que as PcDs se sintam inferiorizadas, levando-as a adotar práticas de evasão, resultando em seu isolamento e, conseqüentemente, intensificando a exclusão social. Nesse sentido, é preciso promover o sentimento de liberdade, autonomia e convivência das PcDs, e isso somente é possível quando a acessibilidade é uma realidade (Barbosa, 2015).

A apresentação das PcDs como exemplos de superação, de que se elas são capazes então as pessoas sem deficiência também são, acentua a ideia da diferença. Estar no mundo apenas como uma pessoa ordinária é um grande desafio para as PcDs, as quais são comumente apresentadas como exemplos. O capacitismo faz com que a responsabilidade da deficiência seja do próprio indivíduo, uma vez que define o corpo diferente como incapaz a partir da comparação com corpos concebidos como aptos. Essa comparação é ruim até mesmo entre PcDs, pois o que uma consegue fazer cria uma expectativa que pode não ser atendida por outra PcD, gerando um sentimento de ser menos capaz (Siqueira; Dornellas; Assunção, 2020).

Assim, a exclusão e o sentimento de não pertencimento são barreiras significativas para a apropriação do espaço urbano pelas PcDs. A estigmatização e o capacitismo, manifestados por meio de atitudes e práticas discriminatórias, desde olhares humilhantes até a indiferença ou a interrupção de suas necessidades, tornam o cotidiano dessas pessoas repleto de desafios que as levam ao isolamento.

Diante do exposto, conclui-se que sem acessibilidade, sem poder sair de casa e acessar trabalho, lazer, cultura e serviços básicos, todos criados por e para pessoas sem deficiência, é impossível pensar em apropriação do espaço urbano. As PcDs não se sentirão parte de uma cidade se não puderem acessar todos os locais, tampouco reconhecerão uma cidade que reflita sua imagem se nem sequer conseguem frequentá-la. Pineda (2022, p. 6) explica que “uma cidade que não prioriza o acesso e a inclusão das pessoas com deficiência decidiu que as pessoas com deficiência não têm o mesmo valor ou valor de cidadania que as pessoas sem deficiência”.

Portanto, a discussão sobre a apropriação do espaço urbano pelas PcDs revela a necessidade de uma abordagem mais crítica e inclusiva no planejamento das cidades. Embora existam leis e normas que promovam a acessibilidade, sua implementação esbarra em barreiras

práticas e culturais que perpetuam a exclusão e a desigualdade. A transformação urbana precisa transcender a mera adequação técnica e envolver um comprometimento coletivo para eliminar atitudes capacitistas e práticas discriminatórias. Promover a acessibilidade não é apenas uma questão de conformidade legal, mas um imperativo ético que visa garantir que todas as pessoas possam usufruir plenamente de um ambiente coletivo. As cidades devem ser reimaginadas como espaços verdadeiramente inclusivos, onde a diversidade humana é não apenas aceita, mas celebrada. Isso requer uma reavaliação contínua das infraestruturas e um esforço para sensibilizar a sociedade sobre a importância da inclusão.

2.3.1.2 Direito de participar da produção e reprodução do espaço urbano

Fabula e Timar (2018) explicam que, para Lefebvre, o direito à participação é tão relevante quanto o direito de apropriação, sendo que o primeiro deve prevalecer tanto sobre o processo de tomada de decisões democráticas como em todos os elementos que envolvem a produção do espaço urbano.

Consoante Purcell (2014), a ideia de participação proposta por Lefebvre envolve o despertar dos indivíduos para sua condição de habitantes, reconhecendo-se como parte de uma rede social e como responsáveis pela gestão do urbano. Esse despertar leva à compreensão de que a participação não se limita a meras consultas públicas ou conselhos de cidadãos, mas se trata de uma luta contínua por uma cidade gerida por seus habitantes, para que se apropriem da cidade e moldem as condições de sua própria existência, reafirmando seu poder coletivo e transformando a cidade em sua.

A Plataforma Global pelo Direito à Cidade (2014) compreende a cidade como bem comum, cujos componentes devem envolver: livre de todo tipo de discriminação; cidadania inclusiva; maior participação no processo de desenvolvimento das políticas urbanas; funções sociais; espaços públicos de qualidade; igualdade de gênero; diversidade cultural; economias inclusivas; sistema de assentamento e ecossistema comum que respeite os vínculos rural-urbano e que proteja a biodiversidade, habitats e ecossistemas circundantes, suportando cidades-regiões, com cooperação cidade-cidade e a conectividade (Saule Júnior, 2019). Essa definição traz elementos que levam a pensar sobre a participação de grupos minoritários, dentre os quais estão as PcDs. A participação das PcDs na produção e reprodução do espaço urbano é condição indispensável para o gozo do direito à cidade.

Tendo em vista que as PcDs sempre tiveram que lidar com as diversas barreiras estruturais para participar de espaços representativos tradicionais e formais, os canais

alternativos de ativismo político, entre os quais se destacam os movimentos sociais, passaram a ganhar destaque na literatura como um meio mais eficaz para resistir à discriminação, promover políticas progressivas e alcançar uma sociedade não capacitista (Holler; Ohayon, 2022).

Nesse sentido, as PcDs começaram a ganhar visibilidade e a participar mais ativamente, reivindicando seus direitos a partir da segunda metade do século XX, quando o modelo social da deficiência começou a ganhar força. Os movimentos de PcDs que advogam pelos seus direitos no Brasil e no mundo influenciaram fortemente a criação de leis e políticas públicas. Embasados no lema "Nada sobre nós, sem nós", esses movimentos têm reivindicado o direito de participar de todas as decisões políticas que afetam suas vidas. O Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência destaca-se nesse contexto. Em 2006, desempenhou um papel crucial na aprovação da CDPD, após longos períodos de debate intenso. A ratificação desse documento crucial foi impulsionada pela participação ativa de indivíduos com deficiência e suas organizações em todo o mundo (Gesser; Block; Nuernberg, 2019).

Nesse sentido, a colaboração das PcDs na elaboração e implementação de normas e políticas é fundamental e já está prevista na legislação nacional e internacional. No entanto, é importante reconhecer os desafios que ainda persistem. A efetivação plena desse deslocamento de poder requer mudanças profundas nas estruturas políticas e sociais, bem como um compromisso contínuo com a inclusão.

A Constituição Federal determina diversos mecanismos de participação direta dos cidadãos em geral no poder público, que envolvem: voto, iniciativa popular, referendo, plebiscito, consultas e audiências públicas, conselhos de gestão de políticas e serviços públicos (Saule Júnior, 2021). O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência (COMDEF) também é um espaço de participação democrática por meio do acompanhamento, avaliação e fiscalização de políticas relacionadas às PcDs. Consoante Ivanovich e Gesser (2020, p. 4):

O COMDEF se configura como um órgão colegiado consultivo e deliberativo, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil. Tem por objetivo garantir o controle social e a participação popular no planejamento, discussão, elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência no município [...] O Conselho é um importante espaço de representatividade, atuação e exercício de cidadania conquistado pelas pessoas com deficiência no município, pois é um lugar onde pessoas que vivenciam a deficiência falam sobre suas demandas, suas necessidades e seus desejos, exercem participação e agência social (Ivanovich; Gesser, 2020, p. 4).

No entanto, os conselhos municipais, embora sejam formalmente reconhecidos como órgãos paritários com o objetivo de promover a participação da sociedade na elaboração de políticas públicas, enfrentam desafios significativos em sua efetividade. A relação de dependência com o Executivo municipal se reflete na falta de recursos, infraestrutura precária e marginalização dentro da estrutura de poder local. Essa dependência compromete sua autonomia e capacidade de atuar como mecanismos de accountability e de controle social sobre o governo. A permanência e o funcionamento dos conselhos estão diretamente ligados ao reconhecimento de sua importância por parte do governo. Não obstante, sem esse apoio e sem mudanças na estrutura vertical e setorializada do Estado, os conselhos enfrentam grandes dificuldades para se consolidarem como verdadeiros espaços de poder democrático e participação cidadã (Carneiro, 2002).

Além disso, é importante ressaltar que os mecanismos apresentados nem sempre estão à disposição das PcDs pela falta de acessibilidade, pois os diversos obstáculos existentes podem obstruir o acesso aos meios de participação direta. Portanto, não basta a lei estabelecer meios de participação da população, mas é fundamental promover instrumentos que garantam que as PcDs conheçam esses mecanismos e que elas tenham acesso a eles.

A fim de garantir a equiparação de oportunidades no exercício da cidadania aos eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida, a Resolução nº 23.381/2012 estabelece o Programa de Acessibilidade na Justiça Eleitoral. Essa medida refletiu positivamente na última eleição, a qual contou com o aumento de 30% do comparecimento de PcDs quando comparado à eleição de 2018 (TSE, 2022). Sobre o direito de ser votado, na última eleição de 2022, a qual teve cinco cargos em disputa: Presidente, Governador, Senador, Deputado Estadual e Deputado Federal, apesar de mais de 400 candidatos com deficiência, apenas 8 foram eleitos (TSE, 2022), embora o Brasil tenha mais de 18 milhões de PcDs (IBGE, 2023), demonstrando a baixa representatividade desse grupo no poder político. Esses dados estão em consonância com o estudo de Schur *et al.* (2017), os quais afirmam que cidadãos com deficiência têm menos probabilidade de que os não deficientes de votar e participar de outras atividades políticas formais.

Consoante Gesser, Block e Nuernberg (2019), alguns fenômenos obstruem e deslegitimam a participação das PcDs, a saber: o capacitismo; a falta de atenção à interseccionalidade e práticas eugênicas. O capacitismo, que se manifesta como preconceito e discriminação contra as PcDs, perpassa todas as esferas da sociedade, desvalorizando-os. Para tanto, é preciso abandonar práticas que patologizam e objetificam as PcDs, e desconstruir os mitos, tabus e preconceitos que ainda prevalecem amplamente na sociedade. A ausência de uma abordagem interseccional prejudica essa situação, pois ignora outras categorias como gênero,

raça e classe social, os quais agravam os processos de opressão e exclusão social. Além disso, as práticas eugênicas, que historicamente buscaram eliminar ou minimizar a presença de deficiências, perpetuam a ideia de que a vida das PcDs é menos valiosa, mesmo que de maneira implícita nas atitudes e políticas contemporâneas.

A análise das recomendações de Pineda e Corburn (2020) para promover cidades inclusivas oferece um conjunto de diretrizes fundamentais para a participação de PcDs no contexto urbano. Essas recomendações abordam diversos aspectos essenciais que, se implementados de forma abrangente e eficaz, podem transformar significativamente a experiência urbana das PcDs, a saber: divulgação de informações públicas em formato acessível; tomada de decisão inclusiva; garantia de acesso contínuo de PcDs a serviços essenciais; provisão de apoio econômico; implementação de leis antidiscriminação e proteção laboral mais robustas.

A divulgação de informações públicas em formato acessível visa garantir que as PcDs possam compreendê-las. Inclui a utilização de formatos como linguagem de sinais, legendas em tempo real, áudio, Braille, E-pub, texto simplificado e fácil, mensagens de texto, serviços de retransmissão e uso de tecnologias em consonância com os padrões de acessibilidade do W3C (Pineda; Corburn, 2020). No entanto, a eficácia dessa recomendação depende não apenas da disponibilização dos formatos, mas também da sua qualidade e da sua disseminação ampla para garantir que todas as PcDs possam realmente acessá-las e compreendê-las.

A tomada de decisão inclusiva envolve a utilização de abordagens participativas de PcDs e organizações representativas na concepção e implementação de políticas públicas (Pineda; Corburn, 2020). Ocorre que, na prática, a participação é meramente simbólica ou limitada a consultas superficiais, sem influência real nas decisões finais. Isso remete ao princípio "Nada sobre nós, sem nós", que visa que as políticas sejam elaboradas e implementadas a partir das experiências e necessidades reais das PcDs. Para ser verdadeiramente inclusiva, a participação deve ser significativa e influente.

O estudo realizado por Ivanovich e Gesser (2020), o qual buscou analisar os significados das barreiras existentes no processo de criação e implementação de um Conselho Municipal, demonstrou que ainda há uma percepção da deficiência baseada no modelo médico, a qual é reforçada pela hierarquização dos corpos, a insistente busca pela cura e a deslegitimação do corpo com deficiência enquanto entidade política. O estudo revela que o imperativo da normalidade tende a ser reforçado pela omissão das instituições sociais, como o próprio Ministério Público, que deveriam assegurar e garantir os direitos das PcDs, mas que acabam deslegitimando suas reivindicações. Além disso, a culpabilização da PcD, no sentido de que se

ela não consegue andar sozinha na rua, atribuindo a culpa tão somente a ela. Ou seja, o indivíduo com deficiência é que precisa se adaptar aos espaços disponíveis, sendo responsabilizado por suas dificuldades.

Ivanovich e Gesser (2020) destacam que o poder executivo ainda mostra resistência em garantir a participação das PcDs nos assuntos que lhes dizem respeito e tende a se esquivar de sua responsabilidade de executar a lei. Assim, as iniciativas e ações para acessibilidade nunca partem do poder executivo, mas sempre resultam das articulações das próprias PcDs na cidade.

Como asseveram Siqueira, Dornellas e Assunção (2020), uma das manifestações do capacitismo ocorre quando instituições que atuam em áreas relacionadas às PcDs agem para e não com as PcDs. Existem instituições que não possuem PcDs na diretoria ou corpo técnico, ou mesmo aquelas que possuem, não as consultam para a tomada de decisões. Muitas vezes a participação das PcDs é apenas figurativa, porém na prática suas opiniões não são levadas em consideração. Isso porque as pessoas sem deficiência se consideram superiores e mais capazes para tomar decisões que afetam diretamente a vida das PcDs, desconsiderando o conhecimento e a vivência destes.

Como visto até aqui, depreende-se duas conclusões principais. Primeiramente, a sociedade precisa reconhecer as PcDs como detentoras de direitos e deveres e como pessoas capazes para suas ações. Embora já existam muitas leis garantindo os direitos das PcDs, a sua eficácia depende de rigorosa aplicação e fiscalização. Além disso, a conscientização e a educação da sociedade em geral são fundamentais para combater preconceitos e estigmas sociais. Ou seja, a implementação dessas diretrizes enfrenta desafios práticos significativos que requerem comprometimento político, investimentos financeiros e mudanças culturais profundas.

Por outro lado, as PcDs precisam sentir-se parte do espaço urbano, e isso está diretamente relacionado com a apropriação, a qual envolve condições objetivas e estruturais da cidade. Isso significa que deve existir uma sensação de pertencimento e a convicção de que se possui os mesmos direitos que os outros membros da comunidade (Sawaia, 1997 *apud* Ivanovich; Gesser, 2020). Ou seja, a participação legítima de PcDs nos distintos espaços sociais só é possível a partir do rompimento com padrões corporais opressores impostos não somente às PcDs, mas a diversos grupos sociais, demonstrando a presença de diferentes formas de ser humano (Gresser; Block; Mello, 2019).

Além disso, como afirmam Cosenza e Resende (2006), para que os diversos direitos das PcDs sejam implementados e respeitados, é fundamental que toda a sociedade (indivíduos, gestores públicos e privados, ONGs, movimentos sociais, mídia e outros) se conscientize da importância da inclusão, não apenas para as PcDs, mas para todos que são impedidos de exercer

plenamente sua cidadania por diversas razões. O exercício da cidadania das PcDs depende da organização espacial da cidade, que deve ser planejada e gerida com uma perspectiva inclusiva. A participação dos governos municipais é crucial para que essas mudanças ocorram e se concretizem efetivamente.

Ante o exposto, a participação das PcDs na elaboração e implementação de políticas urbanas é fundamental para a efetivação do direito à cidade. A participação, na perspectiva Lefebvriana (2011), enfatiza que a cidade deve ser vista como uma obra viva, em constante evolução, moldada continuamente pelas contribuições e interações de seus habitantes. Estes, por sua vez, devem ser envolvidos de forma contínua e significativa em todas as fases do desenvolvimento urbano, assegurando que a cidade reflita a diversidade e dinâmica de suas populações.

Conforme demonstrado, a participação ativa e significativa das PcDs é indispensável para a criação de espaços urbanos inclusivos e acessíveis. O envolvimento direto das PcDs nas decisões políticas garante que suas necessidades e experiências sejam consideradas, promovendo uma cidadania inclusiva e fortalecendo a democracia. No entanto, desafios como o capacitismo ainda persistem, exigindo mudanças profundas nas estruturas políticas e sociais. A efetivação dessas mudanças requer um esforço contínuo e colaborativo entre indivíduos, movimentos sociais, instituições e governos, assegurando que a voz das PcDs seja ouvida e respeitada em todos os níveis de decisão.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, são apresentados os caminhos metodológicos percorridos para o desenvolvimento desta investigação, a saber: pressupostos ontológicos e epistemológicos; desenho da pesquisa; o acesso aos sujeitos e as estratégias de produção das informações; e a construção do *corpus* de análise e interpretação.

3.1 Pressupostos ontológicos e epistemológicos

Epistemologicamente, partimos de uma perspectiva emancipatória sobre a deficiência. A partir do trabalho de Stone e Priestley (1996), Barnes (2001) propôs seis princípios basilares da pesquisa emancipatória, quais sejam: a) incorporação das PcDs no processo de pesquisa e prestação de contas dos resultados à comunidade com deficiência; b) adoção do modelo social da deficiência enquanto base epistemológica do estudo; c) contestação à objetividade na

pesquisa; d) escolha de métodos coerentes com o paradigma teórico utilizado; e) foco na experiência individual e coletiva e f) benefício prático do estudo. Essas orientações foram adotadas nesta tese e são detalhadas a seguir.

Este estudo destaca a importância da incorporação das PcDs no processo de pesquisa, uma vez que essas pessoas precisam ser vistas enquanto parceiras na construção do conhecimento, de modo a “afirmar a pesquisa como uma prática performativa que se faz com o outro e não sobre o outro” (Moraes, 2010, p. 42). Para tanto, o estudo deve ser realizado com as PcDs e não sobre as PcDs. Isso porque as PcDs são especialistas no assunto e podem construir juntamente com o pesquisador as questões que interessam ao campo. Assim, durante todo o processo de pesquisa, as PcDs devem participar ativamente, tecendo comentários e recomendações e ao final do estudo, o pesquisador deve apresentar os resultados à comunidade com deficiência. Apesar de existir uma discussão na literatura sobre a necessidade do pesquisador ser uma PcD, Barnes (2001) defende que os pesquisadores não precisam ter deficiência, mas podem colocar seus conhecimentos e habilidades à disposição dessas pessoas. Para tanto, foram adotadas as seguintes práticas:

- Presença de uma PcD na banca de qualificação, que colaborou com sugestões para a realização desta pesquisa; incorporação das PcDs no processo de pesquisa de diferentes maneiras: realização de entrevista piloto com uma PcD, a qual colaborou com o aprimoramento do roteiro semiestruturado, sugerindo novas perguntas e o aperfeiçoamento de outras; a partir da metodologia bola de neve, os próprios participantes indicaram novos informantes para participar do estudo, possibilitando a construção de uma rede de participantes interconectados, refletindo não apenas as experiências individuais, mas também as relações sociais e a dinâmica comunitária existente; além das questões já estabelecidas no roteiro semiestruturado de entrevista, as PcDs tiveram total liberdade para acrescentar informações que achavam pertinentes em relação ao tema, inclusive a última questão era se o informante gostaria de contar mais alguma coisa sobre a sua experiência na cidade ou com as políticas públicas relacionadas ao uso da cidade.

No que se refere à prestação de contas dos resultados à comunidade com deficiência, as seguintes ações já foram realizadas:

- No decorrer da pesquisa, três ações já ocorreram nesse sentido. No final de novembro de 2023, dirigi-me até o Ministério Público (MP) para esclarecer algumas dúvidas. Essa visita foi importante, pois, além de ter acesso às informações sobre um acordo celebrado entre prefeitura e MP para tornar parte da cidade acessível, também obtive

esclarecimentos acerca da gratuidade do transporte público em Lavras. Nesse momento, relatei à servidora algumas reclamações das PcDs sobre a forma como a gratuidade tem sido concedida a esse segmento e então eles (MP) começaram a investigar, descobrindo diversas irregularidades. Além disso, fui convidada a participar do II Fórum de Debates sobre o dia internacional das PcDs em Lavras, o qual ocorreu no dia 2 de dezembro de 2023, para falar sobre os direitos das PcDs. Nesse momento, contei com a oportunidade de divulgar alguns resultados da minha pesquisa e pude ouvir mais demandas desse público. Por fim, tive a oportunidade de participar como inspiradora de duas ações no evento “Dia Mundial da Criatividade”, sendo uma roda de conversa sobre estratégias de inclusão das PcDs nas organizações e uma ação denominada “Explorando a acessibilidade digital: ampliando o acesso para todos”, que mesclou espaço sensorial estimulando os sentidos das pessoas com atividades relacionadas à tecnologia assistiva. Não obstante, após a conclusão e defesa da tese outras medidas ainda serão tomadas visando a prestação de contas à comunidade de PcDs. Essas ações são detalhadas na subseção 4.4 – Desdobramentos da pesquisa.

Do ponto de vista ontológico, adotamos o modelo social da deficiência que propõe a deficiência enquanto construção social e política. Assim, a deficiência é percebida como fenômeno biopsicossocial que, embora reconheça o aspecto biológico, foca na forma como a sociedade lida com corpos que se desviam dos padrões de normalidade. Está em consonância com o direito à cidade, que também parte da premissa de que a cidade é uma construção social que tem sofrido com um sistema capitalista segregacionista, levando alguns segmentos da população, dentre os quais as PcDs, a serem privadas do habitar o espaço urbano.

Portanto, partimos da compreensão da deficiência enquanto construção social e política, ou seja, não é algo que seja portado pelo sujeito, mas relaciona-se ao contexto social opressor e permeado por preconceitos. Fundamenta-se nas experiências individuais e coletivas das PcDs dentro de um contexto ambiental e cultural, enfatizando as atitudes incapacitantes da sociedade (Barnes, 2001).

Em relação à objetividade nos estudos que envolvem PcDs, Stone e Priestley (1996 *apud* Barnes, 2002) defendem que o pesquisador carrega consigo crenças e valores que influenciam a forma como o estudo é conduzido e na interpretação dos dados, de forma que imparcialidade e neutralidade são elementos improváveis nesse tipo de pesquisa. Pelo contrário, o modelo social propõe que a pesquisa envolvendo PcDs tenha como premissa a parcialidade e o compromisso político do pesquisador, preocupando-se com a luta pela participação e a não discriminação. Assim, partimos da concepção de que este não é um estudo neutro ou imparcial.

Sobre a escolha dos métodos, Barnes (2001) destaca que não há a regra de que a pesquisa emancipatória deva ser qualitativa ou quantitativa, visto que qualquer estratégia de coleta de dados possui pontos fortes e fracos. Nesta tese, os métodos escolhidos permitiram a compreensão das vivências e percepções de cada informante de maneira aprofundada e pessoal.

No que diz respeito à experiência, Barnes (2001) explica que o modelo social é baseado tanto em experiências individuais como coletivas de PcDs. O importante é que as “discussões sobre as experiências, narrativas e histórias das pessoas com deficiência sejam firmemente inseridas em um contexto ambiental e cultural, a fim de destacar as consequências incapacitantes de uma sociedade” (Barnes, 2001, p. 13). Esta tese não só reflete as experiências individuais, mas também as relações sociais e dinâmicas comunitárias existentes.

Os estudos também devem ter relevância prática para a comunidade com deficiência, em que relevância pode ser compreendida como a “identificação e remoção de barreiras sociais e físicas incapacitantes” (Stone; Priestley, 1996, p. 6). Como aponta Barnes (2001, p. 17), a pesquisa emancipatória deve ser vista como um processo que busca promover novas contribuições visando “erodir as várias forças: econômicas, políticas e culturais, que continuam a criar e manter a deficiência tanto no nível macro quanto no micro”. Embora não seja simples, é algo que pesquisadores que atuam nesse campo devem buscar.

Barton (2005) explica que a pesquisa que envolve PcDs precisa ser útil e relevante, o que ocorre a partir de três elementos:

Em primeiro lugar, explicitamente preocupada com questões de justiça social, equidade e cidadania, o que inevitavelmente necessita abordar questões políticas e não deve ser vista como pesquisa desinteressada ou neutra. Em segundo lugar, a pesquisa relevante neste campo precisa se preocupar com a luta pela mudança e, portanto, um engajamento crítico com, por exemplo, barreiras materiais e ideológicas à participação. Esta forma de pesquisa relevante é sobre a exploração da discriminação institucional, exclusão e falta de vontade política no nível local e central do estado para se envolver com essas questões. Finalmente, a pesquisa relevante é essencialmente transformadora, informativa, contribuindo para a experiência coletiva e compreensão das pessoas com deficiência sobre as formas pelas quais a deficiência é produzida socialmente (Barton, 2005, p. 318).

Além disso, é preciso adotar práticas antiopressivas no processo produção da pesquisa, em que o pesquisador se envolve nas lutas emancipatórias e disponibiliza suas habilidades de pesquisa para as PcDs (Stone; Priestley, 1996). Barton (2005) explica sobre a importância de abandonar discursos dominantes que acabam fazendo com que o ato de pesquisar, assim como as relações sociais advindas desse processo e os resultados sejam incapacitantes.

Nesse sentido, foi essencial estabelecer uma comunicação clara e sensível, assegurando que todos os participantes compreendessem plenamente o propósito da pesquisa e se sentissem à vontade para expressar suas opiniões e experiências. Busquei não intervir nas suas falas, mas ouvir atentamente e fazer perguntas, para além do roteiro, que permitissem explorar melhor as suas experiências. Houve momentos de choro, risos, piadas irônicas e muitas queixas.

Assim sendo, esta pesquisa fornece uma base para a formulação de políticas públicas mais eficazes e intervenções urbanísticas que visem, ainda que a longo prazo, promover o direito das PcDs à cidade. Dessa forma, o impacto social deste estudo transcende o meio acadêmico, influenciando diretamente a maneira como as cidades são planejadas, projetadas e gerenciadas, visando a produção e reprodução do espaço urbano pelas próprias PcDs.

3.2 Desenho da pesquisa

Primeiramente, em relação à natureza deste estudo, classificamos como qualitativo. Como afirmam Martins *et al.* (2012, p. 51), a pesquisa qualitativa tem especial relevância na investigação emancipatória por promover mais “possibilidades de criação de um espaço de partilha de poder entre o investigador e o investigado”. Além disso, “são menos estruturados, proporcionam um relacionamento mais longo e flexível entre o pesquisador e os entrevistados, e lidam com informações mais subjetivas, amplas e com maior riqueza de detalhes” (Dias, 2000, p. 1).

Sobre o tipo de trabalho, realizamos uma pesquisa indutiva, ideal para responder problemas do tipo “como”, que é o caso deste estudo, pois são questões que enfatizam o aspecto processual da realidade (Cunha; Rego, 2019). Quanto ao *locus* do estudo, realizamos na cidade de Lavras, cidade de médio porte, com aproximadamente 104 mil habitantes (IBGE, 2021). É uma cidade do sul de Minas Gerais, com altitude aproximada de 810 metros, fazendo fronteira com Ribeirão Vermelho, Perdões, Ijaci, Itumirim, Ingaí, Nepomuceno e Carmo da Cachoeira. Está localizada às margens da BR 381 – Rodovia Fernão Dias, no eixo Belo Horizonte/São Paulo – e está próxima do circuito das águas (Andrade, 2002).

No que se refere aos procedimentos para produção de informações, optamos pelas entrevistas semiestruturadas, amplamente utilizadas em pesquisas científicas por conferirem maior segurança ao pesquisador (Manzini, 2012). Esse instrumento possibilita um melhor direcionamento para o tema proposto ao dispor de um roteiro de questões previamente estabelecidas, mas, ao mesmo tempo, possibilita a liberdade de serem realizadas perguntas

complementares que podem surgir ao longo do diálogo. O roteiro de entrevistas está disponível no Apêndice A.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da UFLA (CAAE 59480322.5.0000.5148). Antes de iniciar a coleta de dados, cada participante assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE B) no qual há a explicação sobre a forma como o estudo foi desenvolvido, os motivos pelos quais esses métodos de coleta de dados foram escolhidos, os benefícios da pesquisa, a forma como os registros e as entrevistas foram desenvolvidos, dentre outros aspectos, garantindo, durante todas as fases da pesquisa, o sigilo, a privacidade e o acesso aos resultados.

3.3 Acesso aos sujeitos e estratégias de produção das informações

Como aponta Duarte (2002, p. 41), a seleção dos sujeitos em abordagens qualitativas é uma etapa fundamental da pesquisa, pois “interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delimitado”. Portanto, a definição dos sujeitos entrevistados e o seu grau de representatividade dentro do segmento estudado é um desafio.

Nesse sentido, após conversas com a orientadora e leitura cuidadosa das sugestões da banca de qualificação, definimos os seguintes critérios sobre o perfil adequado para o estudo: a) ter disponibilidade para participar de maneira voluntária da pesquisa; b) residir na cidade de Lavras – MG; c) ter deficiência visual ou motora.

Optamos por incluir apenas pessoas com deficiência física e visual, pois são as deficiências com maior incidência no país, conforme dados do IBGE (2022). Para a realização das entrevistas, utilizamos um roteiro semiestruturado. Em setembro de 2023, a partir de uma conversa com a orientadora e baseado na teoria Direito à Cidade, a partir das categorias apropriação e participação, criamos um primeiro modelo de roteiro de entrevista, o qual passou por algumas alterações.

Quando entendemos que estava adequado ao objetivo da tese realizamos uma entrevista-teste, especificamente no dia 28 de outubro de 2023. Essa entrevista já foi realizada com uma informante-chave, também denominada semente, visto que utilizamos a técnica de amostragem bola de neve, a qual consiste em amostra não probabilística que emprega cadeias de referência (Vinuto, 2014). O convite para a primeira entrevistada foi decorrente de contato anterior, no período de realização da dissertação de mestrado que também se construiu com a participação de PcDs.

A partir dessa entrevista-teste, foi acrescentada uma questão ao roteiro e então iniciamos contatos com pessoas indicadas pela primeira informante, convidando-as a participar da pesquisa. Cada entrevistado indicava novos contatos com base em suas redes pessoais e o procedimento se repetiu até a 19ª entrevista, na qual não surgiram novos nomes, indicando processo de saturação (Vinuto, 2014).

Todas as pessoas foram convidadas pelo WhatsApp. A última entrevista ocorreu no dia 17 de janeiro de 2024 e, no total, 19 pessoas participaram das entrevistas, sendo 10 delas com deficiência visual e 9 com deficiência motora. Dentre os entrevistados, 6 pessoas afirmaram estar aposentados. Apenas um participante falou que está “encostada até hoje pelo INSS”. Os demais estão ativos no mercado ou estudando em curso de graduação ou pós-graduação. As profissões mencionadas foram: professor(a), empresário(a), artista, assistente administrativo, mecânico(a), telefonista e analista de marketing digital.

Em relação ao local das entrevistas, estas ocorreram conforme a necessidade e conveniência de cada pessoa participante. Dezesesseis entrevistas foram realizadas na residência do participante, uma ocorreu na residência desta pesquisadora e duas ocorreram virtualmente, através do aplicativo WhatsApp, por chamada de vídeo. A flexibilidade na realização das entrevistas foi adotada como forma de não apenas estimular a participação, mas de garantir conforto e respeito às opções dos participantes. As entrevistas com cada participante foram realizadas numa única sessão. Foram efetuadas a gravação de todas as entrevistas, com autorização dos participantes, por meio de dois dispositivos, aplicativo de gravador de áudio de celular e gravador de voz digital. Realizou-se a transcrição das entrevistas com o auxílio da ferramenta “ditar” da *Microsoft 365*.

As narrativas foram transcritas na íntegra, sem qualquer modificação ou correção, para preservar a fidelidade às falas dos participantes. Essa abordagem visa a garantir que suas experiências e percepções sejam retratadas de maneira autêntica, respeitando suas formas de expressão e garantindo a integridade dos relatos. Ao todo, foram 14 horas, 44 minutos e 18 segundos de entrevistas, levando a 150 páginas transcritas. Após a transcrição de todas as entrevistas na literalidade, passamos para a fase da construção do *corpus* de análise e interpretação, os quais serão tratados a seguir.

3.4 Construção do *corpus* de análise e interpretação

A fim de garantir o anonimato das pessoas participantes, substituímos por nomes bíblicos. Os nomes foram escolhidos aleatoriamente e não há nenhuma relação entre a história

dos entrevistados e a história dos personagens. São eles: Paulo, Davi, Samuel, Daniel, José, Mateus, Marcos, João, Estevão e Tiago para os homens. São elas: Sara, Rebeca, Mirian, Débora, Rute, Ester, Maria, Ana e Priscila para as mulheres. O Quadro 3.1 apresenta informações relacionadas à faixa de idade e deficiência de cada um dos entrevistados.

Quadro 3.1 – Nome fictício, idade, gênero, ocupação e tipo da deficiência das pessoas entrevistadas

Nome fictício	Faixa de idade	Deficiência
Paulo	Mais de 60 anos	Deficiência visual
Sara	Mais de 60 anos	Deficiência visual
Davi	Mais de 60 anos	Deficiência visual
Samuel	Mais de 60 anos	Deficiência física
Rebeca	Mais de 60 anos	Deficiência visual
Mirian	De 51 a 60	Deficiência visual
Daniel	De 51 a 60	Deficiência visual
José	De 51 a 60	Deficiência visual
Mateus	De 51 a 60	Deficiência visual
Marcos	De 51 a 60	Deficiência física
João	De 41 a 50	Deficiência visual
Débora	De 31 a 40	Deficiência física
Estevão	De 31 a 40	Deficiência visual
Rute	De 31 a 40	Deficiência física
Ester	De 31 a 40	Deficiência física
Tiago	De 18 e 30	Deficiência física
Maria	De 18 e 30	Deficiência física
Ana	De 18 e 30	Deficiência física
Priscila	De 18 e 30	Deficiência física

Fonte: Informações da pesquisa (2024).

A análise das informações privilegiou o método de Análise de Narrativas. Bastos e Biar (2015) explicam que esse método surgiu na teoria literária e acabou auferindo evidência nas ciências sociais depois da virada discursiva. As autoras apontam que a narrativa para as pesquisas sociais consiste em “discurso construído na ação de se contar histórias em contextos cotidianos ou institucionais, em situações ditas espontâneas ou em situação de entrevista” (Bastos; Biar, 2015, p. 99).

As leituras das narrativas foram realizadas procurando evidenciar os elementos fundamentais relacionados ao cotidiano urbano, tendo como categorias centrais: apropriação e participação (Lefebvre, 2011). As narrativas foram lidas e relidas, tentando identificar sentidos e significados compartilhados. A partir das leituras, procuramos organizar as histórias que se

repetiam nas diversas partes de cada narrativa, as quais foram divididas em subcategorias, conforme demonstra o Quadro 3.2.

Quadro 3.2 – Categorias e subcategorias de análise.

Categorias e Subcategorias finais	
Apropriação	Acessibilidade
	Relações interpessoais
	Dependência e Interseccionalidade
Participação	Espaços formais de participação
	Reivindicações individuais
	Vivência

Fonte: Informações da Pesquisa (2024).

A subcategoria “Acessibilidade” revela como os informantes percebem as condições de acessibilidade na cidade. Os diversos obstáculos geram sentimentos negativos, como o medo de frequentar o espaço urbano, mas também despertam um desejo de se sentir parte dele. Além disso, fica claro que a acessibilidade não beneficia apenas as PcDs, mas toda a sociedade.

A subcategoria “Relações interpessoais” demonstra que as PcDs frequentemente enfrentam a objetificação e a opressão em seus relacionamentos. Isso mostra que a apropriação do espaço urbano vai além das estruturas físicas, envolvendo também a forma como a sociedade percebe e se relaciona com as PcDs. Essas interações sociais podem, assim, se tornar mais um obstáculo à apropriação do espaço urbano.

A subcategoria “Dependência e interseccionalidade” reflete sobre como os obstáculos enfrentados no cotidiano urbano levam as PcDs a dependerem de outras pessoas para realizar suas atividades diárias. Essa relação de dependência cria uma tensão entre as necessidades de quem recebe o cuidado e a capacidade dos cuidadores em fornecer esse suporte. Além disso, fatores como o tipo de deficiência, se ela foi adquirida ou congênita, a idade em que se manifestou, e questões socioeconômicas também surgem como aspectos que influenciam na apropriação do espaço urbano, destacando a interseccionalidade como um aspecto importante para análise.

A subcategoria “Espaços formais de participação” destaca duas instituições importantes na vida dos informantes: o COMDEF e o CENAV. O COMDEF se envolve diretamente na promoção da participação das PcDs, enquanto o CENAV atua como intermediário, facilitando tanto a apropriação quanto a participação dessas pessoas.

A subcategoria “Reivindicações individuais” revela que a participação das PcDs não ocorre apenas por meio de espaços formais, mas também através de demandas individuais.

Embora essas reivindicações muitas vezes impactem a comunidade de PcDs e não apenas o indivíduo, são ações pontuais e, por conseguinte, acabam não possuindo um impacto sistêmico amplo.

Por fim, a subcategoria “Vivência” demonstra que a participação nas demandas das PcDs só se torna uma realidade quando há uma experiência direta com esses desafios.

As narrativas das PcDs permitiram explicitar, de forma detalhada, suas experiências e vivências no cotidiano urbano da cidade de Lavras. Essas histórias revelaram como o espaço urbano é utilizado (ou não) por esse segmento da população, destacando os desafios e as oportunidades encontradas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, são apresentados e discutidos os resultados da análise das narrativas. Primeiro, são expostas as histórias dos participantes e suas vivências em relação à deficiência. Depois, as subcategorias relacionadas à apropriação do espaço urbano, identificadas ao longo do estudo, são exploradas. Em sequência, as subcategorias relacionadas ao tema da participação são apresentadas e discutidas. Posteriormente, são apontadas as sugestões dos informantes para o usufruto do direito à cidade, e, por fim, são discutidos os desdobramentos da pesquisa.

4.1 Navegando pelas histórias dos participantes e suas relações com a deficiência

Nesta seção, buscou-se caracterizar cada participante a partir das suas próprias narrativas, enfatizando como lidam com a deficiência.

- **Paulo**

Paulo tornou-se uma pessoa com deficiência visual na fase adulta de forma repentina, há mais de 30 anos. Desde o início, ele conta que *“[...] eu me conscientizei que estava cego total, visão 0, sem percepção de luz e não tive problema nenhum de revolta, de depressão, de coisa nenhuma, muito pelo contrário, eu falei, é, então, o que que eu preciso fazer para ser independente?”*.

Ele afirma que *“até hoje na minha vida o que eu mais preservei e valorizo é a liberdade, e pra ter liberdade é preciso ter autonomia, pra ter autonomia tem que ser autossuficiente e pra ser autossuficiente eu dependo de vários saberes”*. Para isso, assim que ficou com

deficiência, ele rapidamente iniciou um “curso de orientação e mobilidade”. Paralelamente, ele começou a estudar Braille com uma fonoaudióloga, “*eu estudava 7 dias da semana, 8 horas por dia*”. Ele disse que sua dedicação ao estudo era intensa, a ponto de ler “*um dicionário Aurélio inteiro como treinamento, eu li muita coisa, muitos romances, muitas revistas, muitos livros técnicos em Braille pra treinar, tudo, e me tornei capacitado em três meses*”.

Ele aponta que tinha um bom emprego e viajava muito a trabalho. No entanto, tendo em vista que a sua profissão dependia de “[...] *dirigir, de manipular máquinas, de manipular equipamentos óticos, cálculos [...] dependia de muita coisa visual, avaliações visuais*”, ele precisou se recolocar no mercado de trabalho. Apenas três meses após se tornar uma PcD, ele fala: “[...] *prestei um concurso público em Braille e passei, foi o meu primeiro concurso, depois eu fiz outros*”.

Depois, com o avanço da tecnologia, começou a ler em Braille manuais de digitação e treinar exercícios numa máquina de datilografia, sozinho. Ele explica: “[...] *fui fazendo os exercícios, lendo e fazendo, autodidata mesmo, fazendo os exercícios, lendo o manual e me capacitei, digitando com rapidez e eficiência em 12 dias*”. Passado algum tempo, com o surgimento dos leitores de tela, o PcD aprendeu, novamente sem ajuda alguma, a utilizar computador e smartphones com leitor de tela.

Paulo se define como “*autodidata*” e “*referência*” na área de informática. Ele conclui: “*Então é isso aí a história da minha vida de cego, então eu tenho autonomia, vivo sozinho, cozinho e lavo por querer, para ocupar meu tempo livre, só dependo de faxineira porque eu não gosto de fazer e eu acho que não faria bem-feito também*”. Ele tem uma “*mini academia*” em sua casa, praticando atividades físicas regularmente. Também tem uma vida social, ele explica: “*Sexta à noite eu gosto de sair, tomar minha cervejinha, encontrar uma roda de amigos, jogar conversa fora. Conversar com outras pessoas que não são colegas de trabalho e nem aluno, nem nada, né, mudar os papos, né*”. Atualmente ele trabalha, mas pretende se aposentar em breve.

- **Sara**

Sara é uma pessoa com deficiência visual desde a sua infância, sendo que a sua visão foi piorando gradualmente ao longo da sua vida. Estudou e se formou em escola particular. Ela fala que a escola “[...] *aceitou a gente com a deficiência, que também hoje, hoje é obrigado, né? Antigamente, não*”. Ela confessa que “[...] *só ia na escola e voltava para casa, eu não era de ter, eu tinha vergonha, sabe, pra dizer a verdade, eu me sentia diminuída*”. A referida PcD

não queria fazer nenhuma graduação, porém sua irmã mais velha a levou para fazer o vestibular. Ao passar na prova, iniciou seus estudos, sempre com o incentivo e apoio da família. O curso era noturno e seu pai a levava e a buscava. Ela ressalta: *“Mas tudo porque tive muito incentivo da família”*.

Ainda jovem, começou a trabalhar no negócio do pai e, após seu falecimento, assumiu o empreendimento junto com os irmãos. Ela fala que depois dos 20 anos, com muita *“luta”* e *“coragem”*, passou a viajar e a passear, indo, inclusive, para os Estados Unidos e Argentina, sempre acompanhada. Segundo Sara: *“Hoje não. Hoje eu tenho uma vida normal, hoje não. Depois dos meus 20 anos, passei a ter uma vida normal, viajo, passeio [...] tenho bons amigos que, de família né, que ajuda”*.

Hoje ela administra o empreendimento e frequenta academia regularmente. Vai à igreja sozinha *“[...] que é aqui perto, vou sozinha”*, gosta de ir à praça e sempre que tem algum *“espetáculo, um show, um teatro eu gosto de ir”*. Sara revela que tem uma prima que mora perto de sua casa e, algumas vezes na semana, essa prima lê para ela e juntas discutem o livro.

- **Davi**

Davi é tecnólogo e possui curso superior, tendo trabalhado ao longo de sua vida em áreas diretamente relacionadas à sua formação, estando atualmente aposentado. Faz menos de 5 anos que sua visão piorou substancialmente, até então ele dirigia e viajava sozinho. Ele explica que *“[...] na minha casa, aqui eu conheço tudo, né? Eu andando aqui você fala, ele não tem nenhuma deficiência visual, porque conheço tudo. Mas quando eu saio fora do portão ali, aí já é outro mundo, né? Então aí eu começo a me assustar”*.

Sobre a perda da visão, Davi diz: *“Eu acho que perder a visão é uma coisa muito triste, né? É, eu não sou tão 100% seguro como eu tô falando pra você aqui, tem dia que eu estou realmente para baixo. Não nego isso não”*. Davi acrescenta que deseja *“conversar”*, *“sair”*, *“ser livre”*, considerando-se uma pessoa muito *“social”*, dizendo que sempre foi assim. No entanto, com a deficiência, ele se deparou com uma outra realidade: *“[...] agora você não pode fazer mais isso, você vai depender dos outros, você já não tem mais carro, você não tem mais carteira, você não pode mais sair de casa. Aí você fica triste mesmo, né?”*. Com isso, ele conclui: *“A gente acaba ficando meio amargo, a gente vai ficando preso dentro de casa”*.

Porém, quando está acompanhado, consegue frequentar ambientes como a igreja e o supermercado, e sempre que tem algum evento que lhe interesse ele procura ir: *“Amanhã, por exemplo, a minha filha me chamou pra gente ir lá na UFLA, tá tendo fórum de educação, né,*

fórum de educação não, é, tá tendo palestra sobre políticas públicas”. Ele também faz atividade física uma vez na semana.

- **Samuel**

Samuel se tornou uma pessoa com deficiência física ainda jovem, de forma repentina. Ele disse que enquanto estava no hospital o médico entrou em seu quarto e falou: “[...] *você tem dois caminhos pra você seguir, ou se revolta e sua vida vai ser muito ruim, dos seus pais e dos seus amigos, ou você aceita e procura aprender a viver dentro das suas condições*”. Então ele escolheu a segunda opção, relatando que foi e continua sendo muito feliz: *“E fui muito feliz. Estou sendo muito feliz até hoje. De forma que eu acho que a tristeza foi só no dia do acidente mesmo, não teve mais nada”*.

Ele explica que aprendeu sozinho a fazer muitas coisas: *“Eu aprendi a passar da cama para a cadeira, da cadeira para a cama, para o carro, a dirigir, eu já dirigia, aí adaptei o carro e continuei dirigindo, troquei minha carteira, eu aprendi isso tudo sozinho”*. Samuel relata, ainda, que quando foi ao hospital de reabilitação já sabia tudo, não havia mais nada de novo para aprender. Sobre sua vida profissional, afirmou que cursou faculdade e atuou na área, estando agora aposentado. Relata que sai pouco de casa: *“Hoje eu não saio, saio muito pouco. Quando eu saio hoje é mais praça, essas coisas”*.

- **Rebeca**

Rebeca se tornou uma pessoa com deficiência visual há mais de 30 anos. Segundo ela: *“Eu venho gradativamente, é, gradualmente perdendo a visão. Eu trabalhava e aposentei [...]”*. Ela explica que gosta de passear: *“Eu gosto de locomover, ir à rua, que conheço muita gente, as pessoas me encontram e eu bato um papo, eu adoro esse, essa coisa”*. Rebeca faz atividade física regularmente, gosta de ir à praça, em cafeterias e à igreja.

- **Mirian**

Possui deficiência visual desde a infância: *“Quando eu era criança ninguém sabia, até a minha adolescência”*. Mas na infância conseguia *“[...] ver letras até de um tamanho bem pequeno, eu conseguia ver, é, figuras, eu, eu gostava de revista [...] eu, com muita paciência, eu conseguia enxergar”*. Ela acrescenta que *“Falaram que tinha um monte de coisa, já fiz*

tratamentos diversos, já fui cobaia, eu fui cobaia [...] eu fiz diversos exames, exames muito doloridos [...], fiz muitos procedimentos agressivos e pra nada". A doença continuou a avançar progressivamente até que se tornou cegueira total.

Ela foi alfabetizada em Braille através de *"Um rapaz que estudou fora e ele veio um tempo para Lavras [...] no período que ele estava aqui ele me ensinou o Braille, e assim que eu fui alfabetizada"*. Ela explica que os pais não tinham muito conhecimento, então fala que: *"Fui muito precoce nas coisas, porque eu mesmo tinha que tentar entender e tentar saber como é que eu ia solucionar"*. Conseguiu estudar com muita dificuldade, encontrou barreiras diversas, mas não desistiu. Concluiu o curso superior e fez pós-graduação. Atualmente, trabalha na área de formação e ajuda nos cuidados com a sua neta.

- **Daniel**

Daniel sempre teve baixa visão e o quadro foi piorando até ser considerado totalmente cego. Ama viajar, passear, conhecer novos lugares. Ele se considera uma pessoa privilegiada em todos os sentidos: *"familiar, estrutural, emocional e cultural"*. Diante disso, explica que *"[...] no início dos anos 2000, eu resolvi que eu tinha que tomar umas atitudes na minha vida e devolver para a sociedade alguma coisa que eu já ganhei [...] eu acho que eu tive muito benefício"*. Foi a partir disso que ele passou a se envolver ainda mais em ações envolvendo PcDs.

- **José**

José tornou-se pessoa com deficiência visual de forma repentina, há menos de 5 anos, momento em que se aposentou. Segundo ele, alguns familiares se afastaram após a deficiência: *"Parece que depois que eu fiquei deficiente visual, parece que é tipo uma doença, né, afastaram de mim"*. Está na fila de espera para ingressar no CENAV: *"Eu estou aguardando essa vaga aí [...] porque eu quero, sabe, eu não quero ficar só parado, não quero"*. Sobre os locais que costuma frequentar em Lavras, ele explica que gosta muito de ir à igreja: *"Vou toda sexta e domingo para a igreja, eu gosto muito da igreja [...] ele {o pastor da igreja} manda perua para buscar os membros"*. Também pratica atividade física uma vez por semana e vai ao banco para receber seu benefício: *"[...] todo 5º dia útil"*.

- **Mateus**

Mateus vem experimentando a perda gradativa da visão ao longo dos anos. No entanto, ele explica que foi “[...] *de uns 5 anos para cá que eu realmente passei assim a enxergar só vulto*”. Ele trabalhava, mas em virtude da baixa visão começou a ter dificuldades no trabalho. Então entrou com processo de aposentadoria e conseguiu. Porém, segundo ele “[...] *foi uma das piores coisas que eu fiz na vida, é porque eu caí numa depressão danada, porque eu desde pequeno eu sou acostumado a trabalhar né, aí de repente você para, assim*”.

Foi então que nasceram suas filhas, ajudando a ocupar o seu tempo: “*Me ajudou um pouco [...] aí eu fiquei como se fosse dono de casa, eu levava pra creche, pra escola, aquelas coisas e depois veio a segunda filha, eu cuidei dela um bom tempo*”. Atualmente, ele explica: “*Continuo dono de casa, porque eu que faço comida, eu que faço as coisas, porque todas as duas {filhas} trabalham e estudam, elas saem de casa 7 horas e chegam 11 horas da noite, o dia todo fora*”. Ele explica que tem tido muita dificuldade com a deficiência: “*Mas de 5 anos pra cá tô tendo muita dificuldade, porque eu dependo praticamente das minhas filhas pra sair comigo*”. Também faz curso técnico e pratica atividade física uma vez por semana.

- **Marcos**

Marcos, quando criança, se tornou uma pessoa com deficiência física de forma repentina. Segundo ele: “*Graças a Deus eu sobrevivi, desde então eu luto, eu não sou revoltado, pra mim eu já nasci assim*”. Ele explica que sempre estudou, fez faculdade e passou em concurso público no qual atua até hoje. Segundo ele: “*Eu preciso da minha cadeira de rodas que ela é motorizada pra eu me locomover pela cidade, aí de segunda a sexta eu tô na rua. De manhã até a tarde, eu saio todo dia pra trabalhar*”. Sobre os locais que costuma frequentar, Marcos explica que vai ao hospital quando necessário, gosta muito de ir ao comércio, pois, segundo ele: “*eu gosto de comprar, eu gosto de ir nas lojas*”, igreja, lanchonetes e shopping.

- **João**

João foi, segundo ele, “*criado no meio rural*”, aprendendo a gostar muito de “*cavalos da raça manga-larga marchador*”. Ele explica que na adolescência: “*Até então eu levava a minha vida como um adolescente qualquer e a minha visão apagava só à noite, à noite eu não enxergava nada*”. Mudou-se para Lavras ainda jovem, fase em que sua visão piorou consideravelmente, passando a se locomover com o auxílio de bengala. Fez curso superior e

hoje trabalha, ajuda nos cuidados com a sua mãe, é faixa preta no jiu-jitsu e faz musculação diariamente. Relata também que foi “[...] *preparado para ser veterinário a vida toda, criado no meio rural, a minha meta era mexer, ganhar a vida trabalhando com cavalos manga-larga marchador mesmo, mas não foi possível por causa da deficiência*”. Diante disso, buscou “*outros esportes para suprir esse cavalo*”. João gosta de pedalar e possui uma bicicleta dupla (tandem), “[...] *então eu saio para pedalar às vezes junto com os meus amigos*”.

O entrevistado conta que leva uma “*vida plena, assim dentro da minha deficiência*”. Tendo em vista o “[...] *ambiente familiar bastante conturbado, tudo eu tive que me virar desde muito cedo e aprender a desenvolver outras habilidades, outras técnicas ou usar a memória, usar o raciocínio para conquistar o meu espaço no meio social e assim foi feito*”. Ele fala, inclusive, que o ambiente familiar conturbado contribuiu para o seu desenvolvimento pessoal, pois, tudo o que ele queria, precisou “*correr atrás, ganhar a vida com o próprio suor, com o próprio esforço*”.

- **Débora**

Débora era corredora de rua, trabalhava e tinha uma vida cheia de atividades até que, há aproximadamente 5 anos, tornou-se uma pessoa com deficiência física, de forma repentina. Segundo ela: “*Fiquei um certo tempo sem andar, sem falar, é, muito devagarinho eu consegui sair da cama. E aí eu comecei a querer andar. Mas tudo com muita calma*”. Sua recuperação é bem lenta e hoje ela segue “*encostada*” pelo INSS, embora deseje voltar a trabalhar, relatando que tem o sonho de correr novamente.

Ela fala que antes do ocorrido tinha uma vida desenfreada: “[...] *eu tenho que fazer algo correndo, porque eu quero entregar isso correndo, porque eu tenho que correr, porque eu tenho que trabalhar, porque eu tenho que dormir, eu tenho que ir na igreja, eu tenho que ir para a academia. Então é assim, é uma vida desenfreada*”. Mas hoje, ela diz que sabe apreciar as pequenas coisas que antes passavam despercebidas. Frequenta academia regularmente, faz fisioterapia e acompanhamento com psicóloga e nutricionista.

- **Estevão**

Estevão foi perdendo a visão gradativamente. No começo, ele explica que foi complicado, “[...] *só que ao fato, ao mesmo tempo, o fato de perder aos poucos eu pude também ir me adaptando*”. Assim, ele fez curso de mobilidade e, segundo ele, atualmente: “*Eu consigo*

ter uma boa independência, consigo locomover nas ruas aí na cidade que eu já sou acostumado. Consigo praticar esporte e tenho me adaptado muito, muito bem à deficiência. Começo é complicado, mas hoje em dia já está bem tranquilo”.

Sobre os estudos, ele explica que chegou a abandonar a faculdade, mas conseguiu voltar, concluiu o curso e acabou de finalizar uma pós-graduação. Ele afirma: *“Estou tentando sobreviver a cada dia, mantendo bem fisicamente, bem mentalmente também, que eu acho que é o primordial, estar conseguindo vencer a cada dia as dificuldades”*. Atualmente, trabalha na sua área de formação, faz academia regularmente e é corredor de rua, tendo participado recentemente de uma corrida na Volta Internacional da Pampulha, em Belo Horizonte¹. Gosta de frequentar bares e *“tomar uma cerveja de vez em quando”*.

- **Rute**

Rute tornou-se pessoa com deficiência física na adolescência, de forma repentina. Atualmente, ela trabalha e faz curso técnico à distância. Anda com o auxílio de cadeira de rodas manual. Gosta de ir ao pagode, em eventos universitários e faz fisioterapia em casa, sem acompanhamento. Segundo ela: *“[...] eu saio bastante, eu gosto muito dos eventos aqui. Mas o que eu menos gosto é que não tem essa acessibilidade para nada”*. Ela fala da importância do seu trabalho em sua vida: *“Porque também ficar em casa o dia todo, que antes de trabalhar eu ficava em casa o dia inteiro e não tinha mais nada pra fazer. Então eu gosto bastante também do meu emprego por isso”*.

- **Ester**

Ester tornou-se pessoa com deficiência física há aproximadamente 5 anos, de forma repentina. Anda com o auxílio de cadeira de rodas manual. Ela fala que hoje consegue sair mais de casa, mas nem sempre foi assim: *“[...] antes eu ficava dentro de casa escondida. Tanto é que eu nem posto nada o negócio que eu estou na cadeira, acho que se um dia eu postar vai ficar todo mundo: nossa, que é isso, o que aconteceu? Tem gente que nem sabe”*. Atualmente, está aposentada, saindo pouco de casa, limitando-se a ir ao supermercado, igreja e, ocasionalmente, a algum passeio.

¹Volta Internacional da Pampulha: evento de corrida que ocorre anualmente na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, com uma distância total de aproximadamente 18 quilômetros.

- **Tiago**

Tornou-se pessoa com deficiência física na adolescência, de forma repentina, no entanto afirma: *“Eu consigo me virar muito bem com isso, nunca me impediu de fazer nada”*. Tiago trabalha, pedala – inclusive já participou de ciclismo paralímpico, além de ser um grande defensor do esporte. Sobre os locais que costuma frequentar, ele diz que vai a academia regularmente, costuma ir à igreja toda semana, além de supermercado e comércios em geral.

- **Maria**

Maria tornou-se pessoa com deficiência física há alguns anos, de forma repentina. Abandonou o curso superior que fazia e agora trabalha *“home office”*, para facilitar a sua rotina. Está trabalhando com a confecção de bolos saudáveis, o que tem sido muito bom para ocupar o seu tempo e promover maior socialização. Ela explica: *“Eu faço bolos saudáveis e com uma mão. E aí é isso, ocupou muito minha cabeça e é muito bom. Então eu estou tendo que, então eu estou tendo que ir nessas lojas de a granel comprar material. Então eu estou tendo uma socialização maior por conta disso”*. Faz fisioterapia, pilates e musculação, regularmente. Também está ocupada com os preparativos para seu casamento.

- **Ana**

Ana tornou-se uma pessoa com deficiência física ainda na juventude, de forma repentina. Relata que: *“Antes disso [...] eu já era muito independente, eu trabalhava o dia todo, eu tinha meu dinheiro, eu morava sozinha, eu tinha minha moto, eu ia para onde eu queria, a hora que eu queria”*. Ela anda com o auxílio de cadeira de rodas manual.

A entrevistada explica que o processo de adaptação foi muito difícil, então tanto fisicamente quando psicologicamente ela teve, e ainda tem, bastante dificuldade. Segundo Ana:

Foi muito difícil a convivência de aprender, né, a ter que lidar com um novo corpo, uma nova percepção do mundo, porque muda tudo, é completamente diferente, é, e psicologicamente falando também, além de fisicamente, mas psicologicamente falando, é, foi muito difícil de lidar, de ter que ficar próxima da minha mãe outra vez, né, porque não por escolha, a gente sempre teve uma relação muito boa, aliás, mas assim é hoje em dia, eu dependo 24 horas por dia dela. É então essa convivência forçada, né, me mostrou que as coisas elas não são no meu tempo, a hora que eu quero e a convivência, depender do

outro, né, principalmente da minha mãe, quem ficava mais tempo comigo, foi um pouco difícil.

Ana explica, ainda, que a pandemia trouxe a oportunidade de ficar em casa, de voltar a estudar à distância e aprender novas habilidades. Ela diz: *“Eu tive que aprender tudo de novo e a pandemia me trouxe a oportunidade de eu fazer isso no meu tempo e em casa, no meu conforto”*. Ela concluiu o curso superior, começou uma pós-graduação e está trabalhando na sua área de formação.

A PcD elucida que, hoje, os pais dividem a carga do cuidado: *“Porque hoje em dia é muito pesado cuidar de mim, em relação a tudo, fisicamente e psicologicamente, assim, então eles dividirem essa carga para eles foi muito bom”*. Ela acrescenta: *“Eu acho que a lesão é mais difícil para quem convive, para quem tem que abster de qualquer coisa pra cuidar de mim. Minha mãe, por exemplo, ela não consegue mais fazer as coisas que ela gosta, no tempo que ela quer ou ela precisa”*.

Antes da deficiência, já namorava e hoje os dois continuam e pretendem se casar daqui a alguns anos: *“Ele nunca, nunca me largou, nunca passou pela cabeça do coitado [...] a forma que ele conta nossa história é linda, eu sou apaixonada. Mas é isso, a gente tem vontade de ter filhos”*. Considera-se privilegiada em relação à vida que leva e ao apoio recebido: *“Eu, graças a Deus, assim, em relação a minha deficiência e em relação à vida que eu levo, os meus pais e o apoio que eu tenho, eu sou muito privilegiada”*. Pratica atividade física regularmente, segundo ela: *“Eu malho bem pesado”*. Também faz fisioterapia quatro vezes na semana. Gosta de ir ao cinema, mas declara que ela e o namorado são *“muito caseiros, então hoje em dia, tudo que a gente faz é em casa”*.

- **Priscila**

A participante mais jovem se tornou uma pessoa com deficiência física há menos de 5 anos, de forma repentina. Ela explica: *“Vim para casa e comecei a reabilitação. Aí eu comecei a fazer fisioterapia, fiz fisioterapia intensiva mesmo”*. Ela opta por usar uma bengala em vez de uma cadeira de rodas, pois acredita que isso permite uma locomoção mais rápida: *“Pensei em me locomover com a utilização de cadeira de rodas, só que como eu pego ônibus, aqui a estrutura do asfalto em si é péssima [...] se eu quiser me locomover de forma mais rápida é a bengala mesmo”*.

Ela compartilha que lidar com uma deficiência adquirida de forma repentina tem sido um processo complexo e demorado para assimilar: *“Por ser uma deficiência adquirida é algo que para mim está levando um tempo para processar tudo, sabe, também como a sociedade vê a gente”*. Antes de sua deficiência, ela era apaixonada por dança de rua, uma atividade que lhe trazia grande prazer. No entanto, devido às suas limitações físicas atuais, ela enfrenta dificuldades para retornar à dança, o que a entristece. Priscila explica: *“É um processo, sabe, aí eu ainda fico muito voltando essa questão de como eu dançava antes, aí como eu estou dançando agora, sabe”*. Atualmente ela faz curso superior, estágio, frequenta sessões de fisioterapia e academia regularmente.

- **O que esses relatos dizem sobre a deficiência?**

Os depoimentos destacam, em primeiro lugar, que existem diferenças marcantes entre as deficiências congênitas e as adquiridas, sendo as adquiridas as que ocorrem em diferentes fases da vida, podendo manifestarem-se gradualmente ou de forma abrupta. Ocorre que a deficiência transforma profundamente o curso da vida, forçando as pessoas a se reinventarem e redirecionarem suas trajetórias. O processo de adaptação não se limita ao corpo físico, mas também ao modo como a sociedade percebe e trata essas pessoas, o que exige tempo para lidar com as mudanças.

Também demonstram a importância de adquirir conhecimentos específicos para promover maior independência e autonomia. No caso de pessoas com deficiência visual, por exemplo, aprender a usar a bengala foi apontado por alguns informantes como essencial para garantir a mobilidade. Além disso, o domínio do Braille, o uso de smartphones ou computadores com tecnologias assistivas, entre outros recursos, são fundamentais para auxiliar as PcDs em suas atividades cotidianas.

O processo de reabilitação surge como outro ponto importante, pois permite que cada indivíduo aprenda a conviver e se adaptar às limitações impostas por sua condição. Práticas como musculação, pilates e fisioterapia também são mencionadas como essenciais para manter a saúde (mental e física) e a mobilidade.

Outro ponto de destaque é o papel da rede de apoio, que a maioria dos informantes possui, geralmente composta pela família e que auxilia na realização das atividades cotidianas, mesmo diante de tantos obstáculos. O suporte psicológico também é mencionado como um fator crucial para a manutenção da saúde mental e o bem-estar.

Mais um aspecto é a relevância da educação. Muitos informantes mencionaram o papel do apoio docente, dos colegas e da família no seu percurso educacional. A questão financeira também ficou evidente, pois, para ter acesso a todas essas questões, é preciso ter condições financeiras. Assim, as histórias demonstram a importância de desenvolver atividades produtivas tanto para manter-se socialmente inserido como para ser financeiramente independente. Isso também se reflete na possibilidade de custear adaptações à nova realidade.

Essas narrativas mostram que a deficiência é uma experiência singular que vai além da lesão física, abrangendo o contexto de vida de cada indivíduo. Conforme o modelo social da deficiência, ela é entendida como um problema social que exige mudanças estruturais na comunidade (Degener, 2017; Goodley, 2011; Oliver, 2009). Embora esse modelo reconheça o componente biológico da deficiência, enfatiza que muitos dos obstáculos enfrentados pelas PcDs podem ser superados por meio de mudanças sociais (Oliver, 1996). Baseado nisso, o modelo não foca nas limitações funcionais dos indivíduos com deficiência, mas nos problemas ocasionados por ambientes, barreiras e culturas incapacitantes (Barnes, 2012). Ao entender a deficiência como uma questão social, torna-se evidente a necessidade urgente de reestruturar os lugares de comum convivência para que as PcDs possam se apropriar do espaço urbano e participar ativamente na sua produção e reprodução.

4.2 Apropriação

A categoria apropriação é fundamental no direito à cidade, pois representa a possibilidade de os cidadãos utilizarem plenamente os espaços urbanos, integrando-os à vida cotidiana (Lefebvre, 2011). Consoante Purcell (2003, p. 2003), o direito à apropriação envolve “direito de viver, se divertir, trabalhar, representar, caracterizar e ocupar o espaço urbano em uma determinada cidade”.

As entrevistas evidenciaram aspectos cruciais para a apropriação do espaço urbano, os quais estão intrinsecamente relacionados aos direitos de apropriação apontados por Purcell (2003). No entanto, os informantes também destacaram diversos obstáculos que impedem a concretização desse direito na prática, dificultando o pleno uso do espaço urbano. A partir da análise das narrativas, surgiram três subcategorias, a saber: acessibilidade, relações interpessoais e dependência e interseccionalidade, as quais são analisadas e discutidas a seguir.

4.2.1 Acessibilidade

Apesar das peculiaridades de cada relato, todos convergiram para um tema comum: a acessibilidade, ou melhor, a falta dela. Essa palavra foi repetida diversas vezes em todas as entrevistas, mas com diferentes enfoques. Seu significado e relevância estão intimamente ligados ao contexto de vida de cada entrevistado, considerando o tipo de limitação física ou visual, a personalidade, o local de residência, a condição financeira, o trabalho, os relacionamentos sociais e a percepção da própria deficiência.

A análise das narrativas revelou quatro temas principais relacionados à acessibilidade. Primeiro, a percepção dos entrevistados sobre a importância da acessibilidade em suas vidas e como eles avaliam a cidade de Lavras nesse aspecto. Em seguida, surgem os problemas específicos que os informantes enfrentam no dia a dia devido às barreiras físicas no espaço urbano, que envolvem desde os problemas com a mobilidade urbana até a dificuldade, ou mesmo a impossibilidade, de frequentar os espaços públicos e privados. Os sentimentos que essas barreiras despertam também se destacam com termos como “medo”, “frustração” e “insegurança”, frequentemente mencionados. Por fim, foi evidenciada a ideia de que uma sociedade acessível beneficia não apenas as PcDs, mas toda a comunidade. Cada um desses temas será abordado a seguir.

4.2.1.1 Percepções sobre acessibilidade e a vida na cidade

A acessibilidade é frequentemente citada na literatura como uma das principais limitações enfrentadas pelas PcDs no cotidiano urbano (Albers *et al.*, 2020; Bertolino; Morais; Bortolo, 2021; Calado *et al.*, 2019; Klein; Grigoletti, 2021; Kuyven *et al.*, 2021; Machado; Lima, 2013; Régis; Nogueira, 2021). Conforme apontado por Yardimci e Bezmez (2018), a ausência ou inadequação de espaços, serviços e equipamentos acessíveis não apenas dificulta o acesso dessas pessoas a diferentes locais, mas também restringe sua participação plena na vida comunitária. Ou seja, a falta de acessibilidade afeta não somente a apropriação, mas atua como óbice à participação.

Como destacam Pinheiro, Barbosa e Rocha (2020), a falta de acessibilidade é um dos principais empecilhos para a inclusão efetiva das PcDs na sociedade. Esses problemas, por sua vez, são enfrentados por esse grupo à medida que eles passam a frequentar espaços que antes sequer eram permitidos a eles. Essa realidade é evidente nas narrativas dos informantes, cujas experiências demonstram que, sem uma acessibilidade adequada, a cidade não é plenamente vivida, mas sim um espaço de constantes barreiras e limitações.

Tudo pra quem anda de cadeira de rodas é acessibilidade, o diretor da nossa vida é a acessibilidade. Porque sem ela a gente não consegue fazer nada. Não consegue. (Ester)

O uso da expressão "*diretor da nossa vida*" por Ester sugere que a acessibilidade é o fator que orienta e determina as possibilidades de interação e vivência no espaço urbano. Assim, o seu relato revela a dependência de uma infraestrutura acessível para viabilizar suas atividades diárias.

Nesse contexto, Régis e Nogueira (2021) destacam a interdependência entre os conceitos de direito à acessibilidade e direito à cidade. Sem a acessibilidade, as PcDs são impedidas de viver e participar plenamente do espaço urbano. O conjunto de barreiras existentes não apenas limitam sua mobilidade, mas obstruem a apropriação e participação plena na vida comunitária, tornando a experiência de habitar a cidade um grande desafio.

Pineda (2022) aponta que uma cidade que não prioriza a inclusão e acessibilidade das PcDs está afirmando que esses indivíduos não possuem o mesmo valor de cidadania que aqueles sem deficiência. Essa afirmação expõe uma desigualdade estrutural profundamente enraizada, em que as políticas e práticas urbanas excluem ativamente PcDs ao ignorarem suas necessidades. Assim, as cidades que não promovem políticas de diferença optam por incluir apenas o que consideram normativo.

Apesar da importância da acessibilidade na vida das PcDs, essa realidade ainda está longe de ser alcançada. Segundo Yardimci e Bezmez (2018), a simples ação de “sair de casa” exige um planejamento cuidadoso por parte das PcDs, que devem considerar várias questões relacionadas à acessibilidade, tanto na mobilidade quanto nos locais que desejam visitar. Os numerosos obstáculos presentes no ambiente urbano tornam atividades cotidianas, como viver, deslocar-se e trabalhar, verdadeiros desafios para as PcDs.

[...] os defeitos que tem Lavras são os mesmos que encontra em qualquer cidade, São Paulo, no Rio, Uberaba, Uberlândia, Poços de Caldas [...] é o de sempre, falta de respeito às leis municipais, código de posturas, código de construção, esse negócio todo, isso todo lugar tem, as leis existem, não são respeitadas, que às vezes as pessoas não têm consciência da existência das leis e principalmente porque não são fiscalizadas. (Paulo)

Como observa Paulo, os problemas de acessibilidade não são restritos à Lavras, mas são constantes na maioria das cidades brasileiras, sejam elas de grande, médio ou pequeno porte, conforme apontam estudos (Albers *et al.*, 2020; Bertolino; Morais; Bortolo, 2021; Calado *et*

al., 2019; Klein; Grigoletti, 2021; Kuyven *et al.*, 2021; Machado; Lima, 2013; Régis; Nogueira, 2021).

Isso demonstra que o direito à cidade para PcDs não é uma questão pontual e localizada. É uma questão global que envolve a concepção dominante sobre a deficiência que se reflete nas políticas e projetos públicos. Como explicam Rebernik *et al.* (2020, p 1-2), “Os governos das cidades ainda lutam para compreender a diversidade das necessidades dos cidadãos”.

Especificamente em relação à Lavras, as narrativas revelam que, apesar do crescimento e desenvolvimento da cidade, as dificuldades para acessar o espaço urbano são cada vez maiores.

Olha, a gente não tem nada acessível [...] Lavras também não tem nada para oferecer. (Mirian)

Lavras cresceu muito, mas não acompanhou o crescimento, e assim, com tantas pessoas deficientes que tem em Lavras, os passeios, as coisas de Lavras são horríveis para as PcDs, as coisas são terríveis. Não tem o mínimo de acessibilidade [...]. Eu acho assim, que a cidade cresceu muito mas não desenvolveu e assim não se preocupou com as PcDs. (Mateus)

Lavras piorou, vem piorando. Ela não melhorou nunca, que eu, o tempo que eu estou deficiente, estou com baixa visão para cá, eu não vi melhora nenhuma, eu vi piora. (Rebeca)

Lavras deu uma boa melhorada em muitas coisas. Um problema aqui de Lavras é que tá precisando de ter mais oportunidade para a gente que é deficiente. (José)

A cidade evoluiu demais. Cresceu muito, faculdades, universidades, isso tudo melhora no todo. (Samuel)

Primeiramente, é importante ressaltar que todos os informantes criticaram a falta de acessibilidade da cidade. Os relatos mostram que, embora Lavras tenha crescido, esse desenvolvimento não contemplou as PcDs. Inclusive, para alguns entrevistados, a cidade piorou no aspecto relacionado à acessibilidade. Isso significa que o desenvolvimento urbano de Lavras tem sido excludente. Embora haja melhorias no seu crescimento, essas mudanças não atendem às necessidades das PcDs, perpetuando sua marginalização no espaço urbano.

Esses relatos evidenciam como o processo de urbanização em Lavras reflete uma estrutura capitalista e capacitista, em que o crescimento e desenvolvimento da cidade privilegia apenas certos grupos sociais, deixando as PcDs à margem. Cosenza e Resende (2006) apontam que a estrutura da cidade contemporânea é moldada pelos interesses de um grupo gestor dominante, o qual privilegia certos grupos sociais em detrimento de outros. No contexto capitalista, a normatização do corpo resulta em uma padronização que ignora as variações corporais, forçando aqueles que não se encaixam nesse padrão a se adaptarem a ambientes

inadequados para suas necessidades. Essa falta de consideração pela diversidade corporal permeia todo o ambiente urbano, refletindo-se na exclusão e marginalização das PcDs.

Assim, em vez de a cidade crescer e se desenvolver levando em conta a heterogeneidade da população e buscando incluir a todos indistintamente, na prática, ela é projetada para o sujeito padrão, deixando que os demais se ajustem como puderem. Ou seja, as PcDs é que precisam se adaptar à cidade e não o contrário (Cosenza; Resende, 2006). Dessa forma, grupos vulneráveis, cujas necessidades diferem desse modelo, acabam sendo excluídos (Rebernik *et al.*, 2020).

Embora existam leis nacionais e internacionais determinando o direito à acessibilidade das PcDs – assim como normas técnicas relacionadas a esse tema (Cosenza; Resende, 2006), as quais foram fortemente influenciadas pelo modelo social da deficiência – na prática elas não têm gerado um impacto significativo no cotidiano das PcDs.

Questão da pessoa, a pessoa fala assim, ah mas a minha loja é acessível, botei rampa, ótimo, parabéns. Você cumpriu a sua obrigação. Mas pessoa com deficiência não é só subir a rampa e mesmo a pessoa que usa a cadeira de rodas subiu a rampa e aí? Ele vai ter um atendimento digno, vai ter um, vai ter um espaço de sentar numa mesa com conforto. “A não, a gente encosta ele ali e põe uma mesinha mais ou menos”. Não, ele tem que assentar numa mesa igual as outras pessoas. Então você tem que ter um vão na mesa que ele possa sentar. Não é só cumprir a tabela, né? (Daniel)

Porque a questão da acessibilidade se limita muito a rampa e banheiro com espaço para passar a cadeira de rodas, e não é só isso. Porque não adianta ser aquela rampa hiper inclinada. É a questão da independência, precisa de uma pessoa empurrando, sabe, você não ter autonomia de empurrar a cadeira e tem um risco de às vezes você estar empurrando e virar pra trás, né. Então é tudo isso, não se limita só à rampa e banheiro espaçoso, sabe? (Priscila)

No centro tem rampas, né. Tem tudo mais adaptado, nos bairros assim não tem. Nos bairros é ruim demais, não tem a calçada larga, não tem rampa, mas aí eu vou me virando. (Marcos)

As narrativas mostram que a acessibilidade vai além de simplesmente cumprir o mínimo exigido pela legislação ou seguir as normas de forma inadequada apenas para parecer acessível. A verdadeira acessibilidade implica na inclusão plena e efetiva das PcDs, promovendo o uso da cidade e de todos os seus benefícios (Lefebvre, 2011).

Régis e Nogueira (2021), em seu estudo sobre Florianópolis, afirmam que, apesar dos avanços na implementação das leis de acessibilidade, a efetividade dessas medidas é frequentemente comprometida por vários fatores, como a falta de respeito e a manutenção inadequada das estruturas. Muitas vezes, as áreas acessíveis são obstruídas e negligenciadas. De maneira semelhante, Albers *et al.* (2020) analisaram a acessibilidade em estabelecimentos

comerciais de duas cidades turísticas da Serra Gaúcha e constataram que, embora a maioria tenha portas acessíveis, a falta de acessibilidade interna dificultaria um atendimento adequado às PcDs. Outros estudos também identificaram que instrumentos destinados a promover a acessibilidade estão, na realidade, mal distribuídos, mal posicionados ou inadequados (Klein; Grigoletti, 2021; Kuyven *et al.*, 2021).

Conforme explicam Rebernik *et al.* (2020), as cidades geralmente carecem de uma abordagem holística e sistêmica para promover a inclusão de PcDs, resultando em ações que são pontuais e voltadas apenas para atender necessidades específicas. Ou seja, as cidades frequentemente não adotam uma visão integrada e abrangente em relação à acessibilidade e inclusão das PcDs. Régis e Nogueira (2021) caminham nessa direção, destacando a falta de integração entre os órgãos públicos e, conseqüentemente, a realização de intervenções isoladas e pontuais como um limitador na promoção da acessibilidade. A falta de uma abordagem holística implica políticas e ações implementadas de maneira fragmentada, focando apenas em problemas isolados em vez de considerar as interconexões entre diferentes aspectos da vida urbana.

Isso mostra que, embora existam normas e leis para garantir a acessibilidade, mesmo quando há a intenção de cumpri-las, a efetividade dessas medidas é frequentemente prejudicada por falhas, como a falta de observância dos critérios técnicos e um planejamento inadequado.

Outrossim, o relato de Marcos de que o centro da cidade possui rampas, enquanto os bairros não têm essas adaptações evidencia uma desigualdade territorial na implementação de medidas de acessibilidade. Assim, uma PcD que vive na periferia enfrenta ainda mais dificuldades do que aquela que reside no centro da cidade. O estudo de Calado *et al.* (2019) evidencia essa realidade. A pesquisa, realizada em São Paulo, destaca o seguinte problema: as regiões mais abastadas recebem maior investimento e manutenção na infraestrutura, o que facilita a mobilidade e a participação das PcDs na vida urbana. Em contraste a isso, as regiões mais pobres enfrentam uma carência de recursos e infraestrutura adequada, o que agrava os problemas de acessibilidade.

Em conclusão, tendo como fundamento a concepção de apropriação proposta por Lefebvre (2011) enquanto uso total e completo da cidade, dos seus benefícios e tudo o que oferece, assim como a afirmação do valor de uso sobre o valor de troca, fica claro que sem acessibilidade é impossível apropriar-se do espaço urbano.

4.2.1.2 Obstáculos no cotidiano urbano

Nas ruas movimentadas de Lavras, uma cena recorrente se desenrola: PcDs optam por caminhar pela rua em vez de utilizar as calçadas. A razão por trás dessa escolha é a flagrante falta de acessibilidade nos passeios públicos. Enquanto as calçadas estão repletas de problemas, a rua, paradoxalmente, apresenta-se como uma alternativa “*livre de obstáculos*”, embora repleta de riscos, pois as PcDs caminham na mesma via de veículos terrestres como carros, caminhões, motocicletas e bicicletas.

Eu falo que a rua é maravilhosa, mas olha, chegar à rua é a pior coisa que tem, assim, ir para a rua, as calçadas são péssimas, com muitos degraus, muitos buracos, nenhum trabalho de melhoria dessas calçadas, nem aqui no bairro, tampouco lá no centro. (Rebeca)

Eu tenho que andar muito com a cadeira na beirada, à beira do asfalto, tomando cuidado com os carros. (Marcos)

Eu vindo da faculdade, eu durante 5 anos eu voltei da faculdade andando para o meio da rua porque não tinha calçada, era degrau, era buraco, era lixeira, era coisas que serviriam para me machucar, na verdade [...] A gente anda na rua tropeçando em ambulante, tropeçando em coisas fora do lugar, sacos de lixo para tudo quanto é lado. (João)

Eu não ando em passeio que é impossível cego andar em passeio aqui em Lavras. (Sara)

[...] árvore no meio do caminho, calçada tudo quebrada, cheio de pedra [...] é poste, você está andando e de repente tem uma lixeira e um poste junto assim, ó, aqui em Lavras tem muito isso aí. (José)

Eu acho que ali para a gente assim, cadeirante, aquelas ruas ali da praça, é muito difícil para andar na cadeira, aqueles paralelepipedalzinho ali, nossa, é horrível. Para andar ali é muito difícil. Normalmente, quando eu vou no centro assim com as minhas irmãs, a gente prefere andar na rua porque no passeio mesmo não tem como andar. Não, não tem como, ou tem uns que é pequeno demais, aí não dá para você passar entre, tipo assim, entre a loja e o poste, aí ali já não dá pra você passar. Ou quando não é isso é o passeio esburacado, ou de paralelepípedo que de cadeira é horrível. (Rute)

Se você subir a Rua Santana tem uma farmácia de esquina e tem uma loja. Tem 2 vasos deste tamanho {sinaliza que são grandes} na calçada e a calçada é deste tamanho {sinaliza que é pequena}. Então, na hora que eu passo ali ou trombo no primeiro vaso, desvio, é uma paraolimpíada, na hora que eu trombo no segundo vaso e desvio o que tem na minha frente, o poste. (Daniel)

Eu ando muito bem de bengala, com muito cuidado, deslocamento é mais lento por causa dos buracos, raiz de árvore, passeios, cimentos levantados, né? Mesa, cadeira, lixeira, bicicleta em cima do passeio, antigamente ainda tinha os orelhões, que era triste, que a bengala não pega, pega só embaixo, em cima não protege, né? Teria que andar de capacete também, aí também é demais né, mas a gente memoriza também nos circuitos que a gente faz, que eu fazia mais, aonde tinha orelhões, não aqueles nos postinhos na beira do meio fio, mas aqueles que eram chumbados nas paredes né, lixeira também, um perigo danado, mas quando é um trecho que a gente passa com regularidade a gente memoriza, lembra onde tem os obstáculos, vai chegando a gente já vai com o braço levantado na frente do rosto. Eu me locomovo muito bem porque eu tenho um mapa mental da cidade. Eu tenho uma

memória boa ainda, eu tenho meus pontos de referência [...] Referência pra mim é bairro, rua, número do lugar. (Paulo)

Os informantes relataram diversos problemas, como calçadas irregulares com degraus, buracos e protuberâncias; bueiros sem tampa; passeios estreitos; revestimentos inadequados; falta de manutenção e melhorias nas calçadas; e obstáculos como postes, placas e orelhões. As calçadas, que deveriam ser espaços seguros e acessíveis para todos, se tornaram verdadeiras armadilhas, obrigando as PcDs a buscarem alternativas arriscadas. A partir dessas narrativas, é possível perceber a importância que as PcDs atribuem às calçadas e o quanto a falta de acessibilidade nessa via pública é um problema grave em suas vidas.

Além disso, muitos problemas de acessibilidade mencionados são causados por ações da própria população, como a instalação de lixeiras em alturas inadequadas, toldos, vasos de plantas, manequins, mostruários, barracas, cadeiras e mesas, que obstruem as calçadas. Embora a fiscalização dessas questões seja responsabilidade do município, é essencial conscientizar a sociedade sobre seu papel na promoção da acessibilidade.

Exemplo disso é o estudo de um bairro residencial planejado, entregue em 2012, realizado por Bertolino, Morais e Bortolo (2021). A pesquisa revela que, apesar de atender aos requisitos de acessibilidade, as calçadas foram deterioradas devido a obstruções e mudanças feitas pelos próprios residentes, evidenciando que a responsabilidade pela acessibilidade não recai apenas sobre o poder público, mas também sobre a conscientização e o comportamento da população.

Para todos esses problemas relatados já existe legislação. A NBR 9050/2015 (Brasil) estabelece um conjunto de critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade. Dentre as questões abordadas nesse instrumento normativo, existem as normas técnicas relacionadas às calçadas, as quais devem seguir um conjunto de critérios para que sejam acessíveis.

Tendo em vista os diversos problemas apresentados, não é incomum os relatos de acidentes.

Esses dias esbarrei numa placa ali perto, numa loja, uma placa que estava na calçada, o cara dentro da loja achou ruim comigo ainda que eu derrubei a placa, a placa não deveria estar lá. (João)

Teve uma vez que eu fui levar a minha filha no médico, minha filha distraiu um pouco, o toldo enfiou dentro do meu olho assim, aí parece que o olho ia sair pra fora, sabe, e eu naquele desespero, aquela dor, a moça da loja falou assim: “Você quer que eu arrume um gelo pra você?”, eu falei: “Arruma pra

mim por favor”. Aí a moça que trabalha lá na loja eu peguei e falei: “Não pode ficar assim”, aí ela falou “Isso aqui tem anos que tá assim”, eu falei “Oh, tem anos que tá assim, mas uma hora uma pessoa com deficiência ia acontecer o que aconteceu”. (Mateus)

Se eu for lá, me jogar lá no centro, eu não vou nem para frente nem para trás. Uma vez que eu fui tentar quase que eu caí de cara no chão, ali naquele Banco Mercantil, não tem aquelas pedras {está se referindo ao revestimento de pedra portuguesa}. Aí eu fui, a hora que uma pedrinha agarrou na roda, menina, se o moço tivesse passando não segurasse eu ia cair de cara no chão, ia arrebentar os dois joelhos. Descendo aquele negócio no Mercantil, aquela rampinha que eles pois, aqueles paralelepípedos, aquelas pedras gigantes lá, naquele passeio da praça, aquilo lá, até quem usa salto não dá uai, agarrou, minha filha, a rodinha da frente, quase que eu fui pro chão, eu fui pra ir pro carro, meu pai estava me esperando. (Ester)

Em frente aquele casarão ali, bem onde entra os carros, no estacionamento, ali tem uma coisa da CEMIG ou de COPASA, e assim, numa outra vez que eu vim, estava sem a tampa e eu enfiei a perna e deu um corte, podia ter quebrado, dei sorte que eu equilibrei e tal. E hoje, ontem mesmo eu passei lá, a tampa você pisa você não tem segurança com aquele trem. (Daniel)

Importante ressaltar que, enquanto esta tese estava em processo de escrita, algo muito triste aconteceu em Lavras e evidencia o quão difícil é a vida da PcD na cidade. No dia primeiro de junho de 2024, uma pessoa estava andando na rua, na contramão, utilizando cadeira de rodas e foi atropelada por um carro. Após o atropelamento, o motorista do veículo deixou o local sem prestar socorro. Testemunhas disseram que o motorista apresentava sinais de embriaguez e estava em alta velocidade (EPTV, 2024).

Esse fato levanta uma reflexão importante: as PcDs são frequentemente obrigadas a desrespeitar normas e leis, como andar pela rua em vez de utilizar as calçadas, devido à falta de infraestrutura urbana que garanta seu acesso seguro. Ao fazer essa escolha, acabam sendo responsabilizadas pelos riscos que enfrentam ao tentar exercer seu direito de participar da vida urbana.

As narrativas trazem à tona questões importantes. Primeiro, o dono da loja se irritou com João por ele ter derrubado uma placa que estava em local inadequado. Ou seja, além de sofrer o acidente, João foi repreendido em vez de ser ajudado. De forma semelhante, Mateus, ao reclamar de um toldo que o machucou, ouviu que "*sempre foi assim*", como se o problema fosse ele e não o toldo. Isso revela que, além das barreiras físicas, as PcDs enfrentam atitudes que naturalizam esses problemas e culpabilizam as vítimas.

Esse comportamento reflete o capacitismo presente na sociedade, o qual está fundamentado no discurso biomédico da deficiência (Gresser; Block; Mello, 2019). Segundo Diniz, Barbosa e Santos (2009), o modelo biomédico estabelece uma relação de causalidade e dependência entre as limitações do indivíduo e as desvantagens sociais enfrentadas pelas PcDs.

Ou seja, os problemas que as PcDs sofrem derivam da limitação existente em seu corpo e não da sociedade. No entanto, o modelo social da deficiência vem demonstrar que a opressão sofrida pelas PcDs não está relacionada aos impedimentos em seu corpo, mas de uma sociedade que não é inclusiva. Portanto, existe uma relação diretamente proporcional entre a limitação da participação das PcDs e a quantidade de barreiras sociais existentes.

Na mesma direção, Ivanovich e Gesser (2020), explicam que o capacitismo promove a responsabilização da própria PcD pelos obstáculos que enfrenta, demonstrando que a deficiência é comumente percebida como uma característica ligada ao corpo individual. Isso reforça a ideia de que cabe ao sujeito se ajustar para conseguir participar plenamente da sociedade. Esse entendimento transfere a responsabilidade das barreiras estruturais e sociais para o indivíduo, naturalizando as dificuldades que PcDs enfrentam e desconsiderando a necessidade de adaptações no ambiente urbano e social para garantir a inclusão.

Siqueira, Dornellas e Assunção (2020) ressaltam o quanto é desafiador para as PcDs estarem no mundo apenas como pessoas ordinárias. O capacitismo leva à concepção de que a responsabilidade da deficiência é do próprio indivíduo, uma vez que define o corpo diferente como incapaz a partir da comparação com corpos concebidos como aptos.

Atravessar a rua também foi relatado pelos participantes como um grande desafio, visto que a maioria das faixas de pedestre não possui sinalização sonora.

E aí a gente fica com uma dificuldade de andar terrível e para atravessar a rua, então, hoje para atravessar a rua, mesmo aqui no bairro é um perigo danado, porque o que eu mais tenho medo é de moto. Às vezes o carro até para, você tá no local próprio para atravessar, aí o carro para, aí a moto não para [...] aqueles sinais que tem para você poder tocar, para você poder parar o trânsito, eu já fiz o teste num ali perto da daquela igreja lá, no bico da praça lá, não funciona. (Davi)

Às vezes eu estava atravessando assim, porque no horário que eu vou é pior ainda [...] é um movimento danado, os carros não param, e eu pegava e enfiava no meio estava nem aí, sabe. Porque se eu fosse esperar eles não paravam. (Mateus)

Lavras tem carro demais, o pessoal não respeita faixa. Aqui na esquina de cima, às vezes eu tô sozinha, eu tenho que esperar um tempão porque a faixa é lá na esquina, você dá um passinho para o lado você tá na faixa, o pessoal finge que não vê, os motoristas fingem que não vê, então assim, é muito complicado respeitar faixa. (Mirian)

Ponho a bengala na faixa, os carros não param, moto então, já várias vezes quase me pegaram. (Sara)

Como demonstram Siqueira, Dornellas e Assunção (2020), a sinalização sonora é um importante instrumento na mobilidade das PcDs pela cidade, de forma a proporcionar segurança durante a travessia. As narrativas demonstram duas questões sobre esse tema: de um lado, o

poder público falha ao não instalar sinalização sonora em todas as faixas de pedestres, tanto no centro quanto nos bairros, comprometendo a segurança das travessias. Por outro lado, os motoristas demonstram total desrespeito, pois, ao verem PcDs sinalizando a intenção de atravessar, não param nem por sinal de consideração ou respeito. Mais uma vez, as PcDs são forçadas a se arriscar para buscar exercer seu direito de viver na cidade.

O transporte público coletivo de Lavras foi alvo de diversas críticas, evidenciando uma série de desafios enfrentados pelas PcDs ao (tentarem) utilizar esse serviço.

Eu não uso ônibus, aliás, eu tenho medo de entrar no ônibus. Sabe por quê? Porque, olha só, eu entro, primeiro é o degrau, porque o ônibus aqui em Lavras o degrau é mais ou menos nessa altura {sinaliza que é alto} né. (Débora)

Os motoristas não são treinados para poder, é, atender uma pessoa, uma pessoa cega ou uma pessoa com outras deficiências. Eles não são preparados para isso. Eles não esperam você descer pra poder arrancar o ônibus. (Davi)
Todos têm elevador, em todos os ônibus, mas muitas vezes estragam, dá defeito no elevador, mas quanto a isso aí todos têm, não é empecilho não. (Marcos)

Teve um episódio uma vez que ele {o motorista do ônibus} virou com tudo ali, eu fui parar lá na escada. Aí pessoas que estavam dentro do ônibus que ajudou a minha mãe a me segurar, pra você ter uma ideia, porque o cinto dali você nunca, todos os ônibus, em um mês que eu andei, que eu entrava, o cinto não segurava, não tinha cinto ali para segurar a roda, então era a minha mãe com pé mesmo ou pedir a ajuda para alguém ajudar quando virava. É nossa, minha filha. Eu falo ou de carro ou eu prefiro ir a pé, porque de ônibus não dá para andar aqui em Lavras não. (Rute)

Eu passo dificuldade às vezes, quando eu estou sozinho no ponto, né, porque eu não sei o ônibus que está vindo aí eu vou ter que ir parando um por um para perguntar. (João)

Acho que poderia ter ali algo auditivo, um, vamos dizer como um, auto falante, algo ali que anuncie ponto de parada da Augusto Silva, ponto de parada da padaria, assim, alguma coisa informativa pra dizer onde eu estou [...] Eu acho que essa coisa informativa seria interessante, posso estar sonhando [...] Porque aí de repente eu estou no ponto de ônibus, aí o ônibus para [...] vou ao motorista, esse está indo para onde? Aí tá, aí vem o outro, para onde está indo esse aí? É muito ruim. (Rebeca)

Tem que pegar e dar uma aula, vamos fazer a reciclagem de motorista, [...] Quer coisa melhor que isso, é uma dica boa que eu estou dando. Todo mundo tinha que fazer reciclagem para tratamento de passageiros, aí o que que tem que fazer? Aí é fazer, fazer automaticamente também a reciclagem pra tratamento de pessoa deficiente, pra entrar no ônibus, pra descer. (José)

As narrativas apontam diversos problemas na estrutura dos ônibus, como degraus muito altos, elevadores frequentemente com defeito, cintos de segurança ineficazes para cadeiras de rodas e a falta de informações sobre os pontos de parada. Além disso, há dificuldade em identificar qual linha de ônibus está chegando. Outro problema crítico é o comportamento dos

motoristas, que não aguardam as pessoas se acomodarem antes de saírem com o veículo e nem esperam que elas terminem de descer, aumentando o risco de acidentes. Como sugestões de melhorias, os informantes propõem o treinamento dos motoristas, a reestruturação do transporte público com elevadores funcionando corretamente, cintos de segurança adequados e escadas mais baixas, garantindo maior segurança.

Ocorre que, se por um lado o uso das calçadas e ruas é perigoso e praticamente inviável para as PcDs, e se nem todas as PcDs tem acesso a veículo próprio ou transporte particular, o que poderia ser uma alternativa de acesso a diferentes partes da cidade é o transporte coletivo. No entanto, esses relatos demonstram que o transporte público é mais um objeto que torna o ato de mover-se pela cidade algo que causa medo, uma palavra que se repete nas narrativas de vários entrevistados.

Nesse contexto, o acesso a recursos financeiros que permitam a contratação de serviços privados se torna uma maneira de contornar as barreiras físicas das cidades que impedem a acessibilidade. Dessa forma, a responsabilidade pela acessibilidade é deslocada do poder público para o indivíduo, o que torna inviável a apropriação do espaço público pelas PcDs.

A partir da percepção da mobilidade urbana enquanto condição estratégica para a inclusão das PcDs, pois sem ela as desigualdades sociais são exacerbadas e a segregação social é perpetuada, Barbosa (2015) aponta a necessidade de um reconhecimento abrangente da questão, que inclua não apenas a identificação das dificuldades de mobilidade, mas também a reivindicação de estratégias de acessibilidade e a reurbanização das urbes. Esse reconhecimento não pode ser limitado às iniciativas isoladas ou a setores específicos da sociedade, mas deve envolver toda a comunidade e, crucialmente, as esferas governamentais.

Essa reflexão sublinha a interdependência entre acessibilidade, mobilidade urbana e direito à cidade. A acessibilidade é um pré-requisito para a mobilidade urbana inclusiva, que, por sua vez, é um dos elementos essenciais para a apropriação do espaço urbano pelas PcDs. Reconhecer e agir sobre essa interdependência é um passo crucial para a construção de cidades inclusivas e acessíveis.

Tal raciocínio alinha-se com o modelo social da deficiência, o qual, fundamentado no paradigma do estruturalismo radical, compreende a deficiência como uma questão de exclusão sociopolítica, econômica e estrutural. A deficiência é politizada, sendo vista como resultado das estruturas e modos de dominação capitalistas e não como um problema inerente ao corpo das PcDs. Ou seja, o foco são as estruturas externas de dominação e opressão capitalista (Goodley, 2011).

Os problemas de acessibilidade vão além da mobilidade urbana. Reiteradamente, os participantes expressaram sua insatisfação em relação à escassez de opções de lazer acessíveis na cidade. O acesso das PcDs à arte, cultura, lazer e esportes é fundamental para resgatar a ideia da cidade como obra. Quando o meio urbano é visto como obra, ele valoriza o uso e as tradições em vez do valor de troca, permitindo encontros que fortalecem o sentimento de pertencimento (Araújo, 2012; Lahorgue, 2002).

Lavras você não tem, uma PcD não tem onde ir, não tem um lugar que você vá, fala assim, eu vou me divertir aqui, aqui não tem, né. (Mateus)
A gente não tem nada na cidade, não tem um lugar para fazer uma caminhada, um lugar de fazer uma atividade física, não tem uma acessibilidade. (Mirian)
Aí eu ando muito com a minha irmã, dia de pagamento, mais é o pagamento, só pagamento [...] aí no meu pagamento, amanhã mesmo, amanhã é dia de fazer isso, nós almoça fora, nós não almoça aqui [...] meu divertimento mais é esse [...] a gente também somos ser humano, a gente também quer diversão. O único divertimento que eu tenho aqui é que uma vez por mês eu vou num restaurante almoçar com a minha irmã [...] meu divertimento mais é esse, e a igreja, e a SELT.² (José)

Quando os informantes falam que não têm onde ir, na verdade eles querem dizer que não existem opções acessíveis para as PcDs. A questão é que participar de eventos de lazer, cultura e esporte envolve mais do que a acessibilidade do próprio evento. Como já discutido anteriormente, as PcDs lidam com diversos obstáculos na mobilidade urbana, o que já atua como uma barreira para participar dessas ações. O caso de José retrata bem isso, visto que ele fala que seu “*divertimento*” se resume a ir uma vez ao mês receber a sua aposentadoria e almoçar fora com a sua irmã ou ir à igreja na “*perua*” que o pastor envia para buscá-lo e na educação física ofertada gratuitamente na SELT, utilizando, para isso, um veículo da Prefeitura. Ou seja, se não fosse o transporte concedido a ele, não seria possível ir à igreja, tampouco à educação física. Porém, quando superados esses obstáculos de mobilidade urbana, as PcDs ainda precisam se preocupar quanto à existência de acessibilidade no local.

Nossa, no dia que eu fui no casamento, aí teve a festa lá no bar, menina, banheiro era isso aqui {sinalizou que era bem pequeno}, aí, como que faz xixi, apertada, aí que que aconteceu, fiz tudo na calça. Ah não, aqui ó, aí é ruim viu. Aí eu falei, vamos embora, tchau pra vocês. Meu pai me buscou depois. (Ester)
Eu sinto muita falta de cultura, é, eventos assim, de lazer. É igual, eu deixo de ir em muita coisa, por exemplo, teve o show do Diogo Nogueira, que a prefeitura deu tipo de graça lá no ExpoLavras no aniversário da cidade, queria muito ir [...]. Só que aí a minha preocupação é, e a questão da

² SELT - Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo. O local também é um complexo esportivo público.

acessibilidade, porque eu não dou conta de ficar muito tempo em pé, aí eu, eu, eu quero, não sei se vai ter alguma cadeira para sentar. Aí o ruim é ligar no lugar, perguntar, você acha que vai ter algum, vai ter como disponibilizar uma cadeira e tudo mais? Até a festa mesmo, sabe, aí igual teve Arapuça [...] mas aí assim, pensando em uma questão de uma festa grande como, como a Arapuça aqui em Lavras, não tem como tipo assim, eu pensar em ir, sabe, a não ser que eu vá com a cadeira de rodas, né, que é uma possibilidade que eu, que eu mais vejo assim. Mas eu sempre fico muito preocupada agora com essa questão da acessibilidade, sabe. É, eu sinto muito a falta de evento, eventos culturais mesmo. (Priscila)

Quer dizer, entre outras coisas, era pra ser uma cidade melhor, era pra ser uma cidade mais desenvolvida humanamente e culturalmente, cultura é tudo, cultura é modo de viver. Não é só arte. Mas assim, eu acho que ela é muito provinciana ainda. Apesar de eu estar quase 10 anos fora dela, mas foi o que me levou também a buscar outro caminho, eu acho que tem pouco acesso à diversidade, pouco acesso ao mundo das artes, pouco acesso a introduzir mesmo coisas novas, né [...] Festas acessíveis, momentos em praças, música, cultura, seja o que for, sabe [...] falta uma vida social cultural, com ações afirmativas de cidadania, e no meio disso você vai incluindo esse empoderamento, da pessoa ser dona da cidade. (Daniel)

Eu gosto de teatro, inclusive eu tive agora, três sábados passado eu fui lá em, na UFLA mesmo, é um grupo pra deficiente mesmo, chama assim "contadoras de história", não sei se você já ouviu falar, de Juiz de Fora. Na verdade, eu não devia nem de chamar "contadores de história", devia se chamar as "contadoras de histórias". São doze professoras do ensino que dá aula no Estado e elas contam histórias para as pessoas deficientes, e você tem um, aquele sensor, é que eles botam na sua mão, e tem a narradora, né, a narradora vai narrando a história, né? Eu não vejo o palco, mas eu, eu sinto ela narrando e a pessoa falando, né? Parece que você tá vendo a pessoa. Eu também achei muito legal que eles levaram a gente antes pra passar a mão em todos, o palco, nos instrumentos que ia ser usado, tudo, eu achei aquilo lá fabuloso. (Davi)

Primeiramente, as narrativas revelam a ausência de estruturas acessíveis em ambientes de lazer e eventos culturais. Embora a cultura, a arte e o lazer sejam dimensões essenciais da vida urbana (Araújo, 2012; Lahogue, 2002), sem acessibilidade tornam-se privilégios de poucos. O relato de Davi sobre o teatro mostra que o acesso à cultura vai além de apenas estar presente, trata-se também de como a PcD interage com o evento cultural. Sua experiência no teatro ilustra isso bem, pois o sensor, a presença de uma narradora e a possibilidade de tocar todos os objetos relacionados à peça criaram uma experiência que ele descreveu como "fabulosa".

Ocorre que a sociedade moderna tem caminhado para a crescente mercantilização dos espaços de lazer, tornando-os produtos de consumo, sendo atividade paga, privada e individualizada, contrapondo a verdadeira completude e acessibilidade do lazer urbano (Campos, 2021).

Importante ressaltar que o setor privado, que integra o espaço urbano, ao organizar eventos culturais e de lazer, criar espaços comerciais ou promover eventos esportivos, deve levar em conta a diversidade da população que deseja participar desses locais. Ou seja, essas ações não devem ser realizadas considerando apenas o indivíduo “padrão”, embora as narrativas demonstrem que, na maioria das vezes, é justamente isso que acontece. Na prática, as empresas também não contribuem para a acessibilidade, já que essas atividades, quando promovidas por instituições privadas, costumam seguir uma lógica de mercado dominante e excludente.

Isso evidencia uma contradição central na sociedade contemporânea: enquanto esses elementos são fundamentais para a inclusão e para a construção de uma cidade mais humana e acessível, a crescente mercantilização dos espaços de lazer transforma essas atividades em produtos de consumo elitizados, restringindo seu acesso e fragmentando a experiência coletiva do lazer urbano, contrariando o ideal de uma cidade para todos. Santo e Retondar (2018) ressaltam que, em um contexto em que a mercantilização transforma cidades em produtos, ocupar o espaço público com arte e esporte comunitário é essencial para restaurar a cidade como um bem comum, reencantando o ambiente urbano e promovendo uma renovação que resgata a convivência e a inclusão social.

Daniel associa cultura ao modo de viver e destaca a importância de eventos acessíveis e ações afirmativas para promover cidadania e empoderamento, permitindo que as pessoas sintam que "*são donas da cidade*". E o direito à cidade vai exatamente nessa direção, no sentido de conferir pertencimento a uma comunidade de habitantes urbanos (Purcell, 2003).

4.2.1.3 Entre o medo e o desejo de pertencimento

Medo e desejo de pertencimento são emoções que se destacam nas narrativas dos informantes. O medo surge da insegurança em lidar com os obstáculos presentes no cotidiano urbano, enquanto o desejo de pertencimento demonstra que essas pessoas querem vivenciar esses mesmos espaços de forma plena e segura. A tensão entre a necessidade de evitar riscos e o desejo de participação urbana cria um dilema para aqueles que enfrentam desafios de acessibilidade.

A questão de você não poder caminhar, ir num lugar que você quer, que você precisa com uma certa segurança é muito frustrante. (Mirian)

Quando eu pego a minha bengala para andar na rua, eu vou ser franco pra você, viu, eu chego aqui em casa duplamente cansado, porque a tensão é muito grande. (Davi)

A gente precisa sair de casa. Mas aí precisa de algum lugar que é seguro, porque nós já temos a dificuldade [...] se a cidade tivesse essa estrutura a gente ficava mais seguro pra sair de casa. A gente ia viver uma vida mais, mais saudável, mais segura. A gente teria mais vontade de ir na cidade, pegar ônibus, tá, eu acho que tudo isso influencia muito na vida. (Davi)

O mundo não é pra gente, literalmente, o mundo não é pra gente. Não tem acessibilidade em basicamente em nenhum lugar, nenhum lugar. Sempre vai ter algum empecilho, sempre. (Ana)

O centro eu tenho pavor, de resolver coisa no banco, eu tenho pavor de ir em loja, eu não sei mais o que que é bater perna, o que é andar em loja, porque não tem acessibilidade, eu compro tudo pela internet. (Ana)

É horrível, sabe assim, é deprimente sair pela rua. (Rebeca)

Tanto que eu desenvolvi no ato de andar de cabeça baixa. Tem uma menina aqui na academia que ela sempre fala pra mim, melhora essa postura, melhora essa postura. (João)

É inaceitável você sair de casa cedo para cuidar dos seus afazeres e voltar para casa machucado. (João)

Não tem nem jeito de andar naquele centro, nunca mais, eu tenho uma saudade, dá uma saudade na gente. (Ester)

Eu fico triste assim de querer ir em algum lugar e não dá para mim ir. (Ester)

Porque muitas vezes a gente não sai por medo. (José)

Sentimentos como frustração, tensão, insegurança, medo, pavor, depressão, tristeza acabam levando à percepção de que as PcDs não pertencem a esse mundo. Paradoxalmente, o desejo de caminhar pelo centro da cidade e de sentir-se seguro sugere um anseio por conexão com a vida urbana, demonstrando que, apesar dos desafios, as pessoas aspiram a participar do ambiente urbano de maneira plena.

Consoante Bezmez (2013), uma das formas de impedimento da apropriação do espaço urbano está enraizado na sensação de não pertencimento que afeta grupos sociais marginalizados, limitando seu uso do espaço urbano. Esse sentimento de exclusão surge como consequência das barreiras encontradas, que reforçam a ideia de que esses grupos não fazem parte do espaço projetado para a maioria. Goodley (2014) destaca que, embora as PcDs possam fisicamente compartilhar os mesmos espaços que pessoas sem deficiência, isso não significa que elas se sintam integradas ou pertencentes a esses ambientes. A presença física não garante um sentimento de acolhimento ou inclusão. Assim, é comum que as PcDs não se sintam bem-vindas em espaços convencionais, pois esses ambientes geralmente não são adaptados ou preparados para suas necessidades.

Assim sendo, Barbosa (2015) destaca que os obstáculos vivenciados no cotidiano urbano podem levar a sentimentos de inferiorização, resultando em práticas de evasão e isolamento, intensificando a exclusão social. Barbosa (2015) argumenta que a promoção da liberdade, autonomia e convivência das PcDs depende da acessibilidade, sem a qual o sentimento de pertencimento e apropriação do espaço urbano não pode ser alcançado.

4.2.1.4 Uma cidade acessível é boa para todos

A natureza social da cidade revela uma relação dinâmica entre os indivíduos e o espaço urbano, em que as atividades cotidianas e os compromissos políticos, econômicos e intelectuais das pessoas moldam a cidade, enquanto, por sua vez, a cidade influencia os indivíduos que nela habitam (Harvey, 2003). Em outras palavras, ao mesmo tempo que a cidade é constantemente moldada pelas atividades das pessoas, o espaço urbano influencia como essas pessoas vivem e interagem. Nesse sentido, Cosenza e Resende (2006) defendem um pensamento inclusivo para direcionar a organização do espaço urbano, de modo que a cidade seja projetada e vivida como um espaço para todos, e não apenas como um conjunto sem significado coletivo real.

Eu não gosto é exatamente isso, ela não tem estrutura pra velhice, não tem estrutura para as pessoas deficientes, não tem mesmo, né, pra cadeirante, não tem estrutura. (Davi)

Lavras poderia estar melhor, mas é, eu tenho facilidade em andar assim e tal, mas eu acredito que uma pessoa idosa ou que tenha uma dificuldade de mobilidade um pouco mais avançada que eu não dá conta, não dá. Eu mesmo ando na rua assim, “Oi, tudo bem? Dá uma mãozinha aqui?” Porque eu sou assim, mas uma pessoa que não é ela não sai, ela não tem vida, ela prefere ficar em casa, porque é muito difícil. E você tira a liberdade da pessoa de ir e vir e tal. (Maria)

E não precisa ser deficiente visual não {para se acidentar nos obstáculos presentes no espaço urbano}, basta vir distraído. (João)

Tem muita coisa estragada, tem muita, se você subir essa rua aqui, estou falando meu recorte, se você subir ali, tem 3 montanhas na nossa rua de obras que foram feitas recentemente, depois que eu saí de Lavras, montanhas mesmo, vai lá você sobe assim, você dá um desequilíbrio, a calçada é estreita. Gente, é perigoso você cair, isso não é acessibilidade para ninguém, nem pra você. (Daniel)

Muitos dos problemas relatados representam riscos para qualquer pessoa, independentemente de ter uma deficiência ou não. Isso mostra que a cidade, projetada dessa forma, não é hostil apenas para PcDs, mas também exclui outros grupos sociais que não se enquadram nos padrões dominantes, como os idosos, que foram mencionados repetidamente pelos informantes. Inclusive, alguns informantes já são idosos, então lidam com essa dupla realidade. Mesmo indivíduos sem deficiência podem se acidentar, como destacou João, que apontou que, ao passarem distraídos por esses obstáculos, eles também correm risco de sofrer lesões. Além disso, é importante lembrar que todos podem enfrentar limitações temporárias ou permanentes ao longo da vida.

Assim sendo, quando uma cidade é projetada para ser inclusiva, ela não apenas atende às necessidades das PcDs, mas favorece a criação de um espaço urbano acolhedor, beneficiando

toda a sociedade (Pinheiro; Barbosa; Rocha, 2020). Rebernik *et al.* (2020, p. 1-2) faz uma importante observação: “As cidades não são capazes de compreender plenamente o que significa a inclusão da deficiência, quão complexa e importante é e como pode contribuir para a qualidade de vida de uma população mais vasta de cidadãos, não apenas daqueles com deficiência”. Como Pinedo (2022) destaca, ao se projetar ambientes acessíveis e seguros para PcDs e idosos, os quais devem ser concebidos por, com e para esse público, essas infraestruturas se tornam, por definição, seguras e acessíveis para todos os usuários desde a sua concepção.

Nesse sentido, Cosenza e Resende (2006) explicam que a implementação e o respeito aos diversos direitos das PcDs dependem da conscientização de toda a sociedade, incluindo indivíduos, gestores públicos e privados, ONGs, movimentos sociais, mídia e outros. A inclusão deve ser vista como benéfica não apenas para as PcDs, mas para todos que são impedidos de exercer plenamente sua cidadania por diversas razões. A cidadania das PcDs está intrinsecamente ligada à organização espacial da cidade, que deve ser planejada e gerida com uma perspectiva inclusiva. Para que essas mudanças ocorram e se concretizem, a participação ativa dos governos municipais é crucial. Sem essa colaboração e conscientização ampla, os esforços de inclusão permanecerão insuficientes, perpetuando a exclusão e impedindo o pleno exercício da cidadania pelas PcDs e outros grupos marginalizados.

Ao promoverem a acessibilidade, as cidades não apenas atendem às necessidades das PcDs, mas criam um ambiente mais seguro e inclusivo para todos, incluindo outros grupos sociais que também enfrentam desafios em um espaço urbano não planejado para a diversidade. Dessa forma, a cidade se torna verdadeiramente um espaço social de convivência, que favorece a apropriação e o uso do espaço urbano por todos os cidadãos, garantindo maior equidade e participação em suas dinâmicas cotidianas.

4.2.2 Relações interpessoais

A narrativa de vida de indivíduos com deficiência é intrinsecamente influenciada pelas interações sociais, nas quais o preconceito desempenha um papel significativo. Como elucidam Pineda e Corburn (2021), as PcDs estão frequentemente sujeitas à discriminação e estigma, levando à exclusão socioespacial. Conseqüentemente, essas pessoas são impossibilitadas de se apropriarem do espaço urbano. A estigmatização, expressa por olhares humilhantes, ações inconvenientes, indiferença ou até mesmo pela invisibilização das PcDs, cria barreiras adicionais ao uso pleno da cidade por essas pessoas (Yardimci; Bezmez, 2018).

As narrativas das PcDs reforçam os desafios enfrentados por elas ao relatarem uma série de obstáculos presentes nos seus relacionamentos, manifestos por diferentes formas de opressão, evidenciando como essas dinâmicas sociais se traduzem em barreiras concretas para sua apropriação do espaço urbano.

A partir do modelo social da deficiência, esta passa a ser compreendida como uma construção social que ocorre através da discriminação e opressão, ou seja, o foco está na sociedade e não no indivíduo (Oliver, 2009; Degener, 2017). A opressão, como demonstram Diniz, Barbosa e Santos (2009), não deriva do impedimento do indivíduo, mas de uma sociedade que não é projetada para incluir as PcDs. Como Diniz (2007, p. 10) ressalta, algo que permeia a vida das PcDs, independentemente do tipo de impedimento que ela possui, é a “experiência da opressão”.

Os relatos das PcDs revelam essa opressão, que se manifesta através de falas e comportamentos ofensivos, da invisibilização desse grupo, da perpetuação de estereótipos e da objetificação, que limitam suas oportunidades de uso do espaço urbano.

Eu já fui numa festa que nossa voltei da festa super frustrada, fiquei uma semana assim, nossa, arrasada, sabe? Teve um rapaz que chegou em mim na festa que eu fui e foi lá no Circuito, chegou em mim e falou assim: “Moça, vai dormir, vai para casa dormir”. Falou assim. Aí eu fui e fiquei parada assim, eu falei assim, como assim? Aí foi, foi minha amiga, a gente foi, voltou nele e perguntou: “Por que você falou isso?”. Aí ele falou: “Ué, porque eu vi você usando bengala, eu só falei brincando”. Eu falei assim: “Não, você não sabe por que que eu estou assim? Você não fala isso brincando não, porque não é toda pessoa que reage bem assim não, de vir conversar não”. Porque nossa, eu fiquei sem reação, sabe, porque passa um tanto de coisa na cabeça da gente, vontade de bater e tudo mais, mas só falei pra ele: “Só toma cuidado que não é todo mundo que reage assim”. É como se tipo assim, aquele espaço não fosse meu, sabe? Tipo assim, uma pessoa que usa bengala não pudesse transitar pra aquele lugar num, num, num fosse direito da gente, se a gente literalmente tivesse que ficar em casa só deitada, nossa, aí eu voltei dessa festa, depois nunca mais fui. (Priscila)

Eu esbarrei numa pessoa, a pessoa queria brigar comigo lá, aí eu fui falar pra ele assim: “Oh, eu tenho deficiência visual, eu não tenho a visão lateral, eu tô perdendo”, aí o cara falou: “Por que que você não fica quieto dentro de casa então?”. (Mateus)

A bengala ela me ajuda mais pra mostrar para os outros que eu não enxergo. Aí facilita, né? Porque se eu bater em alguém, vai saber “Ah, não enxerga né”. Porque quando eu não usava já aconteceu de esbarrar em alguém e a pessoa querer quase me bater, né. (Sara)

Momento de tristeza, já tive na escola, o professor falar: “Não está enxergando, quer que eu esfregue na sua cara?”. Uma coisa que aconteceu comigo na época que eu estava no ginásio. (Sara)

Você não consegue andar com uma bengala, porque as pessoas te empurram. Um dia pisaram na minha bengala ela entortou, virou um V. As pessoas

empurram, xingam. Isso acontece muito. As pessoas te dão peitada: “Uai moço, não tá vendo?”. (Daniel)

Todo lugar que a gente vai, assim, também para estacionar, tem gente que não é deficiente e estaciona no lugar de deficiente. Isso é bem complicado, bem complicado”. (Ester)

Aqui, eu já fiz o teste {de ficar parado numa esquina em Lavras aguardando ajuda para atravessar a rua}, se eu ficar parado numa esquina eu fico”. (Daniel)

Alguns aspectos se destacam nessas narrativas. Primeiramente, os relatos mostram o desconforto que a sociedade sente ao ver PcDs ocupando os mesmos espaços que pessoas sem deficiência, seja em uma festa, na rua, no bairro, na escola ou em outros locais. Outrossim, também evidenciam a invisibilização das PcDs, mostrando como a sociedade frequentemente ignora ou negligencia suas necessidades. Outro ponto que fica claro nas falas é o desrespeito aos direitos das PcDs pela própria sociedade, como o caso de pessoas sem deficiência que estacionam em vagas reservadas para as PcDs.

Mais uma vez, entra em discussão o impacto do capacitismo sobre a sociedade. Enquanto o modelo social da deficiência desafia as barreiras sociais, econômicas e culturais que impedem as PcDs de viverem com a mesma liberdade e oportunidades que as pessoas sem deficiência, destacando a necessidade de uma transformação inclusiva na sociedade, o capacitismo atua enquanto fenômeno estrutural e estruturante. Esse fenômeno perpetua a discriminação ao condicionar e moldar a percepção social de corpos com deficiência como ontológica e materialmente deficientes, influenciando relações e instituições de maneira profunda e prejudicial. Além disso, manifesta-se como preconceito e discriminação contra as PcDs, perpassando todas as esferas da sociedade, desvalorizando-as (Gresser; Block; Mello, 2019).

O exemplo citado por Siqueira, Dornellas e Assunção (2020) ilustra como o capacitismo está presente mesmo em situações cotidianas, como a interação entre vendedores que atendem PcDs no comércio. A interrupção do cliente antes de ele explicar suas necessidades e a negativa de atendimento com base em suposições sobre o que ele “deveria” querer ou precisar são expressões claras de capacitismo.

Outra manifestação da opressão ocorre pela definição de estereótipos das PcDs, ou seja, de que são inferiores e cujo padrão de beleza não condiz com o que a sociedade concebe como belo.

Essas pessoas faziam arte, mas não eram vistas como artistas {Ele fala sobre o período em que atuou numa Companhia de Dança de PcDs}. Ainda era o coitadinho, que bonitinho que está ali dançando. Isso me incomodava muito.

Porque existia um trabalho, eles ensaiavam, nós tínhamos horas de ensaios, sabe. Era a pessoa que a perna não funcionava ou a cabeça, o olho e o ouvido, não importava. A gente trabalhava, ensaiava, cansava como qualquer artista, né, de falar assim, eu não aguento mais hoje, vamos parar, chega, vamos ensaiar amanhã de novo que não está bom. E a maioria tinha senso crítico de falar por mais é falta de conhecimento artístico talvez de algum, mas ele percebia, “Ah, precisa ensaiar mais”, então assim, é ao mesmo tempo que isso foi um momento muito rico da minha vida, da gente se apresentar por vários lugares e tal, mas ainda tinha aquele olhar assim: “Ah, nós vamos assistir ali uma coisinha, né, uma dancinha dos meninos, das coisas”. A ponto de gente falar assim, “Daniel, por que que você anda com esse povo?”. Assim, eu vi muita ignorância. Primeiro quando fala esse povo está ofendendo. Segundo que não me inclui no povo, não é? Eu falo assim, gente, eu sou uma pessoa com deficiência. E eu ouvi muito assim, mas você é diferente, você é inteligente, é rico, bonito, é, não sei o quê. (Daniel)

Eu acho que o jeito que eu me imponho, tanto pela vestimenta, eu tento ter uma postura que as pessoas elas não entendem o que que eu tenho mas eu deixo elas curiosas [...] “Por que que uma menina que está vestida tão bem, né assim, bonita e tal, está andando assim? Por quê, o que é que ela tem?”. (Maria)

Aqui fica claro que PcDs são vistas como fora dos padrões de beleza. Quando uma PcD é considerada bonita, isso causa estranheza. Além disso, o que as PcDs fazem, muitas vezes não é valorizado da mesma forma que quando realizado por pessoas sem deficiência. Um exemplo mencionado por Daniel é o das PcDs que integravam uma Companhia de Dança: elas trabalhavam, ensaiavam e se apresentavam com excelência, como qualquer outra companhia, mas não eram reconhecidas pela sociedade como artistas.

Esse conjunto de narrativas demonstra que a sociedade se sustenta num padrão tão excludente que, mesmo havendo normas e mudanças estruturais, estas não são suficientes para que as pessoas possam exercer seu direito ao espaço urbano. As relações sociais engendram barreiras que não apenas impedem a acessibilidade, mas impedem que as pessoas vivam plenamente as possibilidades e riquezas do espaço urbano

Como aponta Goodley (2011, p. 1), ser rotulado como PcD leva a um “lugar marginalizado na sociedade, cultura, economia e política”. O capacitismo, conforme descrito por Siqueira, Dornellas e Assunção (2020), é uma forma de discriminação que permeia todos os níveis de uma comunidade, influenciando indivíduos, grupos e instituições. Ele se manifesta no cotidiano das PcDs por meio de barreiras físicas, sociais e institucionais, bem como atitudes e práticas que marginalizam e excluem.

Consoante Lefebvre (2011), o verdadeiro valor da cidade está nas interações sociais e nas dinâmicas que ocorrem entre seus habitantes. Ele explica que habitar uma cidade envolve viver como uma ação social que promove uma identidade urbana e possibilita a participação

política, refletindo a imagem de seus moradores. No entanto, quando PcDs são excluídas dessas interações devido ao capacitismo, a cidade perde seu potencial inclusivo e democrático. A opressão interpessoal, em suas múltiplas formas, impede as PcDs de vivenciarem plenamente essas dinâmicas, limitando sua participação e reforçando sua exclusão.

A Carta Mundial pelo Direito à Cidade (2005) e a Plataforma Global pelo Direito à Cidade (2014) reforçam a ideia de que a cidade deve ser um espaço livre de discriminação, no qual todas as pessoas, independentemente de suas capacidades, tenham o direito de participar da vida social. No entanto, para que isso seja efetivo, é fundamental reconhecer como as opressões interpessoais, alimentadas por práticas capacitistas, atuam como óbices à apropriação do espaço urbano por PcDs.

Outrossim, como asseveram Rodrigues e Silva (2017), a construção de uma sociedade genuinamente inclusiva exige atenção ao uso da linguagem. Isso demonstra a importância da terminologia utilizada, a qual tem um forte impacto na forma como a deficiência é compreendida, podendo tanto reforçar estigmas como promover uma visão inclusiva e respeitosa.

Porque ainda na nossa sociedade nós não somos considerados pessoas. Então, por isso, a força de usar pessoa sempre, nós ainda temos um capacitismo muito grande, então assim, sempre é o coitado, não sei o que, ai que pena. (Daniel)

O relato de Daniel destaca como a sociedade frequentemente ignora a condição humana das PcDs e, conseqüentemente, como acabam sendo objetificadas. Nesse sentido, ele ressalta a importância de se utilizar o termo “pessoa” sempre para se referir às PcDs. A adoção do termo “Pessoa com Deficiência”, influenciada pelo modelo social da deficiência, representa uma mudança significativa na maneira de se referir a esse grupo. Diferente de termos como “inválido” ou “defeituoso”, que enfatizavam a deficiência e reforçavam estigmas de incapacidade, o novo termo coloca a pessoa em primeiro plano, destacando sua humanidade antes de qualquer limitação física, sensorial ou intelectual. Essa mudança linguística não é apenas uma troca de palavras, mas um reflexo de uma transformação mais profunda nos valores sociais em busca da valorização do indivíduo (Rodrigues; Da Silva, 2017).

Para além da terminologia utilizada, a objetificação se manifesta de diversas maneiras, seja na forma como as pessoas tratam, observam ou comentam sobre as PcDs. Desde olhares de pena até perguntas invasivas e condescendentes, o capacitismo está presente em interações diárias que reduzem as PcDs às suas limitações, desconsiderando sua individualidade.

Então, assim, sempre como se a gente fosse algo menor e a gente percebe o olhar de piedade, de pena, de dó. Sabe mesmo com deficiência visual, a gente percebe, não é? A gente que tem uma percepção, você percebe que as pessoas, você chega elas dão uma encolhida, dão um comentário ou na maneira de tratar, não é, ou na maneira de não saber te tratar, que tem muito disso assim [...] Assim, é um despreparo da sociedade. É como se fosse uma coisa ali estranha fora do, do comum ou normal, que é uma palavra perigosa, mas às vezes a gente tem que usar. Então você percebe que ainda tem muito esse, essa falta de jeito de lidar, de ter um pesar, né. Então acho que isso. Mas, por exemplo, a gente tem muitos problemas estruturais, não é? O preconceito ainda existe. (Daniel)

Eu já escutei muito isso que elas falam que por exemplo, “ai no seu lugar eu ai ser tão depressiva”, “ai no seu lugar eu não ia conseguir viver assim”, “ai, no seu lugar”. É a comparação de que quando a gente tá ruim, a do outro está sempre pior. Mas toda vez que eu sento para conversar com alguém, eu escuto isso, inclusive fui na podóloga esses tempos e ela me disse exatamente isso, ela disse, “nossa, quando a gente acha que a gente está com muito problema, que a nossa vida é ruim, a gente vê a vida do outro”. Não é uma coisa muito motivacional, mas eu escuto bastante, as pessoas não têm muita noção. (Ana)

“Isso daí seu é o quê?”, “É de nascença ou você sofreu acidente?”, “Nossa, coitada!”, “Nossa, você pode ter filho?”, “Nossa menina, coitada de você, mas pode deixar que você vai andar” [...] São uns comentários que nossa, ai, ai. A gente tem que ligar a coisinha e tchau, não ficar com coisa na cabeça. Agora, se você levar para a cabeça, para o coração, daí fica muito mal. Eu no começo eu ficava muito mal, entrei em depressão. (Ester)

Está levando um tempo para processar tudo, sabe, também como a sociedade vê a gente. Às vezes eu estou na rua andando tipo assim, tranquila, vem gente do nada, já, tipo “moça, o que que aconteceu, o que aconteceu?” Desse jeito, teve uma moça dentro do ônibus, tipo o ônibus lotado, “o que que aconteceu com a sua perna?”, sabe, desse jeito. Parece que a sociedade faz questão de tipo assim, deixar claro que você é uma pessoa diferente, sabe? É muito nossa, então assim quando eu comecei a sair mais na rua e tudo mais, nossa, o povo faz questão, parece tipo nossa, não, você tem uma limitação, você é diferente da gente. Sempre tem alguém que para e pergunta. (Priscila)

As experiências compartilhadas ressaltam o olhar de piedade e a objetificação que essas pessoas enfrentam diariamente, o que não apenas diminui sua individualidade, mas também reforça a ideia de que são vistas como "diferentes" ou "menores". Essa dinâmica é uma manifestação do capacitismo, fundamentada num conjunto de crenças, processos e práticas que levam a um padrão corporal estabelecido enquanto perfeito e, portanto, totalmente humano, classificando a deficiência como um estado de diminuição da humanidade (Campbell, 2001). Ou seja, os corpos que se afastam desse ideal são frequentemente desumanizados.

A apresentação das PcDs como exemplos de superação, muitas vezes utilizada como forma de motivação para pessoas sem deficiência, reforça a ideia de que a deficiência é algo a ser superado individualmente, acentuando a diferença entre os corpos. A comparação é

prejudicial até mesmo entre as próprias PcDs, pois o que uma PcD consegue realizar pode gerar expectativas sobre outra que, por razões diferentes, pode não atender a essas expectativas (Siqueira; Dornellas; Assunção, 2020).

Ao reconhecer que a exclusão não está na deficiência em si, mas nas barreiras impostas pela sociedade, o modelo social desafia a visão tradicional da deficiência como tragédia pessoal (Barnes, 2012). Ele exige uma mudança de perspectiva, na qual as PcDs são vistas como indivíduos com capacidades diversas e cujas dificuldades derivam principalmente de um ambiente inadequado e preconceituoso.

4.2.3 Dependência e Interseccionalidade

Frente aos exemplos vívidos dos inúmeros obstáculos que os participantes enfrentam no cotidiano urbano, dois aspectos surgiram desse fenômeno: dependência e interseccionalidade. As narrativas levaram à percepção de que muitas PcDs acabam confinadas em suas casas, tendo em vista os diversos obstáculos à apropriação do espaço urbano. Comumente, as PcDs não se sentem parte da cidade.

Se a gente sai, vai passar vergonha. (Rubiana)

Não tem onde eu ir direito. Eu fico mais é em casa. (Ester)

Aqui em Lavras tem bastante gente que nem de casa sai [...] eu mesmo conheço alguns deficientes visuais que não saem de casa pra nada, entendeu, criou um laço de dependência, de, sei lá, depressão, que perdeu as forças. (Estevão)

Porque não é só eu não, tem outras pessoas que gostam de sair de casa. Quem gosta de ficar preso dentro de casa, ainda mais sendo cego. A gente gosta de conversar, de bater papo, de ouvir, de falar de política, de falar de outras coisas, então a gente gosta disso, jogar conversa fora, brincar com as pessoas [...] Perder a autonomia eu acho que é a pior coisa que pode existir para o ser humano. (Davi)

Esses achados coadunam com o estudo de Barbosa (2015), que argumenta que a falta de acessibilidade e mobilidade adequadas pode levar ao confinamento das PcDs em suas casas ou em instituições de assistência, limitando sua autonomia e independência. Esse isolamento, causado principalmente pela falta de infraestrutura urbana apropriada, segundo Barbosa (2015), não só restringe a liberdade de locomoção, mas também reduz significativamente as oportunidades de interação social e acesso a serviços essenciais, como educação, saúde, cultura e emprego.

Os resultados desta tese vão além, demonstrando que não apenas a acessibilidade física, mas também os relacionamentos interpessoais, aspectos relacionados à interseccionalidade e as possibilidades de participação levam as PcDs a ficarem confinadas em suas residências.

Outrossim, esses elementos acabam gerando a dependência das PcDs de outras pessoas para poderem sair de suas casas. Muitos admitem que, quando se aventuram a sair, precisam ter um acompanhante ao lado. Para eles, a simples ideia de ir sozinho se transforma em uma missão impossível, uma jornada repleta de barreiras que parecem intransponíveis sem a ajuda de alguém. Não é a realidade de todos os entrevistados, mas da maioria.

Já me atropelaram de bengala na faixa, é uai, uma mulher num carro me atropelou, eu fui sozinho lá no centro, aí perto da Casa Vitória, pra cima da Casa Vitória tem uma faixa, eu ia na Mineira Musical que eu muito gosto de tocar um violãozinho, eu ia comprar uma corda de violão lá, que a minha tinha arrebentado, eu na faixa, a mulher veio de ré, de ré, foi Deus que ajudou que eu sempre deixo o celular pro lado direito, ela ia bater o celular ia quebrar ia machucar a minha perna, ela só virou pra mim assim: “Machucou?”, eu falei “Não”, foi embora, não perguntou se queria ir num hospital. Então eu fico meio cismado de sair sozinho. (Mateus)

Mas andar sozinho, assim, eu quase não ando né, sozinho não [...] Então, você vê, eu pra sair na rua, eu tenho que esperar, ou eu vou com a minha filha ou eu vou com minha esposa [...]. Quando eu ando, eu ando sempre com ela do lado, sabe, mas eu preciso treinar para andar sozinho, pra pegar um ônibus, preciso começar a treinar isso. Mas elas ficam com medo e eu também fico com medo. Porque quando eu saio de casa eu já começo a ficar tenso. (Davi)

Eu não estou fazendo mais não {fisioterapia gratuita na Unilavras}, não tenho quem me leve, aí é difícil. (Ester)

Eu tenho um carro, né, aí o namorado da minha mãe que me leva e me busca do trabalho. E quando eu vou no centro também é a mesma coisa. Aí as minhas irmãs ou quem eu chamar para ir comigo, vai e aí ele deixa a gente lá, e depois ele busca. (Rute)

Ah, eu ando só com a minha irmã [...] no momento, por causa do medo, eu já sei, já sei praticamente andar com a bengala, o problema maior mais é o medo de sair na rua sozinho. Eu sempre saio com a minha irmã, a gente pega no braço da pessoa e vai. Mas eu gosto de andar, eu não gosto de ficar muito parado pra não ficar entrevado. (José)

Minha filha, por exemplo, trabalha, ela não pode estar 24 horas do meu lado. E ela também é uma jovem, ela tem a vida dela também. Minha esposa também tem coisas dela pra fazer, né. (Davi)

Porque a gente vê, é, uma pessoa cega para você carregar ela para ir para a rua, para ir no médico, ou coisa qualquer dá um trabalho danado, igual criança, né? Você tem que pegar na mão, eu tenho que pegar no braço da pessoa, eu tenho que ensinar a pessoa, como é que faz pra passar pelo poste? (Davi)

Eu vou ser franco pra você, viu, pela minha idade, eu perdi a visão muito tarde, eu simplesmente eu entrei em parafuso, sabe, cansei. (Davi)

Essas narrativas revelam uma realidade em que a dependência de PcDs é marcada por uma tensão entre as necessidades de quem precisa de cuidado e a capacidade dos cuidadores de prover esse suporte. A afirmação de que a filha “*tem a vida dela também*”, demonstra um sentimento de que, embora precise de assistência, reconhece que aqueles ao seu redor têm compromissos e não estão sempre disponíveis. Além disso, ao dizer que “*dá um trabalho danado*”, traz à tona o sentimento de que o auxílio é algo demasiadamente trabalhoso para o cuidador.

Os entes próximos às PcDs também ficam com medo e, muitas vezes, se tornam superprotetoras e controladoras do cotidiano dessas pessoas. No final, todas elas ficam presas num ciclo de dependência como forma de enfrentamento de uma sociedade extremamente excludente para PcDs. Ocorre que, na ausência de estruturas coletivas que garantam suporte às demandas imediatas das PcDs, a responsabilidade do cuidado recai exclusivamente sobre familiares e amigos, que, muitas vezes, se veem privados dos espaços públicos, porque não podem compartilhá-los com aqueles de quem cuidam.

Uma das críticas em relação ao modelo social da deficiência reside no fato dela focar na sociedade, sem tratar diretamente da lesão como parte da deficiência, apesar de esta ser necessária para sua manifestação (Oliver, 2013; França, 2013). Mas o próprio Oliver (1996) já havia discorrido sobre isso anteriormente, reconhecendo que a deficiência envolve restrições que o modelo social não resolve, porém defendendo que ele se concentra em eliminar barreiras sociais e não questões pessoais. Assim, não se trata de negar a deficiência, mas de distinguir o que requer cuidados médicos e o que necessita de políticas públicas.

Ou seja, nem tudo requer tratamento médico, sendo que em muitas situações a ação política pode ser mais adequada (Oliver, 1996). Desse modo, nesta tese, fundamentada no modelo social da deficiência e a partir dos resultados, há a compreensão da independência não no sentido de as PcDs realizarem tudo sozinhas, mas de terem o poder de escolha e controle sobre os ambientes que desejam frequentar, bem como sobre os serviços e assistências que recebem. Essa compreensão dialoga com o conceito de direito à cidade, que, segundo Lefebvre (2011), envolve o direito à liberdade.

Não obstante, apesar dos muitos desafios e obstáculos enfrentados diariamente, alguns participantes conseguem manter sua autonomia e independência.

Ela começou a afetar com uns 20 anos, mais ou menos, e foi perdendo aí com uns 34 anos, chegou a perder total, totalmente, hoje eu sou considerado deficiente, me enquadro como deficiente visual total. E no começo foi bem complicado, só que o fato, ao mesmo tempo, o fato de perder aos poucos eu

pude também ir me adaptando. Consegui fazer o curso de mobilidade, hoje eu consigo ter uma boa independência, consigo locomover nas ruas aí na cidade que eu já sou acostumado. Consigo praticar esporte e tenho me adaptado muito, muito bem à deficiência. Começo é complicado, mas hoje em dia já está bem tranquilo. (Estevão)

Pessoas até é de um nível mais alto, falando, “mas você fica andando sozinha na rua?”. Falei assim, olha, eu não tenho problema para andar na rua, eu tenho problema é com a rua e a gente não tem que andar com alguém só porque é deficiente a gente não tem que andar com alguém dependurado no braço da gente, né? Então assim, eu senti aquilo como uma ofensa. Porque é, se eu fui sozinha, é porque eu quero ir sozinha e se eu chego ali, em determinado local ou órgão, eu preciso de alguma coisa eu acho que eu apresento os documentos, eles devem me ajudar a resolver o que eu fui ali fazer, né? (Rebeca)

Eu preciso da minha cadeira de rodas que ela é motorizada pra eu me locomover pela cidade, aí de segunda a sexta eu tô na rua. De manhã até à tarde, eu saio todo dia pra trabalhar. (Marcos)

Eu consigo me virar muito bem com isso {a deficiência}. Nunca me impediu de fazer nada. (Tiago)

Eu não dirijo e quando os meus pais estão disponíveis, ou a minha irmã, eles me levam para os lugares sem problema nenhum, mas quando não, eu uso muito aplicativo de mobilidade [...] Eu uso carro de aplicativo e aí eles me deixam na porta e eu não tenho problema. Eu saio do carro, tenho dificuldade? Tenho, mas eu estou acostumada. (Maria)

Aqui se destacam alguns pontos importantes: primeiramente, o tipo de deficiência afeta a questão da independência. Certas deficiências são fisicamente mais limitantes e requerem mais recursos adaptados, como a tetraplegia, que é o caso de Ana e Rute. A forma como a deficiência se manifesta, seja congênita ou adquirida, e a idade em que é adquirida também influenciam nessa questão. Quando a deficiência é congênita ou surge em uma idade mais jovem, a pessoa tende a desenvolver outras habilidades com maior facilidade, o que contribui para uma maior independência em suas atividades. No entanto, em casos como os de Mateus, Davi e José, em que a deficiência se manifestou em idade mais avançada, observou-se maior dificuldade em lidar com a situação. Embora não seja uma regra, isso foi algo perceptível nas narrativas.

O aspecto econômico também desempenha um papel importante. Além dos inúmeros desafios enfrentados pelos informantes em relação ao espaço urbano, elas também se deparam com questões socioeconômicas. Embora haja uma variedade de tecnologias assistivas e produtos de adaptação disponíveis para auxiliar as PcDs em suas atividades diárias, o alto custo desses itens limita significativamente o acesso da maioria das pessoas a essas soluções. Infelizmente, essa realidade cria uma barreira adicional para a liberdade e a inclusão desses indivíduos na sociedade.

O problema do cão guia é que é muito caro, assim, você pode até conseguir o cão de graça, sabe, mas sabe quanto que é o adestramento dele? [...] as coisas para os deficientes são muito caro, são muito caro, assim, são poucas pessoas no Brasil que tem condição de ter acesso a essas coisas porque é muito caro. Pra você ver, uma bengala horrorosa aí, ruim, você vai comprar é R\$ 150, R\$ 200 reais. E tem muitas pessoas que não tem condição de comprar uma bengala, aí você quer comprar uma bengalinha melhor, de fibra de carbono, é R\$ 700, R\$ 800 reais, se tem gente que não tem condição de comprar uma de R\$ 200 que apertada, aí você imagina uma de, né. Então, é, por exemplo eu entrei numa campanha de um óculos, eles falam OrCam MyEye, é tipo um chip que implanta aqui em você, no deficiente visual, aí tem esse óculos e eu entrei num logo que lançaram, num fórum, quando foi esses tempos pra trás me mandaram um e-mail, eu falei “Uai eu interesse, então vamos ver, quanto que é”, “R\$ 17.800 reais”, eu falei “Minha filha eu não tenho esse dinheiro para pagar esse óculos à vista”, “Não, a gente parcela ele pra você”, “Como que você parcela?”, “Parcelo em 42x”, eu falei, “Pra quanto que vai isso?”, “R\$ 35 mil e tanto”, “Minha filha, tchau pra você, precisa nem me ligar mais”. (Mateus)

Agora, quem, quem tem condições financeiras anda de carro, tem motorista, nem de ônibus não anda, não anda a pé, não anda de ônibus, só frequenta lugares bons por ter um poder aquisitivo são muito mais bem atendidos que os outros, né? Então, não vê os problemas. (Paulo)

[...] minha prioridade é assim, prioridade é tentar me locomover com o automóvel, eu quero tirar a carteira, aí eu vi que tem tipo, uma, um triciclo elétrico que, tem um que é conjugado com uma cadeira de rodas, e ela tem tipo, um negocinho da moto de virar, e tem um que parece literalmente uma motinha que eu vi até um rapaz aqui em cima. Aí eu fui, perguntei pra ele e tudo mais, ele falou que mais ou menos uma faixa de 9 mil essa motinha que, que assim, que é caro, mas que mudou muito a forma dele deslocar, se, se locomover pela cidade. (Priscila)

Mas se fosse uma cadeira assim motorizada, mas é muito caro, preço de um carro, parece. (Ester)

O meu pai me deu um carro, adaptei ele, ficou tudo mais fácil [...] depois eu comprei uma cadeira elétrica. Aí pronto, aí foi a liberdade completa. Ando na rua normal, a cadeira sobe morro, ela é muito forte. (Samuel)

Graças a Deus eu tive condição de comprar minha cadeira, mas uma pessoa pobre não tem condições de comprar. Se ela ganhar, como é que ela vai manter? Fazer manutenção, os trem, porque precisa também. Comprar pneus novos, porque gasta. Porque tem deficiente aí que não sai da cama, não toma sol porque não tem uma cadeira. Isso tem demais. (Samuel)

O custo de vida para a gente é muito alto também. Mas assim, não é tanto é em relação à estrutura física, né, da cidade, mas, acho que é isso. A minha cadeira de rodas custou mais caro que o fiat uno que a gente vendeu há uns anos atrás, minha cadeira custou quase R\$10 mil. É um absurdo, é um absurdo. Mas em compensação também ela é muito leve, muito leve, que é uma benção. Eu tenho plano de saúde do meu pai [...] eles ajudaram assim, no começo eles deram 3 meses de insumo para a gente e um tempo atrás eles fizeram isso de novo. E aí com isso a gente comprou uma cadeira de banho, muito boa por sinal, que eu deixo na casa do {nome do namorado}, porque aqui eu tenho a minha né, que eu já usava. (Ana)

A disparidade socioeconômica dentro da própria comunidade PcD é evidente, refletindo-se em diferentes níveis de acesso a serviços essenciais e oportunidades de

participação na vida cotidiana. Enquanto alguns têm maior liberdade de desfrutar de uma variedade de atividades e recursos, outros enfrentam restrições significativas em suas vidas diárias devido à falta de recursos financeiros.

Ou seja, o gozo do direito das PcDs à cidade está profundamente entrelaçado com fatores econômicos, exacerbando a correlação entre deficiência e pobreza. Estudos demonstram que PcDs estão frequentemente em desvantagem econômica significativa, devido às barreiras estruturais e sociais que limitam seu acesso a oportunidades de emprego, educação e serviços essenciais (Banks; Kuper; Polack, 2017; Elwan, 1999; Goodley *et al.*, 2019; Lustig; Strauser, 2007; Pinilla-Roncancio, 2018; Yeo, 2011). A falta de acessibilidade e a exclusão social nas cidades contribuem para a marginalização econômica das PcDs, impedindo seu pleno exercício do direito à cidade. Nesse sentido, Parnell e Pieterse (2010) ressaltam que a redução da pobreza é crucial para garantir o direito à cidade, principalmente para PcDs que enfrentam altos custos dos recursos materiais e não materiais necessários para garantir mínimas condições de vida.

Harvey (2012) argumenta que o desenvolvimento urbano está diretamente relacionado à absorção e redistribuição do capital excedente, controlado por uma elite urbana que prioriza seus próprios interesses. Essa dinâmica mercadológica da cidade significa que os recursos e benefícios urbanos são distribuídos de forma desigual, concentrando-se nas mãos de poucos enquanto muitos, incluindo as PcDs, são marginalizados e excluídos.

As PcDs, frequentemente em desvantagem econômica, enfrentam barreiras adicionais no acesso a serviços urbanos essenciais, exacerbando sua pobreza e exclusão social. A falta de acessibilidade e inclusão na infraestrutura urbana impede que as PcDs participem plenamente da vida econômica e social da cidade, restringindo seu direito à cidade. Indo na contramão dessa realidade, o direito à cidade visa a promoção de comunidades que “correspondam às necessidades sociais humanas e não ao imperativo capitalista de geração de lucro” (Brenner; Marcuse; Mayer, 2009, p. 176).

Assim sendo, no caso das PcDs, o tipo de deficiência, a origem, a idade e o poder econômico afetam diretamente na apropriação do espaço urbano, demonstrando como o ele é produzido e reproduzido de forma desigual, até mesmo dentro da comunidade de PcDs. Esses elementos trazem à tona a discussão sobre interseccionalidade. Como destaca Grech (2012), a deficiência é influenciada por uma miríade de fatores, cujo significado é profundamente entrelaçado com os contextos híbridos nos quais ela se manifesta, exigindo uma compreensão das valorações específicas de cada ambiente social, político, econômico, cultural e ontológico. Consoante Gesser, Block e Nuernberg (2019), as interseções entre deficiência, gênero, raça e classe social existem e ignorá-las acaba agravando a marginalização e intensificando a

opressão. Aspectos de gênero e raça não foram analisados, tendo em vista que não ficaram evidentes nas entrevistas.

Portanto, a apropriação do espaço urbano, no contexto das PcDs, deve ser compreendida como o direito de utilizar, moldar e ressignificar o espaço urbano de acordo com suas necessidades e desejos, de maneira plena e equitativa. Segundo Pereira (2017, p. 238), a apropriação se refere à possibilidade de “fazer da cidade seu próprio lugar”, um processo que ultrapassa a simples ocupação física, envolvendo a capacidade dos cidadãos de definirem os usos e a configuração dos espaços. No caso das PcDs, isso significaria não apenas acessar, mas interagir com o espaço urbano de forma autônoma, segura e digna, refletindo sua identidade e necessidades.

No entanto, a realidade se afasta drasticamente desse ideal. As barreiras físicas, a objetificação e opressão cotidiana das PcDs nas interações interpessoais, e a interseccionalidade, uma vez que as PcDs enfrentam opressões múltiplas, agravam sua exclusão.

Portanto, a apropriação do espaço urbano pelas PcDs só seria plena quando o ambiente fosse transformado em um lugar inclusivo, acessível e ressignificado por elas, em que pudessem não apenas ocupar, mas interagir e moldar ativamente os espaços de acordo com suas necessidades. A realidade atual, marcada por exclusão e opressão, distancia-se desse ideal ao negar às PcDs a possibilidade de influenciar o desenho e a função dos espaços que habitam, perpetuando, assim, uma cidade que não reflete a diversidade de seus cidadãos e suas experiências.

4.3 Participação

A partir da segunda metade do século XX, as PcDs começaram a ganhar visibilidade e a participarem mais ativamente na reivindicação de seus direitos, especialmente com o fortalecimento do modelo social da deficiência. Esse modelo foi essencial para impulsionar movimentos de PcDs no Brasil e no mundo, que, por meio do lema “Nada sobre nós, sem nós”, exigem a participação efetiva nas decisões políticas que afetam suas vidas. Tais mobilizações foram fundamentais na criação de leis e políticas públicas inclusivas, enfatizando a importância da participação ativa das PcDs na sociedade (Gesser; Block; Nuernberg, 2019).

No entanto, o caminho das PcDs é marcado por uma combinação de avanços e retrocessos, conquistas e obstáculos. Embora existam várias normas e políticas voltadas para essa comunidade, muitas vezes questiona-se até que ponto elas realmente refletem seus

interesses (Abramova, Antonova; Gurari, 2020; Agopyan, 2019; Holler; Ohayon, 2022). E, mesmo quando essas políticas são do interesse das PcDs, sua implementação enfrenta inúmeros desafios, dificultando o cumprimento efetivo das medidas que poderiam promover a inclusão (Ivanovich; Gesser, 2020).

A perspectiva de participação defendida por Lefebvre (2011) entende que todos os cidadãos devem ter a oportunidade de influenciar decisões políticas, econômicas e institucionais que afetam a configuração do espaço urbano. A cidade, nesse sentido, é vista como uma obra em constante produção e reprodução por seus habitantes. Esta visão implica que os cidadãos, especificamente nesta tese as PcDs, não são meros consumidores do espaço urbano, mas cocriadores ativos que moldam e definem seu ambiente de vida.

As narrativas revelam diferentes processos que envolvem e impedem a participação das PcDs no espaço urbano de Lavras. Primeiramente, elas demonstram que todos os informantes já estiveram envolvidos ou ainda estão participando ativamente de alguma forma, seja por meio de organizações formais ou de reivindicações individuais. Esses diferentes canais de participação mostram que, apesar das barreiras, as PcDs buscam se inserir no debate público, mesmo que enfrentem desafios estruturais que dificultam uma atuação plena e efetiva. Três subcategorias emergiram, as quais serão discutidas a seguir: espaços formais de participação; reivindicações individuais e vivência.

4.3.1 Espaços Formais de Participação

Sobre a participação por meio de organizações formais, as narrativas apontaram duas instituições que se destacam pelo papel significativo na vida dos informantes e que vêm se fortalecendo ao longo dos anos: o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das PcDs (COMDEF) e o Centro de Apoio às Necessidades Auditivas e Visuais (CENAV). Embora o roteiro de entrevista não tenha incluído perguntas específicas sobre essas instituições, elas surgiram espontaneamente durante as conversas, ressaltando a importância em suas vidas.

O COMDEF é um órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, sendo um espaço permanente com composição paritária entre governo e sociedade civil. Visa a garantir o controle social e promover a participação popular no desenvolvimento e avaliação de políticas públicas voltadas às PcDs no município. O Conselho oferece um importante espaço de representatividade e cidadania para as PcDs, possibilitando que indivíduos que vivenciam a deficiência possam expressar suas demandas e participar ativamente no processo de tomada de decisões (Ivanovich; Gesser, 2020). O COMDEF de Lavras foi criado em maio de 2008, por

meio da Lei Municipal nº 3.378 (Lavras, 2008). Daniel participou da sua criação e explica como ocorreu:

O pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Social, que lida com os conselhos, um dia um profissional me procurou [...] ele falou o seguinte: “Olha, vocês tem direito a um conselho, é só você querer e montar o conselho. A gente tem obrigação de dar a estrutura pra vocês se vocês montarem o conselho”. Então nós montamos o conselho. Eu fui presidente por 2 mandatos [...] é o COMDEF. Então eu sou um dos cofundadores do COMDEF também. Eu fiquei ali, acho que [...] até 2012, aí eu já não estou me lembrando. E o conselho é paritário, é deliberativo. (Daniel)

A iniciativa da criação do COMDEF se deu a partir da mobilização da própria comunidade de PcDs. Embora o conselho tenha o potencial de influenciar diretamente as políticas locais voltadas à acessibilidade e à inclusão, sua efetividade depende da estrutura fornecida, da participação contínua das PcDs e do apoio institucional. Alguns dos informantes já atuaram no COMDEF, tanto como membros quanto na presidência, e compartilharam suas experiências.

A gente teve alguns avanços no período que eu acompanhava direto. Agora eu acompanho muito à distância, porque a gente manteve até os relacionamentos. É, às vezes eu já tive alguma reunião depois que eu tô fora, aquela vontade ainda de trabalhar, né, e a vontade deles que eu trabalhe, mas a gente vê que não é viável, né. Eu não tô, não funciona, você não estando no dia a dia, você não consegue, muito difícil. (Daniel)

Eu participei do COMDEF já, fui inclusive convidado, quase obrigado a assumir a presidência, falei “Ahn, Ahn, rainha da Inglaterra aqui não, eu estou aqui mais para conhecer o que é o COMDEF”, tanto é que eu saí. Porque senta lá durante 1 hora, lê umas cartas, manda outras e tal. Aí no outro, sei lá quando uma vez por mês, parece, reúne lá a mesma coisa. Tudo que a gente precisa, 99% depende do poder público. A maioria dos participantes lá são indicados pelo poder público. A reunião é no local do poder público, ou pago por eles, aí fica naquela dependência total, sabe? E as pessoas não querem melindrar o poder público [...]. Como que você vai reclamar de quem não pode ser reclamado. Eu falei “Não, vou ficar fazendo papel de idiota aqui não”, peguei meu papel e fui embora. (Paulo)

O COMDEF precisava ter mais estrutura, não só ele mas todos os conselhos, né. Porque as pessoas que participam do COMDEF, seja as do governo ou da sociedade civil, todos têm um outro trabalho, outra dificuldade, eles precisariam de mais estrutura. A reunião pode ser mensal, isso aí não é o problema, ainda mais hoje com a internet, não é. Mas eles precisariam de ter mais estrutura até do poder público de equipe, pessoas pra trabalhar pra eles. Eles definem o projeto e tem gente para tocar o projeto com eles. Não dá para a pessoa que está no conselho pegar na marra, então eu acho assim que o COMDEF tinha que ter mais amplitude, mais publicidade, ser conhecido. E a prefeitura por gente pra trabalhar pra eles. (Daniel)

O primeiro aspecto a ser ressaltado é o tempo e a dedicação que a participação em espaços formais de discussão demanda. Desde o deslocamento até o local das reuniões, que muitas vezes envolve barreiras físicas e logísticas no transporte e acesso aos espaços públicos, até a efetiva participação nas discussões, há uma demanda significativa de esforços. Esse processo não envolve apenas a presença no encontro, mas a preparação e organização prévias, o que torna o envolvimento contínuo uma tarefa desafiadora, apesar da importância desse engajamento.

Paulo destaca a relação de dependência que se forma entre as PcDs e o poder público, o que gera uma sensação de desconforto e limita a autonomia na tomada de decisões. Ele observa que muitos dos problemas enfrentados pela cidade estão diretamente ligados às falhas do próprio poder público. Essa dependência acaba dificultando a capacidade de pressionar por ações efetivas, pois, ao depender do mesmo órgão responsável pelos problemas, a cobrança se torna mais complexa e as PcDs se veem em uma posição vulnerável, sem meios suficientes para exigir mudanças de forma independente. Outrossim, a questão da falta de estrutura mencionada por Daniel é um fator limitante da atuação do Conselho.

A crítica ao conselho coaduna com o estudo de Carneiro (2002), o qual aponta um paradoxo de sua existência: embora seja formalmente reconhecido como espaço de participação democrática, sua efetividade é limitada por sua dependência do poder executivo. Esse cenário cria uma tensão entre o potencial de participação e a realidade de uma infraestrutura precária e falta de recursos, o que mina sua autonomia e capacidade de controle social. A dinâmica de dependência limita o papel dos conselhos como agentes de mudança, uma vez que seu sucesso está condicionado ao grau de reconhecimento e apoio que recebem do governo.

Mirian relata uma ação coletiva, da qual o COMDEF fez parte, envolvendo uma blitz urbana com foco na acessibilidade para PcDs em Lavras.

Eu fiz parte de uma Comissão que tem um dos nossos promotores, ele tava envolvido com a parte urbana, acessibilidade urbana, em relação às pessoas com deficiência, então acessibilidade. Aí nós montamos uma comissão, a gente fez um levantamento, a gente fez uma blitz uma vez, saímos várias pessoas com deficiência, pessoal que fazia parte do conselho da pessoa com deficiência, acionamos outras pessoas, pessoas com cadeira de rodas e a gente circulou daqui da Praça dos Trabalhadores até a Praça da Estação lá embaixo, e a gente foi fotografando, anotando, e tinha um funcionário da prefeitura na época, que depois ninguém descobriu essa pessoa, ele se apresentou lá na comissão pro promotor como funcionário do setor de obras, aí ele ficou com as nossas fotos e ele desapareceu, com as fotos, com o relatório, com tudo. A gente anotou tudo, tinha muita gente envolvida, a gente fez uma blitz bem movimentada, então a gente foi vendo onde que tinha um poste no meio da calçada, onde que tinha uma rampa que a pessoa que usa

cadeira de rodas se ela fosse por ali ela ia dar de cara com o muro, porque a rampa tinha uma curva que não dava para virar com a cadeira, a gente foi olhando tudo, onde que tinha lixeira que tinha risco de bater com a cabeça, lugares onde que as pessoas colocavam coisas na calçada. (Mirian)

Apesar do trabalho detalhado de inspeção e documentação dos problemas de acessibilidade, o desaparecimento do funcionário com o material coletado reflete a falta de compromisso do poder público na implementação de mudanças concretas. Isso reforça a percepção de que, mesmo quando há envolvimento das PcDs e esforço coletivo, o sistema público muitas vezes não responde de forma eficaz. Essas tensões expõem que, se de um lado o COMDEF é um espaço formal de participação democrática, por outro, a sua eficácia depende de um apoio institucional que, muitas vezes, não é suficiente.

Outro espaço de participação que se destacou nas narrativas foi o CENAV, que é uma escola municipal que tem como objetivo a prestação de serviço de apoio especializado, na área da Educação Especial, criando alternativas, através da prática pedagógica, para alunos com necessidades auditivas e visuais. Tem por objetivo também, participar efetivamente no processo de educação inclusiva: direito à diversidade, integração social e profissional, visando a formação da cidadania e a qualidade de vida (CENAV, 2011).

Segundo Mirian, que é professora da instituição, o CENAV atende pessoas com deficiência auditiva e visual de qualquer idade, desde bebês. Ela ainda citou o exemplo de um aluno que começou a frequentar a escola aos 8 meses. Todos os estudantes do CENAV têm direito ao transporte fornecido pela própria instituição. O Centro dispõe de ensino de Libras e Braille, orientação e mobilidade, apoio pedagógico, artesanato, informática acessível e atividade física. Em relação à atividade física, no caso das crianças, é na própria sede da escola e, para os adultos, o CENAV tem um veículo, cedido pela prefeitura, com 9 lugares, que os leva para praticar atividade física na SELT, uma vez por semana.

Todos os informantes com deficiência visual narraram experiências positivas com o CENAV, o qual foi muito elogiado:

O que eu mais gosto aqui em Lavras é o CENAV e essa educação física na SELT. (Mateus)

Então eu falo que minha vida é antes do CENAV e depois do CENAV. E agradeço, sou muito grata por tudo assim, que, eles oferecem, né. (Rebeca)

O CENAV eu gosto muito, é uma coisa que eu gosto [...]. Eu fiquei muito tempo com o CENAV lá, aprendendo a mexer no computador, teclado, programa, essas coisas né. (Davi)

O CENAV vai além de ser apenas um ambiente de educação: ao oferecer, além do ensino, acesso ao transporte, atividades físicas, lazer e oportunidades de socialização, ele contribui significativamente para a inclusão social. Esse espaço permite que pessoas com deficiência visual superem as barreiras que limitam seu acesso à cidade, tornando-se um ponto de transformação em suas vidas. O CENAV cria um “antes e depois” na forma como esses indivíduos interagem tanto com o espaço urbano quanto com a sociedade.

Além disso, o CENAV também funciona como uma porta de entrada para o COMDEF. Todos os informantes que manifestaram atuar ou já ter atuado no COMDEF também possuem alguma ligação com o CENAV, seja como professores ou como alunos, evidenciando a estreita conexão entre essas instituições. Por outro lado, nenhum informante com deficiência física demonstrou envolvimento com o COMDEF.

O CENAV também desempenha um papel importante na divulgação de eventos relacionados às PcDs. No II Fórum de Debates sobre o Dia Internacional das PcDs em Lavras³, por exemplo, o qual ocorreu no dia 2 de dezembro de 2023, promovido pela Prefeitura Municipal de Lavras através do COMDEF, a maioria dos informantes com deficiência visual esteve presente, enquanto nenhum informante com deficiência física compareceu.

Quando os informantes foram questionados sobre a participação na criação, implementação e/ou fiscalização de políticas urbanas voltadas para PcDs, a maior parte das pessoas com deficiência física afirmou desconhecer espaços formais de participação, eventos ou ações voltadas para PcDs em Lavras. Em contraste, a maioria dos informantes com deficiência visual demonstrou estar mais consciente sobre esses espaços e iniciativas. Uma possível explicação é que a rede estabelecida pelo CENAV facilita o acesso de seus participantes às informações sobre eventos, ações e organizações voltadas para PcDs em Lavras.

É importante destacar que uma demanda recorrente das pessoas com deficiência física é a criação de um espaço comum onde possam se conhecer, trocar experiências e discutir questões relacionadas às suas vivências, para então levá-las ao debate público. Esse é, justamente, um dos papéis que o CENAV desempenha na vida de seus participantes.

Isso indica que, embora o CENAV não seja diretamente um espaço de participação, ele desempenha um papel importante ao informar e capacitar as pessoas, incentivando seu

³ O evento aconteceu durante a redação desta tese e eu participei como uma das palestrantes. Maiores detalhes estão da seção 4.4 – Desdobramentos da Pesquisa.

engajamento em processos participativos. Assim, o CENAV contribui tanto para a apropriação do espaço urbano quanto para o estímulo à participação ativa das PcDs.

Além disso, a Constituição Federal determina alguns mecanismos de participação direta dos cidadãos em geral no poder público, dentre os quais o direito de votar e ser votado (Saule Júnior, 2021). No entanto, apenas um dos informantes se envolveu na política, atuando como vereador por quatro anos.

Fui vereador aqui de 1988 a 1992. E foi quando promulgamos aqui, foi a mudança da Constituição, aquele negócio todo, né, e a Lei Orgânica Municipal, participei dela também, lá fizemos um capítulo facilitando a vida para deficientes. Só que aí você sabe como é que é, né. Aos poucos foi adaptando, mas pouca coisa. (Samuel)

O relato de Samuel destaca sua contribuição ao colaborar na criação de um capítulo específico para PcDs na Lei Orgânica do Município. Embora essa iniciativa represente um avanço positivo, sua eficácia esbarra nas dificuldades de implementação, conforme demonstrado. Outro aspecto evidenciado, é que dados do Tribunal Superior Eleitoral (2022) demonstram a baixa representatividade desse grupo no poder político. Esses dados estão em consonância com o estudo de Schur *et al.* (2017), os quais afirmam que cidadãos com deficiência têm menos probabilidade do que os não deficientes de votar e participar de outras atividades políticas formais.

4.3.2 Reivindicações Individuais

A participação das PcDs na produção do espaço urbano não se limita a espaços formais, mas, muitas vezes, emerge de pequenas reivindicações individuais. Essas demandas, embora possam parecer isoladas à primeira vista, grande parte das vezes tem impacto na comunidade de forma ampla. Isso porque, aquilo que incomoda um indivíduo, frequentemente ressoa com as experiências de outros, revelando uma rede de questões que afetam a vida urbana. Isso sugere que as PcDs, ao expressarem suas preocupações e necessidades, não apenas reivindicam melhorias para si mesmas, mas também contribuem para a construção de um ambiente urbano mais inclusivo e acessível.

E também não deixo passar em branco, se for lixeira, roseira, buganvília saindo fora das grades, vão machucar, eu paro, toco a campainha da casa e chamo, peço para cortar, amanhã eu vou passar aqui de novo, se tiver aqui, eu vou chamar a polícia, não deixo passar barato não, mas as pessoas

entendem, e podam, tiram, removem os obstáculos que possam machucar, porque eu chamo a polícia mesmo. (Paulo)

Eu venci um processo contra a prefeitura que eu caí num bueiro sem tampa no ano da minha formatura, eu machuquei para caramba. Eu machuquei muito. Ralei tudo, tudo, aí eu tirei foto, chamei polícia, o bombeiro chegou tudo, o próprio oficial do bombeiro foi minha testemunha e eu ganhei o processo. (João)

Os bancos têm elevador, antigamente estragava muito, eu até tive de levar na justiça para cobrar meus direitos do Banco do Brasil, eu sou cliente lá. (Marcos)

Essas narrativas demonstram como em vez de o poder público e a sociedade garantirem condições acessíveis e seguras, o ônus da fiscalização das barreiras acaba recaindo sobre as próprias PcDs. Elas são forçadas a adotarem uma postura combativa e, muitas vezes, até recorrerem à justiça para garantir seus direitos básicos.

Um aspecto que tem levantado discussão em Lavras é sobre a disputa entre o Ministério Público e a empresa de transporte público de Lavras no que diz respeito à gratuidade para PcDs. Ocorre que, atualmente, a gratuidade é regida pela Lei nº 2.726 de 2001, artigo 23, a qual determina esse direito para as pessoas idosas acima de 65 anos e para a pessoa com deficiência física com comprovada carência financeira.

Art. 23 - Fica assegurada a gratuidade do transporte coletivo urbano de Lavras aos **maiores de 65 (sessenta e cinco) anos**.

§1º - O benefício mencionado no presente artigo estende-se ao **portador de deficiência física** com comprovada **carência financeira** e desde que cadastrado no órgão competente do Município.

§2º - A comprovação de carência financeira do beneficiário se fará mediante atestado de que é pobre no sentido legal, expedido por autoridade competente (Lavras, 2001).

O referido dispositivo legal determina a gratuidade para as pessoas com deficiência física, no entanto, a empresa de transporte interpreta que as demais deficiências (intelectual, auditiva e visual) não possuem esse direito.

[...] Agora eu consegui o Passe Livre, depois de muita briga com a empresa, porque a empresa daqui, não culpo eles, porque a lei brasileira é muito branda, ela deixa brechas e essas brechas, você sabe que empresário aproveita. Que que aconteceu, a gente tentava pegar o Passe Livre e todo deficiente tem direito, aí a empresa alegava que na Lei Orgânica da cidade, lei de 20 anos, olha pra você ver, lei de 20 anos atrás, até hoje esses vereadores não se preocuparam de mudar essa lei [...] aí como você chegava na empresa, que que a empresa alegava, falava assim, você não tem doença física, o surdo, você não tem doença física, então não dava [...] tanto é que o dia que eu, olha pra você ver, eu tenho todo laudo médico, tenho tudo, exames comprovando que eu sou deficiente visual e eu levava isso para a empresa e

a empresa não aceitou, mandou eu ir num cardiologista. A minha filha disse que a hora que eu cheguei lá o cara nem no meu exame olhou, né, aí ele pois lá, no laudo “as necessidades acionadas acima ele não se enquadra em nenhuma”... eu falei assim [...] eu vou ser duro pra ver se ele acrescenta alguma coisa aí, porque, aí eu peguei e falei pra ele assim “oh, esse negócio é o seguinte, porque deixa eu explicar para o senhor, tá certo, a empresa alega essas deficiências que é física, que o visual e o auditivo não encaixa, mas a lei municipal não sobressai à federal, nem à estadual, eu tenho direito a andar de graça no ônibus federal, eu tenho direito a andar de graça no estadual, e por que que aqui fica esse negócio? [...] aí ele pegou e pois embaixo, mas, devido, aí eu citei a lei pra ele, falei a lei é tal e tal...aí ele pois assim: “devido a lei tal, tal, ele está apto a ter gratuidade”. Aí eles pegaram e me deram. Foi assim, mas eu tive que falar grosso. (Mateus)

Olha que nós já passamos por muita gente, já, teve um vereador, umas duas gestões atrás, tem um vereador, eu perdi uma manhã inteira lá com ele, aliás com dois: “ah, que que a gente pode fazer, vamos ajudar a gente a escrever... e não sei o quê”. Fiquei lá uma manhã inteira, pergunta se alguma coisa aconteceu, parece que faz as pessoas de idiota né. (Mirian)

No caso de Mateus, seu direito à gratuidade no transporte público foi adquirido, em suas palavras: “*após muita briga*”. As demais pessoas com deficiência visual, auditiva e intelectual ainda não possuem o direito garantido, alcançando-o, talvez, mediante “*muita briga*”. Ainda assim, esse direito não se estenderia à comunidade como um todo. O relato de Mirian demonstra que o poder público, embora conheça a situação, tem se mantido silente.

As narrativas revelam que, seja por meio de instituições formais, seja através de manifestações individuais, os participantes demonstram uma postura inconformada em relação aos problemas urbanos. Diante disso, muitas vezes – não é sempre, por fatores que serão explorados nos obstáculos à participação – buscam a garantia dos seus direitos basilares, sejam eles individuais ou coletivos. Essas ações podem ser concebidas como o anseio em participar da produção do espaço urbano.

Essa participação, na maioria das vezes, não é no sentido pleno proposto por Lefebvre de “[...] participar centralmente em qualquer decisão que contribua para a produção do espaço urbano” (PURCELL, 2003, p. 578). Como explica Purcell (2003), o direito à cidade se fundamenta na apropriação e na participação, direitos que estão interligados e se baseiam na ideia de que a cidade é uma obra coletiva dos seus habitantes. Esses direitos são adquiridos através do cumprimento de responsabilidades específicas: contribuir para a construção da cidade através das atividades cotidianas. Aqueles que participam ativamente na criação da cidade têm direito à apropriação e participação, isso implica pertencimento a uma comunidade política de habitantes urbanos.

Na realidade, as narrativas demonstram que frequentemente a participação é manifesta por ações pontuais, visando à resolução de questões específicas do cotidiano urbano. Uma

possível resposta é de que a segregação desse público é tamanha que participar do processo de tomada de decisão do espaço urbano ainda é uma realidade distante. Se por um lado é preciso participar para promover a apropriação, por outro, os obstáculos à apropriação atuam enquanto óbices à participação. Afinal, como participar se essas pessoas estão “lutando” diariamente para conseguirem apenas viver no espaço urbano.

A participação aqui seria mais no sentido apresentado por Purcell (2014) de um despertar dos indivíduos para sua condição de habitantes, reconhecendo-se como agentes ativos na gestão do urbano. Esse reconhecimento é crucial, pois leva à compreensão de que a participação vai além de simples consultas públicas ou conselhos de cidadãos. Em vez disso, é uma luta contínua para que os habitantes se apropriem da cidade, moldando as condições de sua existência e reafirmando seu poder coletivo.

4.3.3 Vivência

O direito à cidade está diretamente relacionado à experiência cotidiana de habitar a cidade (Purcell, 2014; Harvey, 2008; Harvey, 2003; Fernandes, 2007; Mitchell; Heynen, 2009). Nesse sentido, a vivência da deficiência desempenha um papel importante na participação das pessoas na vida urbana.

Eu posso falar isso com convicção, por experiência pessoal, experiência de todas as pessoas ao meu redor, é que se a gente não tem uma deficiência ou se a gente não convive com uma pessoa com deficiência, a gente não repara em nada sobre acessibilidade, em nada. Então, a partir do momento que eu me tornei uma pessoa com deficiência, eu comecei a ver mínimos obstáculos que assim, que tem uma proporção muito grande, muito grande, que me impede de ir e vir pra tudo. (Ana)

Já os passeios antes do acidente também eu desviava de lixo, de buraco tranquilamente. Assim, achava um absurdo, mas, o que que a gente vai fazer, né. Hoje em dia, um buraquinho nos passeios, lixo no meio do passeio já vira mais um desafio para mim [...] Antes do acidente, eu sempre fiquei é chocada com pessoas que param nas vagas especiais e não precisa. Mas assim, eu ficava assim, nossa o povo não tem respeito e tal, aquele negócio de parar e ir rapidinho ali na farmácia e voltar. Tá né, antes do acidente, ok, ok, né, tipo. Agora, hoje eu defendo assim com as minhas unhas, porque é muito, é muita falta de respeito e acontece demais. Acontece muito. E é tipo assim, vou rapidinho. Tá, mas esse rapidinho eu posso chegar lá. Estou precisando descer e você consegue buscar uma vaga mais longe e ir a pé. A minha mobilidade ela é reduzida e eu canso demais, a minha perna dói, é melhor para nós, é PcDs e tal, é cadeirantes, que tenham acessibilidade a essas vagas em tempo integral. Sem nenhuma intercorrência. (Maria)

Ele, toda vez que eu ia pro serviço, que eu trabalhava lá no centro, ele ia lá naquele negocinho {elevador}, tinha vez que aquele negócio não queria subir

de jeito nenhum. Ai, nossa e a gente tinha que ficar esperando. Ah, é ruim, né.
(Ester)

Os problemas que existem no espaço urbano e que representam obstáculos para PcDs, geralmente não são percebidos como incômodos por pessoas sem deficiência. Para essas pessoas, as dificuldades costumam passar despercebidas ou são minimizadas com um pensamento do tipo “fazer o quê?”. No entanto, a experiência de viver com uma deficiência altera essa perspectiva, não apenas para as PcDs, mas também para aqueles que convivem com elas e compartilham suas dificuldades.

Antes de se tornar uma PcD, a experiência de enfrentar um elevador de ônibus travado gerava um desconforto na informante, que na época não tinha uma deficiência, assim como nos demais passageiros, demonstra que, mais uma vez, a responsabilidade pelo problema é atribuída à própria PcD. Isso revela como a vivência influencia a percepção sobre a exclusão na cidade. A questão central é que a participação nas demandas das PcDs só se torna significativa quando há uma experiência direta com esses desafios. Pessoas sem deficiência geralmente não se envolvem com essas causas porque elas não afetam diretamente suas vidas.

Portanto, é possível afirmar que a experiência da deficiência e a consequente vivência da desigualdade e opressão resultantes da maneira como a sociedade concebe a deficiência (Diniz, 2007; Diniz; Barbosa; Santos, 2009) têm um impacto direto na participação social. Ou seja, a vivência da deficiência não apenas transforma a percepção sobre o espaço urbano, mas também desperta uma consciência crítica sobre a exclusão sofrida pela comunidade. Isso ressalta que a participação efetiva nas demandas por uma cidade inclusiva geralmente surge da experiência direta com esses desafios.

Visto isso, a participação das PcDs no espaço urbano não pode ser considerada uma ação simples ou linear. Ela envolve uma série de fatores que vão além do desejo de participar e que impactam diretamente as possibilidades de engajamento efetivo, os quais serão discutidos a seguir.

4.3.4 Obstáculos à participação

Neste tópico, são discutidos os obstáculos que dificultam a participação dos informantes na vida pública e as consequências resultantes dessa exclusão. Dois aspectos principais emergiram das narrativas: falta de envolvimento das PcDs em temas que lhes dizem respeito e, conseqüentemente, as ações realizadas que seriam para a inclusão acabam potencializando

problemas existentes; falta de priorização dos interesses das PcDs pelo poder público e, conseqüentemente, a descrença na efetividade da participação.

Eu acho que quando fosse fazer essas coisas teria que chamar as PcD, cadeirante, visual, tudo quanto é tipo de deficiência, porque a pessoa fala: “Oh, você faz assim, assim, assado, assim vai ficar melhor”. Porque chamam um engenheiro lá, chamam um arquiteto, ele vai fazer do jeito dele. E pra você fazer alguma coisa que vai ajudar as PcDs você tem que chamar um deficiente, ele tem que fazer parte, porque não adianta [...] Então assim, leis existem, mas quando vai fazer as coisas eles não chamam as PcD pra participar. (Mateus)

Eu sou cego, mas vamos falar de cadeira de rodas, é comum você ver rampa pra acesso a uma calçada que a calçada tem 80 cm ou menos que não cabe nem a cadeira de rodas. É comum ver uma rampa feita pelo poder público com acesso de uma cadeira de rodas a um patamar superior com um poste em frente, eu já vi esse absurdo, parece piada, mas não é não. Com inclinação que a cadeira de rodas não consegue subir, porque não observa nenhum parâmetro, simplesmente quer botar no jornal. (Paulo)

Em vez de consultar as PcDs, decisões sobre acessibilidade e inclusão são tomadas por profissionais que não possuem a vivência da deficiência. Isso resulta em adaptações que, ao contrário de facilitar a mobilidade e inclusão, acabam criando obstáculos. Essa falta de participação ativa das PcDs no planejamento urbano perpetua o ciclo de exclusão.

Pineda e Corburn (2021) explicam que a inclusão das PcDs no processo de tomada de decisão garante que as necessidades das pessoas com diversas deficiências sejam adequadamente atendidas e que os seus direitos e dignidade sejam respeitados. Essa questão é refletida no estudo de Klein e Grigoletti (2021), eles observaram que no local investigado (Parque João Goulart), houve a execução inadequada de acessibilidade, em que em alguns casos as rampas, os pisos táteis e travessias para pedestres não garantem realmente a acessibilidade. Esses elementos, se mal distribuídos, mal posicionados ou incoerentes, podem continuar a dificultar o acesso e a mobilidade das PcDs.

Siqueira, Dornellas e Assunção (2020) destacam que uma manifestação do capacitismo ocorre quando instituições que atuam em áreas relacionadas às PcDs agem para elas, mas não com elas. Muitas dessas instituições carecem de PcDs em suas diretorias ou corpos técnicos e, mesmo quando as têm, não as envolvem efetivamente na tomada de decisões. A participação das PcDs é frequentemente simbólica, com suas opiniões sendo desconsideradas na prática. Isso reflete uma atitude de superioridade por parte das pessoas sem deficiência, que se consideram mais aptas para tomar decisões que impactam diretamente a vida das PcDs, ignorando o conhecimento e a vivência únicos destas. Esse comportamento perpetua a exclusão e subestima

a capacidade das PcDs de contribuírem significativamente para as decisões que moldam suas vidas e comunidades.

Dentre os aspectos mencionados por Gesser, Block e Nuernberg (2019), que obstruem e deslegitimam a participação das PcDs, o capacitismo é o que ficou mais evidente, em que pessoas sem deficiência comumente tomam decisões em nome das PcDs, ignorando suas experiências e vivências. Esse preconceito enraizado que permeia todas as esferas da sociedade acaba influenciando negativamente na forma como as políticas são desenvolvidas.

Tem lei para tudo, mas não tem fiscalização e quando fiscaliza não tem autuação e muito menos punição. Então não é falta de leis, é falta assumir a legislação vigente e cumprir. (Paulo)

Então, tem até muita gente que participa, mas as pessoas ficam desanimada é de ver que estuda, organiza, projeta e chega num lugar e para. Então assim, a gente não tem tido pessoas que realmente se envolva. (Mirian)

Acho assim, ao participar, eu teria um pouco de repulsa no sentido de que eu vou participar é para resolver ou é para ficar tudo igual? Então, se é para, para ter um efeito, para se efetivamente resolver, ótimo, mas se não é, eu não vou perder, né, o tempo de ficar, né, trabalhando junto com as pessoas, pessoas, a gente é cada um dando sua ideia e cada um, sendo sua participação boa, mas assim, ah, tá bom, botamos isso no papel e mandamos, né, e no papel, no computador aí, e não dá em nada. (Rebeca)

Eu acho que o principal é a questão de você ver credibilidade do poder público, você ver credibilidade nas autoridades que estão envolvidas. Porque ninguém gosta de ser enganado. Você não quer ir lá participar de uma reunião, participar de uma organização, participar de simpósio, tudo, e a hora que vira as costas, aí todo mundo aplaude, todo mundo tira foto e aí o político vai lá, faz média e fala, fala, fala, na hora que vira as costas fica tudo do mesmo jeito [...] não é só para falar bonito, mas na hora que sair de lá, colocar em prática, fazer, é algo efetivo, algo que seja palpável, não ficar só nas palavras. (João)

A falta de priorização dos interesses das PcDs pelo poder público se manifesta na ausência de fiscalização e execução das leis que garantem seus direitos. Isso desmotiva as PcDs a se envolverem, levando-as a questionarem se a participação realmente resulta em mudanças concretas ou se é apenas um exercício vazio, no qual ideias são discutidas e registradas, mas nunca implementadas.

Esse achado coaduna com o estudo de Ivanovich e Gesser (2020), o qual evidencia a resistência do poder executivo em garantir a participação das PcDs em assuntos que lhes dizem respeito e sua tendência a se esquivar da responsabilidade de implementar a lei. As autoras destacam que as ações para promover a acessibilidade raramente são iniciadas pelo poder executivo e geralmente surgem das articulações e esforços das próprias PcDs na cidade. As autoras apontam ainda como instituições sociais, incluindo o Ministério Público,

frequentemente falham em assegurar os direitos das PcDs, reforçando o imperativo da normalidade e deslegitimando suas reivindicações. Essa omissão institucional resulta em uma culpabilização das PcDs, em que a responsabilidade por dificuldades de locomoção e adaptação ao espaço urbano é atribuída ao indivíduo e não às inadequações do ambiente (Ivanovich; Gesser, 2020).

Para que a participação das PcDs seja efetiva, é crucial que haja legitimidade social, que se baseia em uma dimensão afetiva de pertencimento e na convicção de igualdade de direitos dentro da comunidade (Sawaia, 1997 *apud* Ivanovich; Gesser, 2020). Isso implica que a inclusão verdadeira das PcDs nos diversos espaços sociais só pode ocorrer com a ruptura dos padrões corporais opressores que são impostos não apenas às PcDs, mas a muitos grupos sociais. Gresser, Block e Mello (2019) reforçam que essa ruptura é necessária para reconhecer e valorizar a diversidade de formas de ser humano. Portanto, promover a participação legítima das PcDs exige um compromisso com a descolonização dos corpos e a construção de uma sociedade que reconheça e celebre a diversidade humana, permitindo que todos os membros da comunidade se sintam pertencentes e empoderados para exercer seus direitos plenamente.

As narrativas demonstram a negligência do Estado, que, mesmo dispondo das ferramentas, não se empenha em ações proativas para assegurar o apoio necessário às PcDs. Essa omissão institucional não apenas compromete a implementação das leis relacionadas à inclusão das PcDs, mas também reforça a sensação de impunidade e desrespeito às normas, criando um ambiente onde as leis parecem existir apenas no papel, sem impacto prático na vida cotidiana das PcDs.

Fabula e Timar (2018) destacam que, para Lefebvre, o direito à participação é tão crucial quanto o direito de apropriação, devendo prevalecer não apenas no processo democrático de tomada de decisões, mas em todos os aspectos que envolvem a produção do espaço urbano. Com base nos resultados obtidos, envolver as PcDs nas decisões que impactam suas vidas e garantir o cumprimento das normas e políticas voltadas para elas são passos essenciais para transformá-las em cocriadoras do ambiente urbano, em vez de meras espectadoras das mudanças que ocorrem na cidade.

4.4 Síntese dos resultados

Nesta seção, são apresentados os resultados sintetizados no Quadro 4.1.

Quadro 4.1 – Síntese dos resultados.

Categories	Subcategorias	Tópicos	Explicação
APROPRIAÇÃO	Acessibilidade	O que é acessibilidade	Diretor da vida de uma pessoa com deficiência. A acessibilidade orienta e determina as possibilidades de interação e vivência no espaço urbano.
		Territorialidade	Os problemas de acessibilidade não são restritos à Lavras. Não é uma questão pontual e localizada, mas uma questão global.
		Desenvolvimento urbano	Embora existam melhorias com o crescimento da cidade, essas mudanças não atendem às necessidades das pessoas com deficiência, perpetuando sua marginalização no espaço urbano. Na prática, as pessoas com deficiência precisam se adaptar a uma cidade repleta de obstáculos, sendo que a cidade é que deveria ser planejada considerando a diversidade corporal.
		Cumprimento das normas de acessibilidade	Acessibilidade vai além de simplesmente cumprir o mínimo exigido pela legislação ou seguir as normas de forma inadequada apenas para parecer acessível.
		Obstáculos no cotidiano urbano	Calçadas: <ul style="list-style-type: none"> • Irregularidades: degraus, buracos, protuberâncias e quebras; • Largura: calçadas estreitas, impossibilitando a passagem; • Tipo de revestimento inadequado; • Existência de obstáculos como: postes, placas, lixeiras, toldos, sacos de lixo, vasos de planta, manequins,

		<p>mostruários, orelhões, árvores, cadeiras, mesas e bueiros sem tampa;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nenhum trabalho de melhoria ou manutenção. <p>Faixa de pedestre: Inexistência de sinalização sonora nas faixas de pedestre e, quando há, o dispositivo não funciona.</p> <p>Transporte público:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Altura do degrau em relação ao nível do passeio; • Falta de manutenção dos elevadores de forma que, constantemente, apresentam falhas; • Cinto de segurança da cadeira de rodas ineficaz; • Falta de informação sobre os pontos de parada e sobre qual a linha de ônibus está chegando; • Falta de educação dos motoristas. <p>Lazer, cultura e esporte: Ausência de estruturas acessíveis em ambientes de lazer e eventos culturais e de esporte.</p>
	Sentimentos	<p>O medo surge da insegurança em lidar com os obstáculos presentes no cotidiano urbano, enquanto o desejo de pertencimento demonstra que as pessoas com deficiência querem vivenciar esses mesmos espaços de forma plena e segura.</p>

		Uma cidade acessível é boa para todos	Ao promover a acessibilidade, as cidades não apenas atendem às necessidades das pessoas com deficiência, mas criam um ambiente mais seguro e inclusivo para todos.
	Relações Interpessoais	Opressão	Ações da sociedade que oprimem as pessoas com deficiência: <ul style="list-style-type: none"> • Invisibilização • Desprezo às pessoas com deficiência • Desrespeito aos direitos das pessoas com deficiência • Definição de estereótipos de inferiorização das pessoas com deficiência • Objetificação
	Dependência e Interseccionalidade	Dependência	Dependência das pessoas com deficiência de outras pessoas para usufruírem do espaço da cidade, o que acarreta uma tensão entre as necessidades de quem precisa de cuidado/auxílio e a capacidade dos cuidadores (geralmente familiares) de prover esse suporte.
		Interseccionalidade	Dependência é influenciada por fatores como: <ul style="list-style-type: none"> • Tipo de deficiência • A forma como a deficiência se manifesta, seja congênita ou adquirida, e a idade em que é adquirida • Aspecto econômico
PARTICIPAÇÃO	Espaços formais de participação	COMDEF	Órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, sendo um espaço permanente com composição paritária entre governo e sociedade civil. Tem o potencial de influenciar diretamente as políticas locais voltadas à acessibilidade e à inclusão.

			<p>Limitações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tempo e a dedicação que a participação em espaços formais de discussão demanda (trata-se de um trabalho voluntário) • Desconhecimento da sua existência ou de formas de participação • Dependência do poder público para o funcionamento desses espaços
		CENAV	<p>CENAV: escola municipal que tem como objetivo a prestação de serviço de apoio especializado, na área da Educação Especial, criando alternativas, através da prática pedagógica, para alunos com necessidades auditivas e visuais.</p> <p>Vai além de ser apenas um ambiente de educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ao oferecer, além do ensino, acesso ao transporte, atividades físicas, lazer e oportunidades de socialização, ele contribui significativamente para a inclusão social; • Desempenha um papel importante na divulgação de eventos relacionados às pessoas com deficiência; • Atua como porta de entrada para o COMDEF; • Contribui tanto para a apropriação do espaço urbano quanto para o estímulo à

		participação ativa das pessoas com deficiência. Limitações: Apesar do seu potencial, o CENAV atende apenas pessoas com deficiência visual e auditiva e, mesmo para essas deficiências, a capacidade de atendimento é restrita, ou seja, não consegue abranger todo o público com deficiência visual e auditiva da cidade.
Reivindicações Individuais	Ônus da fiscalização das barreiras acaba recaindo sobre as próprias pessoas com deficiência. Elas são forçadas a adotarem uma postura combativa e muitas vezes até recorrer à justiça para garantirem seus direitos básicos.	
Vivência	A participação nas demandas das pessoas com deficiência só se torna significativa quando há uma experiência direta com esses desafios. Pessoas sem deficiência geralmente não se envolvem com essas causas porque elas não afetam diretamente suas vidas. A vivência da deficiência não apenas transforma a percepção sobre o espaço urbano, mas também desperta uma consciência crítica sobre a exclusão sofrida pela comunidade.	
Obstáculos à participação	1- Falta de envolvimento das pessoas com deficiência em temas que lhes dizem respeito e, conseqüentemente, as ações realizadas que seriam para a inclusão acabam potencializando problemas existentes. 2- Falta de priorização dos interesses das pessoas com deficiência pelo poder público e, conseqüentemente, a descrença na efetividade da participação.	

Fonte: Informações da Pesquisa (2024).

4.5 Sugestões para usufruir do direito à cidade

Durante as entrevistas, várias sugestões de melhorias para a cidade emergiram, a fim de resgatar o sentimento de pertencimento à cidade, fortalecendo o valor de uso em detrimento do valor de troca e resgatando o conceito de habitar.

A primeira e unânime proposta entre os participantes é a necessidade de tornar a cidade acessível para as PcDs. Isso abrange uma variedade de aspectos, incluindo a reforma e manutenção das calçadas para remover todos os tipos de obstáculos, adequando-as aos padrões

de acessibilidade estabelecidos na ABNT NBR 9050. As narrativas também destacaram a importância da implementação de sinalização sonora para auxiliar na travessia segura nas faixas. Além disso, é crucial que os espaços de lazer, convívio e entretenimento sejam acessíveis. Cafeterias, bares, restaurantes, lojas, igrejas e supermercados foram citados como locais frequentados por PcDs, porém, muitas vezes enfrentam dificuldades de acesso devido à falta de estrutura adequada.

A cidade organiza diversos eventos, como shows e festas, no entanto não atende aos requisitos de acessibilidade. Portanto, é crucial garantir a aplicação das normas de acessibilidade nesses eventos, possibilitando a participação de PcDs. Daniel expressou uma perspectiva muito pertinente: *“Ah, mas vocês estão querendo demais. Não! Apenas está criando condição da gente chegar no mesmo evento que a pessoa que não tem uma limitação de mobilidade chega”*. (Daniel)

Outra sugestão dos participantes é a exibição de filmes no cinema com audiodescrição, oferecendo a oportunidade para pessoas com deficiência visual assistirem aos filmes. A importância da fiscalização das normas de acessibilidade também foi mencionada diversas vezes pelos participantes. A existência de leis não é eficaz se não houver fiscalização para garantir seu cumprimento.

Houve um tempo em que a SELT abrigava um jardim sensorial muito elogiado pelos participantes. No entanto, ele foi desativado. Portanto, uma sugestão é refazer esse jardim sensorial como uma opção de lazer para PcDs. Além disso, os participantes reclamaram da subutilização da SELT. Trata-se de uma grande estrutura que poderia ser mais bem aproveitada pela população em geral e pelas PcDs. Assim, outra proposta é oferecer mais atividades físicas na SELT para PcDs, com transporte fornecido pela prefeitura para facilitar o deslocamento.

Incentivar a prática esportiva foi frequentemente mencionado pelos participantes, promovendo atividades coletivas como dança para PcDs, basquete em cadeira de rodas, futebol para cegos, trilhas em dupla na tandem e o festival paralímpico. Igualmente, incentivar o esporte individual, como ciclismo na handbike, corrida para pessoas com deficiência visual e ginástica, por exemplo. Além disso, a introdução da bolsa municipal paralímpica seria um estímulo significativo para a participação de PcDs no esporte. O esporte ajuda na integração social, promove uma mente mais saudável, melhora a qualidade de vida e contribui para a aceitação pessoal.

Quanto ao transporte público, são necessárias mudanças drásticas, tanto na estrutura (como degraus altos, cintos de segurança para cadeiras de rodas que não prendem adequadamente, elevadores quebrados, entre outros aspectos que dificultam ou até

impossibilitam o uso por PcDs) quanto no treinamento dos motoristas. Ademais, a implementação de tecnologias que auxiliem pessoas com deficiência visual a saber sobre os pontos de parada e qual ônibus está chegando.

Mais uma sugestão é a implementação de serviços de transporte por aplicativo que sejam acessíveis para pessoas que utilizam cadeira de rodas. Além disso, é importante promover a conscientização dos motoristas sobre como abordar PcDs. Por exemplo, simplesmente estacionar o carro longe de uma pessoa com deficiência visual e gritar que chegou não é eficaz, já que a pessoa pode não conseguir localizar apenas pelo som dos gritos.

O acesso a atendimento psicológico gratuito é igualmente relevante, ajudando na aceitação pessoal e no aprendizado de lidar com as limitações impostas pela deficiência. Outrossim, é importante criar grupos de PcDs semelhantes, proporcionando um espaço para compartilhar experiências, esclarecer dúvidas e compreender que, embora sejam uma minoria, há muitas outras pessoas enfrentando situações semelhantes.

Ficou claro que há uma necessidade urgente de campanhas educativas para mudar a forma como a sociedade interage com PcDs. É fundamental realizar campanhas educativas para conscientizar os motoristas sobre a importância de parar para permitir que as pessoas atravessem a rua com segurança, nunca estacionar em vagas reservadas para PcDs se não tem uma deficiência, evitar comentários ofensivos, curiosos ou desnecessários e demonstrar à sociedade que as PcDs são capazes e talentosas, rompendo com estigmas de pena ou dó.

É importante aumentar a representatividade das PcDs ao promover eventos e convidar PcDs para fazerem apresentações ou discursos, proporcionando uma maior visibilidade para essa comunidade. É essencial que as próprias PcDs sejam convidadas a falar, pois são elas que possuem a vivência e podem oferecer perspectivas autênticas e significativas.

Outro ponto relevante é conferir maior força para as organizações de PcDs, as quais devem ser dirigidas e compostas predominantemente por PcDs e precisam ter estrutura financeira para manter seus custos. Também é preciso dar visibilidade e publicidade aos eventos, ações e instituições relacionadas às PcDs, visto que muitas PcDs não participam porque desconhecem meios de participação, tampouco ficam sabendo de eventos voltados para esse segmento ocorridos na cidade.

No entanto, a realização plena desse direito enfrenta desafios significativos, como a resistência institucional e a necessidade de uma mudança cultural que valorize a participação cidadã e o próprio reconhecimento e acolhimento das PCDs como habitantes e cidadãs. Portanto, enquanto o deslocamento da centralidade decisória é essencial para uma urbanização

mais justa e inclusiva, ele requer um compromisso coletivo para superar barreiras estruturais e promover uma participação efetiva de todos os cidadãos.

4.6 Desdobramentos da pesquisa

Conforme a pesquisa era realizada, tanto a parte teórica quanto empírica, uma inquietação surgia no sentido de ver efetivamente alguma mudança acontecendo. Evidentemente, o caminho a ser percorrido é longo para que haja uma verdadeira transformação em nossa sociedade de forma que seja garantido o direito das PcDs à cidade. Mas esta pesquisadora desejava ajudar de alguma maneira, contribuindo para a melhoria, ainda que pequena, na qualidade de vida dessas pessoas.

Foi então que, no final de novembro de 2023, fui até o Ministério Público para sanar algumas dúvidas. Essa conversa ocorreu informalmente, sem qualquer roteiro e não foi gravada. Dessa discussão obtive uma informação relevante. Existe um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado em 16 de novembro de 2022, pela então prefeita, em que o Município assume a obrigação de, no prazo de 180 dias, contados da data da assinatura do instrumento, apresentar o cronograma das obras de adaptação necessárias à remoção das barreiras urbanísticas e promoção de acessibilidade nas principais ruas centrais de Lavras.

O Ministério Público me informou que essas adaptações estão inseridas no conceito de adaptação razoável, o qual está previsto na Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, artigo 2º, a saber:

“Adaptação razoável” significa as modificações e os ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais (CIDPD, 2006).

Um exemplo é o caso dos postes, os quais são mencionados pelas PcDs como uma barreira na mobilidade. Retirá-los envolve altos custos, pois a solução seria a instalação da fiação subterrânea, que seria possível por meio de uma reforma de todo o centro de Lavras, o qual seria altamente oneroso para os cofres públicos. No entanto, se não é possível retirá-los, então que sejam devidamente sinalizados. Ocorre que a sinalização soluciona o problema das pessoas com deficiência visual, as quais não colidirão no poste, de forma que ao bater com a bengala na sinalização (corrimão, piso tátil...) essas pessoas saberão que ali existe algum obstáculo e que elas precisam desviar. Mas como a pessoa que utiliza cadeira de rodas passa

entre o poste e o estabelecimento? Geralmente as calçadas já são estreitas e, quando há alguma placa ou poste, fica impossível de passar com a cadeira, restando apenas a opção de transitarem pela a rua. Portanto, o conceito de “adaptação razoável” pode ser insuficiente para a inclusão efetiva das PcDs no ambiente urbano.

Sobre a gratuidade do transporte público para pessoas com deficiência visual, relatei para a servidora do Ministério Público o que os entrevistados haviam narrado e o assunto se encerrou. Passados alguns dias, ela me ligou pedindo que passasse o contato do entrevistado Mateus para ela pudesse conversar com ele e entender como foi esse processo, uma vez que ela começou a investigar a respeito e descobriu diversas irregularidades relacionadas aos trâmites de concessão de gratuidade às PcDs.

Ao pesquisar sobre essa questão, especificamente em relação ao aspecto legal, descobri que o Município não é obrigado a conceder gratuidade às PcDs. A Constituição Federal apenas estabelece, em seu artigo 230, o direito à gratuidade para o público acima de 65 anos.

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. § 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares. § 2º **Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos** (Brasil, 1988, grifo nosso).

A Lei Federal nº 8.899/1994 estabelece a concessão de passe livre às PcDs em relação ao transporte coletivo interestadual. Em Minas Gerais, a Lei Estadual 21.121/2014 assegura ao idoso e à PcD a gratuidade do transporte coletivo de passageiros em relação ao serviço intermunicipal.

Tendo em vista o princípio constitucional da autonomia dos municípios para legislar sobre temas locais, inclusive sobre o transporte coletivo, previsto na Constituição Federal, artigo 30, inciso V, cabe ao município, se assim desejar, conceder o benefício do Passe Livre às PcDs.

No entanto, a questão discutida aqui no município é que esse direito foi concedido às pessoas com deficiência física em 2001, portanto, já é um direito adquirido desse segmento. A discussão é em relação à terminologia utilizada pela lei. Antigamente, mais especificamente antes da promulgação da CIDPD, em 2006, era comum a utilização de alguns termos que não são mais usuais para se referirem a esse segmento, como, por exemplo, o termo “deficiência física” para abranger toda essa população com deficiência. Tanto a legislação federal quanto a estadual supracitadas conferem o direito do Passe Livre interestadual e intermunicipal,

respectivamente, a toda população com deficiência e não somente a um tipo de deficiência. Ocorre que, a empresa de transporte coletivo de Lavras, possivelmente por questões econômicas, está se ancorando nessa terminologia para excluir o benefício das demais deficiências, demonstrando uma atitude discriminatória e segregacionista. Tanto é que Mateus, possuindo deficiência visual, após muita briga conseguiu o direito ao passe livre.

Concomitantemente a isso, fui convidada para participar do II Fórum de Debates sobre o Dia Internacional das PcDs, em Lavras, o qual ocorreu no dia 2 de dezembro de 2023, e foi promovido pela Prefeitura Municipal de Lavras, através do COMDEF. O evento foi aberto para toda a sociedade, mas contou principalmente com PcDs em seu público. Houve três palestras, sendo a minha “Garantia dos Direitos das PcDs”; uma da professora Michelle Barreto, cujo tema foi “O bem-estar e qualidade de vida das PcDs”; e a outra, ministrada pelo também professor André Pimenta, sobre “Acessibilidade digital e novas tecnologias para PcDs”.

A então prefeita estava presente no evento e, ao longo da minha fala, prestou alguns esclarecimentos. Sobre o TAC, a prefeita afirmou que há um projeto em andamento. Diante disso, eu sugeri que ela convide PcDs para participarem dessa etapa do planejamento da adequação do centro de Lavras, pois, nos meus resultados, percebi que, muitas vezes, para cumprir a legislação, as instituições realizam adequações para promoverem a acessibilidade, mas o fazem de forma equivocada e o objetivo de inclusão não é alcançado. Exemplos são os pisos táteis em pedra portuguesa, escrita em Braille de forma errada, rampas com altura inadequada ou em local que tem obstáculo, dentre tantos outros.

Além disso, durante a ministração da minha palestra, as PcDs me interromperam algumas vezes para demonstrar a insatisfação com questões relacionadas a Lavras, especialmente com a falta de acessibilidade das calçadas. Houve um momento em que uma mulher se levantou e começou a se lamentar pelo sobrinho, o qual terminou os estudos na APAE e, atualmente, não tem nada para fazer (só faz a atividade física uma vez por semana na SELT). Ela disse, com voz embargada, que o sobrinho deseja entrar no mercado de trabalho e que anseia por mais atividades que o façam sair de casa.

Esses dois acontecimentos, reunião informal com a servidora do Ministério Público e a palestra, foram de grande importância para este estudo. Na primeira, obtive informações relevantes para a pesquisa. Na palestra, tive a oportunidade de falar sobre a minha pesquisa para um público de PcDs e apresentar alguns dos meus resultados já obtidos até aquele momento, sendo uma oportunidade para levar questões que surgiram durante este estudo para o debate público e esferas legais. Além disso, conheci outras PcDs, ouvi as suas histórias e obtive um

retorno positivo sobre a minha palestra, demonstrando que estaria no caminho certo quanto ao presente trabalho.

No primeiro semestre de 2024, comecei a trabalhar como docente na Fagammon, na disciplina Comportamento Humano nas Organizações. Sempre que possível, verso para os alunos sobre a importância da diversidade nas organizações e da efetiva inclusão das PcDs em todos os ambientes. Então, tive a oportunidade de participar como inspiradora de duas ações no evento “Dia Mundial da Criatividade”, que ocorreu nos dias 19, 20 e 21 de abril, em Lavras. No dia 19, promovi uma roda de conversa com os discentes, que também foi aberta para participantes externos, sobre estratégias de inclusão das PcDs nas organizações. Foi uma discussão muito produtiva.

No dia 20, em parceria com o Hub de Inovação e Vivência Empreendedora da Fagammon (HIVE) e outros docentes, realizamos a ação denominada “Explorando a acessibilidade digital: ampliando o acesso para todos”. O evento aconteceu num espaço da Fagammon e foi aberto a toda a sociedade. A ideia surgiu durante uma reunião do HIVE, do qual fiz parte, em que vimos a importância de propor ações envolvendo a inclusão das PcDs.

Foi uma atividade que mesclou espaço sensorial, estimulando os sentidos das pessoas, com atividades relacionadas à tecnologia assistiva. Foi uma experiência muito gratificante, em que as pessoas vendadas passaram por um circuito contendo os seguintes elementos:

- Recipientes com diferentes texturas para as pessoas descobrirem o que seria;
- Régua de escrever em Braille;
- Alfabeto em Braille;
- Texto em Braille;
- Imagem de paisagem com textura elaborada pelos alunos;
- Essências para a pessoa identificar a fragrância;
- Jogo de memória tátil;
- Planta aromática para identificar pelo aroma qual seria a planta;
- Chá para a pessoa identificar, pelo paladar, quais ingredientes teria;
- Fone de ouvido com músicas em 8D.

Por fim, após a defesa desta tese, pretendo levar os resultados para debate no COMDEF e no CENAV, de forma a estabelecermos, conjuntamente, estratégias para a promoção de ações que corroborem tanto no uso do espaço urbano como na participação da sua produção pelas PcDs.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender os processos que envolvem e impedem a apropriação e a participação das PcDs na produção e reprodução do espaço urbano de Lavras, à luz do direito à cidade e ancorada na perspectiva do modelo social da deficiência. Fundamentada na perspectiva emancipatória da deficiência e por meio da análise de narrativas, foi possível resgatar histórias sobre experiências de pessoas que vivenciam as deficiências física e visual. A ideia central da tese defende que as narrativas sobre a vida no espaço urbano de Lavras revelam subjetividades que denotam o quanto o conceito de habitar, que envolve a apropriação e a participação, ainda está distante da realidade das PcDs.

Ao entrevistar 19 pessoas, surgiram histórias singulares, porém marcadas por desafios comuns no cotidiano urbano. As narrativas se entrelaçavam em diversos pontos, revelando que, apesar das limitações individuais de cada informante, são as barreiras físicas, sociais e políticas que se destacam como óbices ao gozo do direito à cidade. Esses obstáculos dificultam e, muitas vezes, inviabilizam a participação e a apropriação do espaço urbano pelas PcDs.

Com base nas categorias de apropriação e participação, as análises das narrativas revelaram diferentes aspectos. No que diz respeito à apropriação, surgiram três subcategorias: acessibilidade, relações interpessoais, e dependência e interseccionalidade. Já em relação à participação, foram identificadas outras três subcategorias: espaços formais de participação, reivindicações individuais e vivências.

Os resultados mostram que, sem acessibilidade, a cidade se torna um espaço repleto de barreiras e limitações para as PcDs. As diferentes perspectivas sobre o desenvolvimento de Lavras refletem a complexidade das transformações urbanas e seu impacto direto sobre essas pessoas. A falta de acessibilidade na cidade é resultado de uma combinação de negligência histórica e planejamento urbano excludente. O estudo também revela que acessibilidade vai muito além do mero cumprimento das normas, ou ainda do cumprimento das normas de forma inadequada apenas para parecer acessível. A verdadeira acessibilidade implica a inclusão plena e efetiva das PcDs, promovendo o uso da cidade e de todos os seus benefícios.

Os obstáculos na estrutura da cidade vão desde problemas de mobilidade urbana até a falta de acessibilidade em espaços públicos e privados que limitam a fruição de serviços, lazer, educação e cultura. A cidade, que deveria ser um espaço de encontro e inclusão, torna-se hostil e excludente para as PcDs, distanciando-se do ideal de uma cidade para todos.

Dessa forma, as PcDs enfrentam dificuldades tanto para chegarem aos mesmos locais que as pessoas sem deficiência quanto, ao chegarem, para lidarem com uma série de barreiras

que continuam a dificultar seu acesso. Isso gera sentimento de frustração, tensão, insegurança, medo, pavor, depressão e tristeza, levando à percepção de não pertencimento ao ambiente urbano. Paradoxalmente, o desejo de caminhar pelo centro da cidade e sentir-se seguro revela que, apesar dos desafios, as PcDs aspiram a participar plenamente dos espaços comunitários.

Ocorre que muitos dos problemas relatados representam riscos para qualquer pessoa, independentemente de ter uma deficiência ou não. Isso mostra que a cidade, projetada dessa forma, não é apenas hostil para as PcDs, mas também exclui outros grupos sociais que não se enquadram nos padrões dominantes, como os idosos, que foram mencionados diversas vezes pelos informantes. Assim sendo, ao promover a acessibilidade, as cidades não apenas atendem às necessidades das PcDs, mas criam um ambiente mais seguro e inclusivo para todos. Dessa forma, a urbe se torna verdadeiramente um espaço social de convivência, que favorece a apropriação e o uso do espaço urbano por todos os cidadãos, garantindo maior equidade e participação em suas dinâmicas cotidianas. Nesse sentido, é possível concluir que, sem acessibilidade, é impossível que as PcDs se apropriem do espaço urbano em sua totalidade.

As relações interpessoais também desempenham um papel fundamental na vida das PcDs, impactando diretamente sua experiência no espaço urbano. As dinâmicas sociais, muitas vezes permeadas pelo capacitismo, criam barreiras que vão além das físicas. Isso revela que a sociedade é sustentada por um padrão de exclusão tão profundo que, mesmo com mudanças estruturais, essas pessoas ainda não conseguem exercer plenamente seu direito ao espaço urbano. As barreiras sociais, além de dificultarem a acessibilidade, limitam a vivência plena das possibilidades e riquezas que o espaço urbano oferece.

Esses elementos, junto a fatores de interseccionalidade, levam as PcDs ao confinamento em suas residências ou a saírem apenas acompanhadas, revelando a tensão entre as necessidades de quem requer cuidado e a capacidade dos cuidadores em oferecer suporte. A responsabilidade do cuidado, por sua vez, recai exclusivamente sobre familiares e amigos, que, muitas vezes, também se veem privados dos espaços públicos por não poderem compartilhá-los com aqueles de quem cuidam.

Em relação à interseccionalidade, os resultados deste estudo revelam que a experiência urbana das PcDs é influenciada por vários fatores, incluindo características relacionadas à deficiência — como o tipo, se é congênita ou adquirida, e, neste último caso, a idade em que foi adquirida — além das condições econômicas. Esses elementos se combinam para moldar as maneiras como as PcDs interagem com o ambiente urbano e enfrentam suas barreiras cotidianas.

Os resultados sobre a participação na produção do espaço urbano destacam a importância dos espaços formais de participação, das reivindicações individuais e da vivência da deficiência. Em relação aos espaços formais de participação, duas instituições se destacaram: COMDEF e CENAV.

Em relação ao COMDEF, este estudo demonstra que é formalmente reconhecido como espaço de participação democrática, mas sua efetividade é limitada pela dependência do poder executivo, gerando uma tensão entre o potencial de participação e a realidade de uma infraestrutura precária e a falta de recursos, limitando sua autonomia e capacidade de controle social.

O CENAV, por sua vez, vai além de ser um simples ambiente educacional. Ao oferecer não apenas ensino, mas também acesso ao transporte, atividades físicas, lazer e oportunidades de socialização, desempenha um papel crucial na inclusão social. Esse espaço ajuda pessoas com deficiência visual a superarem as barreiras que limitam seu acesso à cidade, tornando-se um ponto de transformação em suas vidas. O estudo revela que a rede criada pelo CENAV facilita o acesso de seus participantes às informações sobre eventos, ações e organizações direcionadas às PcDs em Lavras. Embora não seja um espaço de participação direta, o CENAV desempenha uma função importante ao informar e capacitar os indivíduos, incentivando seu engajamento em processos participativos. Assim, contribui tanto para a apropriação do espaço urbano quanto para a promoção da participação ativa das PcDs.

As reivindicações individuais das PcDs são uma forma importante de buscar a participação na produção do espaço urbano. Ao expressarem suas preocupações e necessidades, elas não apenas demandam melhorias para si, mas também contribuem para a construção de um ambiente mais inclusivo e acessível. No entanto, as reivindicações individuais acabam refletindo como o ônus da fiscalização das barreiras recai sobre as PcDs, que frequentemente se veem forçadas a adotarem uma postura combativa e, em muitos casos, a recorrerem à justiça para garantirem seus direitos básicos. Essa participação não se alinha ao conceito pleno de participação proposto por Lefebvre, que implica estar centralmente envolvido nas decisões sobre a produção do espaço urbano.

Na prática, as narrativas revelam que a participação se manifesta, na maioria das vezes, por meio de ações pontuais focadas na resolução de problemas cotidianos. Uma possível explicação é que a segregação desse público é tão significativa que participar do processo de tomada de decisão sobre o espaço urbano ainda é uma realidade distante. Se, por um lado, é preciso participar para promover a apropriação, por outro, os obstáculos à apropriação atuam

como óbices à participação. Afinal, como participar se essas pessoas estão “lutando” diariamente apenas para viver no espaço urbano?

A última subcategoria, a vivência da deficiência, influencia profundamente a participação das pessoas na vida urbana. Indivíduos sem deficiência tendem a ignorar ou minimizar os obstáculos de acessibilidade. Por outro lado, a experiência de viver com uma deficiência altera essa perspectiva, não apenas para as PcDs, mas também para aqueles que convivem com elas e compartilham suas dificuldades. Assim, a vivência da deficiência desperta uma consciência crítica sobre a exclusão e a opressão que a comunidade enfrenta, tornando a participação nas demandas por uma cidade inclusiva mais significativa quando há uma experiência direta com essas barreiras.

Não obstante, o estudo demonstra desafios que limitam a participação das PcDs na vida pública, como a falta de envolvimento das PcDs em temas que lhes dizem respeito. Consequentemente, as ações realizadas para inclusão acabam potencializando problemas existentes, além da falta de priorização dos interesses das PcDs pelo poder público e, conseqüentemente, a descrença na efetividade da participação. Portanto, o estudo ressalta a importância de envolver as PcDs nas decisões que impactam suas vidas e garantir o cumprimento das normas e políticas voltadas para elas como passos essenciais para transformá-las em cocriadoras do ambiente urbano, em vez de meras espectadoras das mudanças que ocorrem na cidade.

Diante de tudo isso, fica evidente que a apropriação e a participação das PcDs no espaço urbano de Lavras enfrenta diversos obstáculos. No entanto, ficou claro que o CENAV pode ser um instrumento valioso para mudar essa realidade, pois atua tanto na promoção da apropriação quanto no apoio à participação. Assim, é fundamental discutir o fortalecimento do CENAV e a ampliação de seus serviços para atender a outras deficiências. Como limitação do estudo, destaca-se o foco em apenas dois tipos de deficiência, restringindo a compreensão das experiências de outras pessoas com diferentes tipos de deficiência que podem enfrentar desafios únicos na vida urbana. Como sugestão para estudos futuros, recomenda-se a realização de pesquisas que relacionem o direito das PcDs à cidade, mas com foco em outras deficiências, a fim de ampliar as contribuições e explorar experiências distintas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVA, S. B.; ANTONOVA, N. L.; GURARII, A. D. A barrier-free urban space as an indicator of exercising the right to the city by individuals with disabilities. In: **IOP Conference Series: Materials Science and Engineering**. IOP Publishing, 2020. p. 032072.
- AGOPYAN, K. K. O fortalecimento da democracia pelo local: o direito à cidade em São Paulo. **Democracia, liderança e cidadania na América Latina**, 2019.
- ALBERS, C. *et al.* Acessibilidade para Usuários de Cadeira de Rodas em Estabelecimentos Comerciais. **LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 23, n. 1, p. 213-238, 2020.
- ALVES, G. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. **GEOUSP Espaço E Tempo (Online)**, v. 23, n. 3, p. 551-563, 2019.
- AMORIM, A. C. *et al.* Sobre o viver em uma cidade capacitista: antes, durante e depois da pandemia da COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 49-56, 2022.
- ARAÚJO, J. A. Sobre a cidade e o urbano em Henri Léfèbvre. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 16, n. 2, p. 133-142, 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro. 2015.
- ATTOH, K. What kind of right is the right to the city?. **Progress in human geography**, v. 35, n. 5, p. 669-685, 2011.
- BANKS, L. M.; KUPER, H.; POLACK, S. Poverty and disability in low-and middle-income countries: A systematic review. **PloS one**, v. 12, n. 12, p. e0189996, 2017.
- BARBOSA, A. S. Mobilidade urbana para pessoas com deficiência no Brasil: um estudo em blogs. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 8, p. 142-154, 2015.
- BARNES, C. Emancipatory Disability Research: project or process?[Public lecture]. **City Chambers, Glasgow**, 2001.
- BARNES, C. Understanding the social model of disability. In: WATSON, Nick; VEHMAS, Simo (Ed.). **Routledge handbook of disability studies**. Routledge, 2020, p. 14-31
- BARNES, C. The social model of disability: Valuable or irrelevant. **The Routledge handbook of disability studies**, p. 12-29, 2012.
- BARTON, L. Emancipatory research and disabled people: Some observations and questions. **Educational review**, v. 57, n. 3, p. 317-327, 2005.

BASTOS, L. C.; BIAR, L. A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 31, p. 97-126, 2015.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm>.

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Plano de Benefícios da Previdência Social. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm>.

BERTOLINO, J. R. M.; MORAIS, D. S. D.; BORTOLO, C. A. Acessibilidade em bairro planejado de Montes Claros: estudo de caso no bairro residencial sul – Ipês. **Revista Percurso – NEMO**, v. 13, n. 1, p. 61-79, 2021.

BEZMEZ, D. Urban Citizenship, the Right to the City and Politics of Disability in Istanbul. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 37, n. 1, p. 93-114, 2013.

BRENNER, N.; MARCUSE, P.; MAYER, M. Cities for people, not for profit. **City**, v. 13, n. 2-3, p. 176-184, 2009.

BURCHARDT, T. Capabilities and disability: the capabilities framework and the social model of disability. **Disability & society**, v. 19, n. 7, p. 735-751, 2004. BURREL, Gibson.; MORGAN, Gareth. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis**. Heineman: London, 1979.

CALADO, J. *et al.* Acessibilidade urbana e vulnerabilidade socioespacial: avaliação de aspectos físicos das calçadas dos distritos Jardim Ângela e Moema–São Paulo/SP-Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 6, 2019.

CALGARO, C.; HERMANY, R.; SILVA, D. Espaço abstrato e espaço diferencial: chaves para a compreensão do direito à cidade em Henri Lefebvre. **Direito da Cidade**, v. 12, n. 3, p. 2022-2048, 2020.

CAMARGO, F. El derecho a la ciudad: de Henri Lefebvre a los análisis sobre la ciudad capitalista contemporánea. **Folios**, n. 44, p. 3-19, 2016.

CAMPBELL, F. Inciting legal fictions: 'Disability's' date with ontology and the ableist body of the law. **Griffith L. Rev.**, v. 10, p. 42, 2001.

CAMPOS, G. V. M. **Lazer e o direito à cidade: a ludicidade no espaço urbano de Belo Horizonte**. Dissertação de mestrado. Uberlândia, 2021.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Conselhos de políticas públicas: desafios para sua institucionalização. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 2, p. 277 a 292-277 a 292, 2002.

CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE. V **Fórum Social Mundial**. Um outro mundo é possível. Porto Alegre, 2005.

CENAV. Bem-vindo ao nosso site. 2011. Disponível em: <
https://cenav.webnode.com.br/?fbclid=IwY2xjawFG0ipleHRuA2FlbQIxMAABHSKB_IcT4lcU81p2sIkuByBoGWAMATGFxs-wkN8FYfaHSdm-2a77CfXvJg_aem_4rxvIHdG1cmiEc8rzgSgOg>. Acesso em 12 de abril de 2024.

COLOSSO, P. A crítica de Henri Lefebvre ao urbanismo moderno. **XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Cidade, Arquitetura e Urbanismo: visões e revisões do Século XX**, p. 79-88, 2016.

COSENZA, I. F.; RESENDE, A. P. C. A cidade e as pessoas com deficiência: barreiras e caminhos. **Sociedade & Natureza**, v. 18, n. 35, p. 23-34, 2006.

CUNHA, M.; REGO, A. Métodos qualitativos nos estudos organizacionais e de gestão. **Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa**, v. 18, n. 3, p. 188-206, 2019.

DEGENER, T. A new human rights model of disability. In: **The United Nations convention on the rights of persons with disabilities: A commentary**. Springer International Publishing, 2017. p. 41-59.

DIAS, D. M. S.; NONATO, D. N.; RAIOL, R. W. G. Interação entre a acessibilidade urbanística e o direito à cidade: possibilidade de inclusão social das pessoas com deficiência. **Rev. Bras. Polít. Públicas (Online)**, Brasília, v. 7, nº 2, p. 147-168, 2017.

DIAS, C. A. Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação & Sociedade**, v. 10, n. 2, 2000.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção Primeiros Passos).

DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, p. 64-77, 2009.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**, p. 139-154, 2002.

ELWAN, A. *et al.* **Poverty and disability: A survey of the literature**. Washington, DC: Social Protection Advisory Service, 1999.

FABULA, S.; TIMÁR, J. Violations of the right to the city for women with disabilities in peripheral rural communities in Hungary. **Cities**, v. 76, p. 52-57, 2018.

FARIAS, N.; BUCHALLA, C. M. A classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde da organização mundial da saúde: conceitos, usos e perspectivas. **Revista brasileira de epidemiologia**, v. 8, p. 187-193, 2005.

FARIA, M. D.; VERGARA, S.; CARVALHO, J. L. Pesquisas com foco em pessoas com deficiência no campo da administração: paradigmas e perspectivas epistemológicas. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 15, n. 1, 2014.

FERNANDES, E. Constructing the Right to the City'in Brazil. **Social & legal studies**, v. 16, n. 2, p. 201-219, 2007.

FONTES, F.; MARTINS, B. S. Vida independente para pessoas com deficiência: do individualismo à autodeterminação. **Contemporânea**, v. 11, n. 2, p. 506-540, 2021.

FRANÇA, T. H. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas Sociais**, v. 17, n. 31, p. 59-73, 2013.

GESSER, M.; BLOCK, P.; NUERNBERG, A. H. Participation, agency and disability in Brazil: transforming psychological practices into public policy from a human rights perspective. **Disability and the global south**, v. 6, n. 2, p. 1772-1791, 2019.

GOMIDE, A. Á.; GALINDO, E. P. A mobilidade urbana: uma agenda inconclusa ou o retorno daquilo que não foi. **Estudos avançados**, v. 27, p. 27-39, 2013.

GOODLEY, D. **Disability Studies: An Interdisciplinary Introduction**. London: Sage, 2011.

GOODLEY, D. *et al.* Provocations for critical disability studies. **Disability & Society**, v. 34, n. 6, p. 972-997, 2019.

GRECH, S. Recolonising debates or perpetuated coloniality? Decentring the spaces of disability, development and community in the global South. **International journal of inclusive education**, v. 15, n. 1, p. 87-100, 2011.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. The right to the city. **International journal of urban and regional research**, v. 27, n. 4, p. 939-941, 2003.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012.

HUCHZERMEYER, M. The legal meaning of Lefebvre's the right to the city: addressing the gap between global campaign and scholarly debate. **GeoJournal**, v. 83, n. 3, p. 631-644, 2017.

HUGHES, B. Civilising modernity and the ontological invalidation of disabled people. **Disability and social theory: New developments and directions**, v. 17, p. 17-32, 2012.

HUMPHRY, D. *et al.* Introduction to, and Interview with, Disabled People Against Cuts. **City**, v. 24, n. 1-2, p. 376-399, 2020.

IVANOVICH, A. C. F.; GESSER, M. Deficiência e capacitismo: correção dos corpos e produção de sujeitos (a) políticos. **Quaderns de psicologia**, v. 22, n. 3, p. e1618-e1618, 2020.

KLEIN, P.; GRIGOLETTI, G. Acessibilidade espacial de deficientes físicos, visuais e idosos em parque público. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, v. 12, p. e021016-e021016, 2021.

KUYVEN, T. *et al.* Os direitos humanos nos espaços públicos de vivência: um olhar para a Praça dos Imigrantes de Ijuí-RS. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 2, abr./jun., p. 193-209, 2021.

LAHORGUE, M. L. Cidade: obra e produto. **Geosul**, v. 17, n. 33, p. 45-60, 2002.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2011.

LUSTIG, D.; STRAUSSER, D. Causal relationships between poverty and disability. **Rehabilitation counseling bulletin**, v. 50, n. 4, p. 194-202, 2007.

LOPES, L. V. C. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, seu protocolo facultativo e acessibilidade. Dissertação (Mestrado). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Direito, 2009.

MACHADO, M. H.; LIMA, J. P. Avaliação multicritério da acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida: um estudo na região central de Itajubá (MG). **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, n. 3, p. 368-382, 2015.

MALISKA, M. A.; FRACARO, B. “Nada de Nós sem Nós”: Movimentos sociais e a ruptura do paradigma moderno de deficiência. **Revista Quaestio Iuris**. v. 15, n. 1, p. 345-376, 2022.

MANZINI, E. J. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. *Revista Percurso*, p. 149-171, 2012

MARTINS, B. S. *et al.* A emancipação dos estudos da deficiência. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 98, p. 45-64, 2012.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política – Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. 894 p.

MITCHELL, D; HEYNEN, N. The geography of survival and the right to the city: Speculations on surveillance, legal innovation, and the criminalization of intervention. **Urban Geography**, v. 30, n. 6, p. 611-632, 2009.

MORAES, M. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, M.; KASTRUP, V. **Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.

MORRIS, J. **Barriers to Independent Living**: A scoping paper prepared for the Disability Rights Commission Jenny Morris June, 2003.

NÉMETH-TORRES, G. História Geral de Lavras, volume I. **Lavras: Geovani Németh-Torres**, 2018.

OLIVER, M. A new model of the social work role in relation to disability. **The handicapped person: A new perspective for social workers**, p. 19-32, 1981.

OLIVER, M. **Understanding Disability: From theory to practice**. Macmillan Education UK, ed. 2, p. 200, 2009.

OLIVER, M. The social model of disability: Thirty years on. **Disability & society**, v. 28, n. 7, p. 1024-1026, 2013.

PARNELL, S.; PIETERSE, E. The ‘right to the city’: institutional imperatives of a developmental state. **International journal of urban and regional research**, v. 34, n. 1, p. 146-162, 2010.

PINEDA, Victor Santiago; CORBURN, Jason. Disability, urban health equity, and the coronavirus pandemic: promoting cities for all. **Journal of Urban Health**, v. 97, n. 3, p. 336-341, 2020.

PEREIRA, Elson Manoel. Como anda a participação? As condições para a elaboração de planos diretores participativos. **Revista brasileira dos estudos urbanos e regionais**. v.19, n. 2, p. 235-250, 2017.

PINEDA, Victor Santiago. What is Inclusive and Accessible Public Space?. **The Journal of Public Space**, v. 7, n. 2, p. 5-8, 2022.

PINILLA-RONCANCIO, Mónica. The reality of disability: Multidimensional poverty of people with disability and their families in Latin America. **Disability and health journal**, v. 11, n. 3, p. 398-404, 2018.

PINHEIRO, Rui; BARROSO, João; ROCHA, Tânia. How Accessibility Is For Everyone—A Deaf User Perspective. In: **Proceedings of the 9th International Conference on Software Development and Technologies for Enhancing Accessibility and Fighting Info-exclusion**. 2020. p. 47-50.

PURCELL, Mark. Citizenship and the right to the global city: reimagining the capitalist world order. **International journal of urban and regional research**, v. 27, n. 3, p. 564-590, 2003.

PURCELL, Mark. Possible worlds: Henri Lefebvre and the right to the city. **Journal of urban affairs**, v. 36, n. 1, p. 141-154, 2014.

REBERNIK, Nataša; SZAJCZYK, Marek; BAHILLO, Marek; MARUŠIĆ, Barbara Goličnik. Measuring Disability Inclusion Performance in Cities Using Disability Inclusion Evaluation Tool (DIETool). **Sustainability**, 2020.

RÉGIS, Tamara; NOGUEIRA, Ruth Emilia. Do direito à cidade ao direito à acessibilidade: análise da acessibilidade em locais de serviços e lazer no centro de Florianópolis/SC. **Geosul**, v. 36, n. 78, p. 64-85, 2021.

REUTER, Tina. Human rights and the city: Including marginalized communities in urban development and smart cities. **Journal of Human Rights**, v. 18, n. 4, p. 382-402, 2019.

- RETIEF, Marno; LETŠOSA, Rantoa. Models of disability: A brief overview. **HTS Theologese Studies/Theological Studies**, v. 74, n. 1, 2018. SANTOS, Wederson. Deficiência como restrição de participação social: desafios para avaliação a partir da Lei Brasileira de Inclusão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 3007-3015, 2016.
- RODRIGUES, Pollyanna Salles; PEREIRA, Éverton Luís. A percepção das pessoas com deficiência sobre o trabalho e a Lei de Cotas: uma revisão da literatura. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, p. e310114, 2021.
- RODRIGUES, Maria Lúcia de Barros; SILVA, Roselia Furman Carneiro. O trabalho das pessoas com deficiência: nada de nós sem nós. **Administração de Empresas em Revista**. v. 16, n. 17, p. 69-88, 2017.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. Brasiliense, 2017.
- ROLNIK, Raquel; GARCÍA-CHUECA, Eva. Municipalismo e direito à cidade: contradições e desafios. **Revista do Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil “Henry Sobel”**, n. 3, p. 44-49, 2020.
- SANTO, Wecisley Ribeiro do Espírito; RETONDAR, Jeferson José Moebus. Direito ao lazer e direito à cidade: interseções a partir de um projeto de extensão universitária. **Movimento**, v. 24, p. 251-262, 2022.
- SANTOS, André Leonardo Copetti; LUCAS, Doglas Cesar. Por uma cidade sensível ao diferente. Pensando políticas públicas desde uma simbiose entre o direito à cidade e direito à diferença. **Revista de Direito da Cidade**, v. 14, n. 2, p. 1383-1415, 2022.
- SAULE JÚNIOR, Nelson; LIBÓRIO, Daniela Campos. Questões chave sobre a noção jurídica do direito à cidade. **Revista de Direito da Cidade**, v. 13, n. 3, p. 1466-1494, 2021.
- SAULE JÚNIOR, Nelson. A cidade como um bem comum pilar, emergente do direito à cidade. *In*: SOUSA JUNIOR, José Geraldo *et al.* (org.). **O Direito achado na rua: introdução crítica ao direito urbanístico**. Universidade de Brasília, 2019. P. 144 – 152.
- SILVA, Jackeline Susann. O Desenho Universal como alternativa para o direito à cidade. **Confluenze. Rivista di Studi Iberoamericani**, v. 13, n. 1, 2021
- SIQUEIRA, Denise; DORNELLES, Tarso Germany; ASSUNÇÃO, Sabrina Mangrich de. Experienciando capacitismo: a vivência de três pessoas com deficiência. **Estudos da deficiência**, p. 145, 2020.
- SCHUR, Lisa; AMERI, Mason; ADYA, Meera. Disability, voter turnout, and polling place accessibility. **Social Science Quarterly**, v. 98, n. 5, p. 1374-1390, 2017.
- SPINIELI, André Luiz Pereira; SOUZA, Letícia. Cidades saudáveis e sustentáveis: acessibilidade urbana como instrumento para efetivação dos direitos humanos das pessoas com deficiência. **Revista Ciências Humanas**, v. 14, n. 1, 2021.
- STONE, Emma; PRIESTLEY, Mark. Parasites, pawns and partners: Disability research and the role of non-disabled researchers. **British journal of sociology**, p. 699-716, 1996.

TAVOLARI, Bianca. The right to the city: conceptual transformations and urban struggles. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, n. 01, p. 470-492, 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resolução nº 23.381, de 19 de junho de 2012. **Institui o Programa de Acessibilidade a Justiça Eleitoral e dá outras providências**. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2012/resolucao-no-23-381-de-19-de-junho-de-2012>>.

UPIAS. Fundamental Principles of Disability. London: The Disability Alliance, 1976.

VARSANYI, Monica W. Immigration policing through the backdoor: City ordinances, the "right to the city," and the exclusion of undocumented day laborers. **Urban Geography**, v. 29, n. 1, p. 29-52, 2008.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

YARDIMCI, Sibel; BEZMEZ, Dikmen. Disabled Istanbulites' everyday life experiences as 'urban citizens': accessibility and participation in decision-making. **Citizenship Studies**, v. 22, n. 5, p. 475-490, 2018.8h

YEO, Rebecca. Chronic poverty and disability. **Chronic Poverty Research Centre Working Paper**, n. 4, 2001.

YON, Alicia; NADIMPALLI, SriPallavi. Cities for whom? Re-examining identity, to reclaim the right to the city for women. **Australian Planner**, v. 54, n. 1, p. 33-40, 2017.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista

- 1- Fale um pouco sobre você e sua deficiência
- 2- Fale um pouco sobre a sua história com a cidade (Você nasceu em Lavras? Já morou em outra cidade? Mora em Lavras há quanto tempo? Você trabalha, estuda?)
- 3- Você acha que a cidade mudou ao longo dos anos? Como essas mudanças afetaram a sua vida?
- 4- Fale sobre as coisas que você mais gosta e menos gosta na cidade.
- 5- Fale sobre momentos de felicidade e momentos de tristeza vivenciados na cidade.
- 6- Fale sobre como é o seu deslocamento pela cidade.
- 7- Fale sobre os lugares que costuma frequentar na cidade e o que faz nesses locais.
- 8- Fale um pouco sobre as principais coisas que você mudaria na cidade.
- 9- Você participa ou já participou de organização que possibilita discussões políticas em relação aos direitos de PcDs? Se sim, como foi ou é a sua atuação nessa organização?
- 10- Você já participou da criação, implementação e/ou fiscalização de políticas urbanas voltadas para PcDs?
- 11- O que você acha que é necessário para que as PcDs participem da criação, implementação e/ou fiscalização de políticas urbanas?
- 12- Que tipo de projeto ou ação faria diferença para você?
- 13- Você gostaria de contar mais alguma coisa sobre a sua experiência na cidade ou com as políticas públicas relacionadas ao uso da cidade?

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido

Prezado(a) Senhor(a), você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de forma totalmente voluntária da Universidade Federal de Lavras. Antes de concordar, é importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Será garantida, durante todas as fases da pesquisa: sigilo; privacidade; e acesso aos resultados.

Pesquisador(es) responsável(is): Monique Scalco Soares Siqueira; Flávia Luciana Naves Mafra

Cargo/Função: Discente – Doutorado Administração; Docente – orientadora

Instituição/Departamento: DAE

Telefone para contato: (35) 98804-7102

Local da coleta de dados: Centro de Apoio às Necessidades Auditivas e Visuais – CENAV

I – RESUMO

A forma como o processo de urbanização se desenvolveu levou a exclusão e opressão de diversos segmentos, dentre os quais estão as pessoas com deficiência. Partimos da hipótese de que as cidades não refletem a imagem das pessoas com deficiência, impondo diversos obstáculos que impossibilitam o gozo do direito à cidade. Isso ocorre porque, a partir da perspectiva teórica de direito à cidade de Lefebvre, o habitar (viver na cidade como uma ação social que promove uma identidade urbana e que possibilita a participação política, refletindo a imagem de seus habitantes) foi integrado pelo habitat (viver na cidade de forma passiva, sem vínculo com a ação política). Nesse sentido, destaca-se a importância de compreender como as pessoas com deficiência usam o espaço urbano e identificar os elementos estruturantes da cidade que corroboram para a efetivação do direito das pessoas com deficiência à cidade.

II – OBJETIVOS

Compreender como as pessoas com deficiência usam o espaço urbano e identificar os elementos estruturantes da cidade que corroboram para a efetivação do direito das pessoas com deficiência à cidade.

III – JUSTIFICATIVA

Apesar do elevado número de pessoas com deficiência, o gozo ao direito à cidade ainda é algo muito distante. E nesse sentido, esse estudo pode contribuir para pensar estratégias públicas e privadas para que as pessoas com deficiência possam obter a resolução dos problemas que são considerados urgentes para elas, dentre os quais o direito à cidade.

IV – PROCEDIMENTOS

AMOSTRA

Para a identificação e convite dos participantes será utilizada a técnica de amostragem bola de neve, a qual consiste em amostra não probabilística que emprega cadeias de referência. Assim, para começar, será selecionado(a) um(a) informante-chave, denominado semente, para identificar sujeitos que tenham o perfil adequado para o estudo, os quais devem: a) ter disponibilidade para participar de maneira voluntária da pesquisa; b) residir na cidade de

Lavras-MG e c) vivenciar a deficiência. Na sequência, as pessoas recomendadas pela semente serão solicitadas a sugerir novos contatos e assim sucessivamente. O estudo será construído em parceria com pessoas com deficiência visual e motora que habitam na cidade de Lavras, Minas Gerais.

PROCEDIMENTOS PARA ENTREVISTAS

A pesquisa será feita mediante entrevista semiestruturada, que consiste na existência de roteiro de questões previamente estabelecidos pelo entrevistador, sendo este livre para realizar outros questionamentos a fim de aprofundar e melhor compreender as informações sobre o tema desejado. As questões são no sentido de compreender a relação deficiência e cidade, enfatizando aspectos como o uso da cidade e seus benefícios e a participação nas políticas da cidade. A entrevista será registrada por gravador de áudio para posterior transcrição da mesma. Os áudios não serão divulgados nem identificados. Tendo em vista que não haverá grupos vulneráveis dentre as pessoas com deficiência, todas as formas de registro de consentimento serão mediante TCLE assinado (inclusive para pessoas cegas, que podem assinar com recurso para posicionar caneta). O TCLE estará disponível em diferentes formatos a fim de atender aos diferentes tipos de deficiência (tais como fonte ampliada, Braille, cores adaptadas, ou outras adaptações requisitadas pelos participantes, com consulta antes da coleta de dados).

V – RISCOS ESPERADOS

A probabilidade de que você sofra algum dano como consequência imediata ou tardia do estudo é MÍNIMO. É possível que você sinta fadiga, desconforto ou descontentamento ao longo da pesquisa, em particular relacionados a alguma questão específica. A fim de mitigar os riscos, você poderá interromper ou desistir da pesquisa a qualquer momento. Também será resguardada sua identidade, sendo garantida sua privacidade bem como o acesso aos resultados da pesquisa.

VI – BENEFÍCIOS

Ao participar deste estudo, espera-se que você nos auxilie a mobilizar a sociedade de forma que esta ouça e encaminhe as demandas das pessoas com deficiência, no que se refere ao direito à cidade. Temos a expectativa de que este trabalho auxilie a avançar alguns passos no sentido de que as cidades reflitam a imagem de seus habitantes. A partir dos resultados do estudo, também serão apresentadas propostas de acréscimos ou alterações no plano diretor no município a fim de adequá-lo as reais demandas e interesses das pessoas com deficiência.

VII – CRITÉRIOS PARA SUSPENDER OU ENCERRAR A PESQUISA

A pesquisa será suspensa caso sejam identificados problemas com a entrevista ou com os registros que causem desconforto excessivo, ou caso haja solicitação do(a) informante

VIII – CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Após devidamente informado pela pesquisadora e depois de manifestar minha compreensão sobre o processo, consinto em participar do presente Projeto de Pesquisa e autorizo a gravação em áudio ou em vídeo da entrevista para uso exclusivo no projeto de pesquisa.

_____, _____ de _____ 20_____.

Nome (legível) / RG

Assinatura

ATENÇÃO! Por sua participação, você: não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira; será ressarcido de despesas que ocorrerem (tais como gastos com transporte, que serão pagos pelos pesquisadores aos participantes ao início dos procedimentos); será indenizado em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa; e terá o direito de desistir a qualquer momento, retirando o consentimento, sem nenhuma penalidade e sem perder qualquer benefícios. Destarte, este documento estará disponível em diferentes formatos a fim de atender aos diferentes tipos de deficiência (tais como fonte ampliada, Braille, cores adaptadas, ou outras adaptações requisitadas pelos participantes, com consulta antes da coleta de dados). Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos da UFLA. Endereço – Campus Universitário da UFLA, Pró-reitoria de pesquisa, COEP, caixa postal 3037. Telefone: 3829-5182.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada com o pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Destarte, este termo estará disponível em diferentes formatos a fim de atender aos diferentes tipos de deficiência

No caso de qualquer emergência entrar em contato com o pesquisador responsável no Departamento de Economia Telefones de contato: 035 38295161